

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS –  
IFHC**



**Aproximações entre experiências de moradia  
popular no bairro Belenzinho (SP)  
Mutirão do Casarão e Vila Maria Zélia  
Memória e Segregação**

aluna

**Regina Soares de Oliveira**

orientadora

**Prof. Dra. Silvana Barbosa Rubino**

**Março/2008**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFHC**

**Aproximações entre experiências de moradia popular no bairro  
Belenzinho (SP): Mutirão do Casarão e Vila Maria Zélia –  
Memória e Segregação**

***Regina Soares de Oliveira***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de  
História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas sob orientação da  
Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

**Oliveira, Regina Soares de**

OL41a Aproximações entre experiências de moradia popular no bairro Belenzinho (SP): Mutirão do Casarão e Vila Maria Zélia – Memória e Segregação / Regina Soares de Oliveira. - - Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientadora: Silvana Barbosa Rubino.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

I. Habitação popular. 2. Memória. 3. Segregação. I. Rubino, Silvana Barbosa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Bringing together low-income housing experiences in the Belenzinho neighborhood (SP): Mutirão do Casarão and Vila Maria Zélia – Memory and Segregation

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Public housing  
Memory  
Segregation

Área de Concentração: **Política, Memória e Cidade**

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Profa.Dra.Silvana Barbosa Rubino  
Profa. Dra.Maria Stella Martins Bresciani  
Profa.Dra.Verônica Sales Pereira

Data da defesa: 27-03-2008

Programa de Pós-Graduação: Mestrado em História

**REGINA SOARES DE OLIVEIRA**

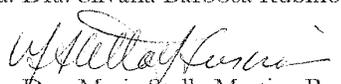
**Aproximações entre experiências de moradia popular no bairro Belenzinho (SP): Mutirão do Casarão e Vila Maria Zélia – Memória e Segregação.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino.

**Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão julgadora em 27/03/2008.**

**Banca Examinadora**

  
Prof. Dra. Silvana Barbosa Rubino

  
Prof. Dra. Maria Stella Martins Bresciani

  
Prof. Dra. Verônica Sales Pereira

Prof. Dr. Nabil Georges Bonduki (suplente)  
Prof. Dra. Cristina Meneguello (suplente)

Março 2008

## Resumo

A pesquisa propõe uma reflexão sobre a moradia popular na cidade de São Paulo, por meio de duas experiências localizadas no bairro Belenzinho: a Vila Maria Zélia (uma vila operária do início do século XX) e o Mutirão do Casarão (um mutirão habitacional construído na década de 1990 por moradores de cortiços pertencentes ao movimento de moradia). Se por um lado, são experiências que se aproximam: localizam-se na parte mais degradada do bairro, estão confinadas espacialmente, buscaram assegurar o controle sobre o seu território, lutam pela preservação e restauro de seus espaços de memória, por outro, apresentam um conjunto de disparidades: o espaço foi produzido por sujeitos em oposição na cadeia produtiva – industrial e trabalhadores –, as imagens construídas sobre o espaço são diferenciadas, bem como suas relações com o bairro.

Para perceber os mecanismos que asseguraram o distanciamento entre os grupos sociais no espaço, recorreu-se ao entendimento do conceito de segregação urbana e aos processos que a desencadearam no bairro, por meio da recomposição da memória dos moradores dessas duas experiências, entrelaçou-se a história individual a história coletiva, olhando o bairro de múltiplas formas. Na análise da separação entre as classes sociais foi fundamental a compreensão dos “lugares” de cada grupo e como as relações desenvolvidas se organizaram em torno do conceito *estabelecidos-outsiders*, sem, no entanto, os sujeitos desempenharem papéis fixos.

## **Abstract**

This dissertation proposes a reflection about the low-income housing in the city of São Paulo, considering two experiences located in the Belenzinho neighborhood: the Vila Maria Zélia (a workers village from the beginning of the 20<sup>th</sup> century) and the Mutirão do Casarão (collaborative self building village constructed in the 1990's by tenement house inhabitants participating in the housing movement). If, on the one hand, these are similar experiences – located in the most run-down areas of the same neighborhood, spatially confined, aiming at guaranteeing control over their territory, fighting for the preservation and restoration of their memory spaces – on the other hand, they present several differences – the spaces were produced by actors on opposing sides of the productive chain (the industrialist and the workers), the images built upon the space are different, as well as their relations to the neighborhood.

In order to visualize the mechanisms that maintain the two social groups apart in space, we took advantage of the understanding of the urban segregation concept, and also of the processes that triggered this separation in the neighborhood, by means of the recomposition of the inhabitant's memories. The individual and the collective histories were then woven together, making it possible for us to see that neighborhood from multiple points of view. The comprehension of the “places” each group belonged in was fundamental in the analysis of the separation between the social classes, as was the visualizing of how the relationships that developed there got organized around the concept of “established-outsiders”, although these were not fixed roles.

*Para minha mãe Alice (in memória), que  
me pediu para continuar sonhando.*

## **Agradecimentos**

A produção dessa dissertação foi um trabalho coletivo, ainda que a tarefa principal tenha cabido a sua autora. Sei que sem o apoio, o carinho e amizade das diversas pessoas que comigo compartilharam esse momento provavelmente ele não teria chegado ao seu fim. Por isso o meu mais sincero agradecimento.

A professora Silvana Rubino pela orientação.

As professoras Cristina Meneguello e Verônica Sales pela leitura atenta e preciosos comentários durante a qualificação.

A Secretaria Estadual de Educação de São Paulo pela bolsa concedida (Bolsa Mestrado) entre março/2005 e setembro/2007.

Aos entrevistados que me receberam, dispostos a compartilhar suas trajetórias, principalmente a seu Dedé, que gentilmente emprestou seu acervo pessoal e a dona Salomé, pelo carinho e disponibilidade.

A Angela Amaral, Ana Karícia, Vanessa Sobrino e Eliane Gonçalves pelo incentivo sempre.

Aos professores do período noturno da EE Camilo Peduti pela alegria, principalmente à Dani, Ana Paula, Rebeca, Inês Pek, Simone, Marisa e Claudete.

Aos pacientes amigos Sidnéia, Lúcia, Norival, Margarida e Mendes, sempre generosos com minhas imperfeições.

Ao Movimento de Moradia ST Leste I e aos amigos do Mutirão do Casarão.

Thaís Troncon e Vanusia Lopes foram mais que companheiras de percurso, foram amigas inseparáveis com as quais dividi as alegrias e angústias desta caminhada e que sempre me ajudaram a dar mais um passo e a controlar minha ansiedade.

Aos funcionários da secretaria e biblioteca do IFCH, especialmente ao Júnior, sempre pronto para esclarecer minhas dúvidas.

A Edno, Eliana e Malú, grandes companheiros dos sábados na PUC.

Ao André pelo carinho e torcida.

E finalmente ao Joel pela generosidade, paciência e cumplicidade.

## Sumário

<b>Item</b>	<b>Página</b>
Introdução	12
1.1. Organização da dissertação	21
1.2. Memória: algumas considerações	24
1.3. O trabalho com a história oral	29
1.4. Metodologia	33
Capítulo 1. Moradia popular na cidade de São Paulo	38
1.1. Os cortiços	38
1.2. As vilas operárias	46
1.3. A Vila Maria Zélia	53
1.4. Antecedentes da construção do Mutirão do Casarão	65
1.5. A construção do Mutirão	76
1.6. O Movimento de Cortiço, a partir de 1990	90
Capítulo 2. O papel da segregação socioespacial	95
2.1. Múltiplos olhares sobre o conceito de segregação	95
2.2. A separação entre territórios: bairros de elite e bairros operários	104
2.3. A segregação e seus efeitos no espaço: o caso do Belenzinho	117
2.3.1. O bairro e seu histórico	117
2.3.2. O papel da indústria	121
2.3.3. Os grupos sociais	123
2.3.4. A Avenida Radial Leste	126
2.3.5. A linha do metrô	128
2.3.6. Os efeitos da desindustrialização	132
2.3.7. A renovação urbana	136

Capítulo 3. Diálogo entre memórias	138
3.1. A trajetória de dona Salomé	138
3.2. A vida de seu Dedé	159
3.3. Diferentes lembranças em um mesmo bairro	181
3.3.1. Diversas trajetórias	181
3.3.2. Os marcos urbanos e arquitetônicos	183
3.3.3. As intervenções no sistema viário	186
3.3.4. A desindustrialização e seu impacto	188
3.3.5. A visão sobre o cortiço	189
3.3.6. Europeus, nordestinos e bolivianos	195
3.3.7. A segregação espacial	201
3.3.8. Aproximações entre experiências: Mutirão e Vila	208
3.3.9. A renovação urbana	211
Considerações Finais	216
Bibliografia	224
Anexos	234

## **Introdução**

O interesse em desenvolver esta dissertação se misturou a minha própria trajetória de vida, como integrante, no passado, do Movimento de Moradia. E, nesse sentido, a pesquisa é uma reflexão sobre a moradia popular na cidade de São Paulo. Em 2000, passei a morar em um condomínio, resultado de experiência piloto de habitação em áreas centrais: o Mutirão do Casarão. Esse projeto abrigava tanto moradores do cortiço Casarão, que originou o nome do projeto, como membros do Movimento de Moradia dos bairros do Belenzinho, Brás e Mooca.

Ao aliar vivência pessoal ao trabalho como educadora popular de uma ONG, atuando junto à população moradora de cortiço, inquietava-me a existência de grande número de imóveis encortiçados no bairro, como alternativa habitacional para uma parcela da população de baixa renda.

No Belenzinho, existiam experiências de moradia popular que se diferiam do cortiço. As vilas operárias, especialmente a Vila Maria Zélia, datada do início do século XX e construída por iniciativa do industrial Jorge Street e o Mutirão do Casarão, o projeto arquitetônico que alterou fisicamente o espaço de um dos maiores cortiços que existiram na Avenida Celso Garcia, a partir da atuação do movimento de encortiçados.

Essas duas propostas foram inovadoras enquanto experiências de habitação popular, mesmo não se tornando referências aos moradores de cortiços e não se reproduzindo em larga escala na cidade de São Paulo, como alternativas que pudessem contribuir a organização dos encortiçados. A pesquisa procurou estudá-las buscando identificar alguns aspectos que inter-relacionam esses espaços e as

observações de seus moradores sobre eles.

No caso específico do Mutirão do Casarão, naquele momento, o local ainda era visto como perigoso pelos moradores do entorno. Percebemos que as mudanças espaciais não promoveram a total mudança da imagem exterior que se fazia do lugar. E internamente, como isso funcionava? Em relação à Vila Maria Zélia, percebia-se uma separação desta com relação ao restante do bairro. A força como a vila foi implantada, permitiu que ela se distanciasse do restante do bairro, permanecendo com uma auto-imagem que a separava do território onde se localizava. Mas qual a imagem que os moradores faziam desse espaço?

Como o bairro do Belenzinho, desde a sua formação, constituiu espaços socialmente segregados, os processos anteriormente descritos se inseriram dentro dessa lógica de segregação, gerando tanto a disputa pelo território como a oposição entre classes sociais dentro do bairro. Assim, a moradia popular se localizou em parte específica do bairro, segregada espacialmente das demais tipologias habitacionais. Ao buscar o olhar dos habitantes desses projetos de moradia popular, procurou-se entender suas reflexões e experiência em relação a esses processos e, deste modo, contribuir para os demais estudos urbanos que evidenciam os embates sobre o direito à cidade e a atuação de inúmeros sujeitos anônimos pela efetivação dessa conquista.

O cortiço tem sido a moradia predominante da classe trabalhadora pobre em São Paulo desde o final do século XIX, surgindo com os primeiros sinais da industrialização e das transformações que aconteciam na cidade. Este tipo de moradia consolidou-se como símbolo da espoliação da força de trabalho, da especulação da terra e da ausência de políticas habitacionais voltadas às camadas

mais pobres da população, não logrando desencadear uma atuação efetiva do poder público. Seu caráter de longa duração evidenciou-se ao ter atravessado mais de um século como alternativa habitacional para parcela significativa da população. Pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em 1994, calculou que aproximadamente 600 mil famílias viviam em cortiços, correspondendo a aproximadamente 6,2% da população paulistana.

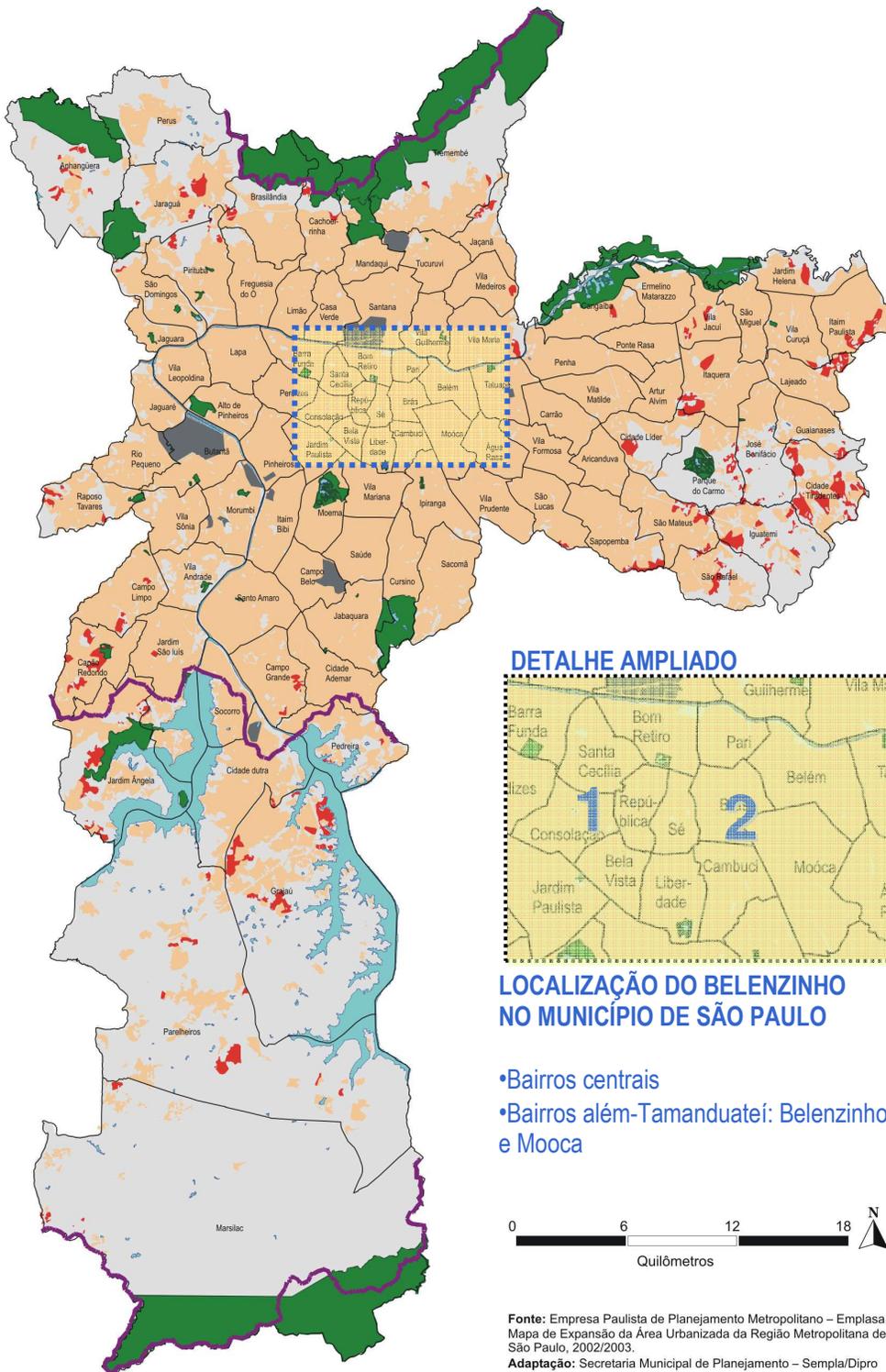
O crescimento dessa tipologia habitacional na cidade tornou-a alvo de preocupação tanto da parte do poder público como da elite, e foi ao se tornar problemática que ela assumiu visibilidade na cidade (Bonduki, 2004:21). Essas preocupações se estruturaram sobre dois pressupostos básicos: o controle do espaço ocupado pelos operários e o combate aos focos infecciosos. O primeiro pressuposto enxergava no cortiço o núcleo de questionamento e organização dos trabalhadores por melhores condições de vida e salários. Portanto, era necessário desarticular esse espaço nocivo à ordem econômica vigente. O segundo, pautado no discurso higienista, propunha o combate aos cortiços, por serem locais propícios à proliferação de doenças infecto-contagiosas – em função de seus aspectos físico-sanitários, representando um perigo aos demais membros da sociedade, principalmente às elites.

Somou-se a esse último aspecto a imagem do cortiço como lugar onde grassava a promiscuidade, desvirtuando as pessoas que nele adentrassem. Disseminou-se, assim, o conceito do cortiço enquanto espaço sem nenhum valor moral, promíscuo, onde as pessoas não podiam ser controladas. Essa visão encontrou ressonância na literatura, por exemplo, por meio de Aloísio de Azevedo, em *O Cortiço* (1890).

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterno. (Azevedo, 2002: 27)

O Belenzinho, como outros bairros operários da cidade, manteve um padrão de ocupação em que se misturavam na paisagem o espaço do trabalho e o da habitação. Existiram outras alternativas de moradia popular, como as vilas operárias, que se contrapunham aos cortiços, por significar o exemplo de habitação para trabalhadores com padrão higiênico e salubre. O bairro abrigou, ao longo de todo o século XX, estes exemplos de moradia popular acessíveis aos trabalhadores de baixa renda: o cortiço e a vila operária. A necessidade de que os trabalhadores se mantivessem próximos a seus locais de trabalho – economizando com deslocamentos e com o custo de transporte –, somada ao desenvolvimento de um parque industrial no bairro, permitiu que essas modalidades habitacionais ali se consolidassem.

Com a transferência das grandes indústrias do bairro para outras regiões da cidade, no final da década de 1970, ele deixou de ter caráter industrial. Passou a predominar no bairro o setor terciário, principalmente o comércio de tecidos e confecções, que não requeria mão-de-obra especializada como a indústria. O processo de desindustrialização não diminuiu ou modificou as condições existentes dentro dos inúmeros cortiços da região, e o período em que aconteceu coincidiu com as primeiras tentativas de organização dos moradores de cortiços dos bairros da Mooca, Brás e Belenzinho.



A partir de 1990, um conjunto de entidades uniu-se com o Movimento de Moradia e criou a primeira organização em defesa dos encortiçados no município de São Paulo, a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC). Em 1991, por meio da pressão dos moradores dos cortiços e de entidades que atuavam junto aos encortiçados, o poder público municipal formulou, por meio da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab), um projeto piloto para áreas encortiçadas. No Belenzinho, o resultado dessa proposta foi a construção, em regime de mutirão e autogestão, de um conjunto residencial com 182 apartamentos, o Mutirão do Casarão. Essa experiência tem sido estudada por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como alternativa paradigmática e viável de intervenção em áreas encortiçadas e modelo de habitação de interesse social<sup>1</sup>. No entanto, tornou-se, com seu desenho institucional e programático, uma das únicas experiências em área central na cidade de São Paulo.

Atualmente, em ambos os projetos aqui contextualizados, Vila Maria Zélia e Mutirão do Casarão, desenvolvem-se propostas para preservação do patrimônio construído. Na Vila há a reivindicação de restauro dos galpões que abrigaram o armazém, o refeitório e as Escolas para Meninos e Meninas. No Mutirão, a comunidade desenvolveu um projeto para reformar o prédio do antigo cortiço e transformá-lo em um centro para atividades culturais e de convivência.

Esta dissertação objetiva auxiliar na preservação da memória desses projetos e refletir sobre a experiência de seus moradores, que empreenderam uma luta

---

<sup>1</sup> Analisaram o processo do Mutirão do Casarão e a estruturação do movimento de encortiçados, respectivamente os trabalhos de: COMARÚ, F.A. **Intervenção habitacional em cortiços na cidade de São Paulo**. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado). Escola Politécnica, USP; e KOHARA, L.T. **Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços**. São Paulo. 1999. Dissertação (Mestrado). Escola Politécnica, USP.

anônima para a conservação de parte da história da cidade.

A fragmentação espacial observada no Belenzinho revelou que a população de baixa renda sempre esteve confinada na parte mais baixa do bairro, ao passo que, na região alta, concentrou-se a classe mais abastada, construindo-se espaços socialmente delimitados e definidos. Entretanto esta pesquisa não objetiva quantificar a segregação existente no bairro, mas verificar o acesso a determinados serviços por um grupo e não por outro e as condicionantes de *ser* ou *estar* segregado. Queremos verificar se a segregação foi um elemento de distinção na relação da população desses assentamentos com os demais grupos sociais do bairro, para tanto, procuramos entender os debates que cercavam o conceito de segregação urbana, verificando se esse processo foi de alguma forma percebido pelos moradores da Vila e do Mutirão, principalmente pelo fato de eles serem alvo de confinamento dentro do território.

A incidência de imóveis encortiçados na região continuou forte, apesar das experiências inovadoras de moradia popular. O Mutirão do Casarão, por exemplo, foi resultado da luta dos movimentos de moradia da região e da atuação do poder público municipal. Para aprofundar a compreensão sobre esse projeto de habitação popular, exemplar nos anos de 1990, como projeto piloto para moradores de cortiço, a pesquisa buscou recuperar a trajetória de luta de seus moradores desde o antigo cortiço de origem. Ao refletir sobre o processo de conquista desse espaço, buscou perceber a sua influência no estabelecimento de uma política pública almejada pelo Movimento de Moradia na região.

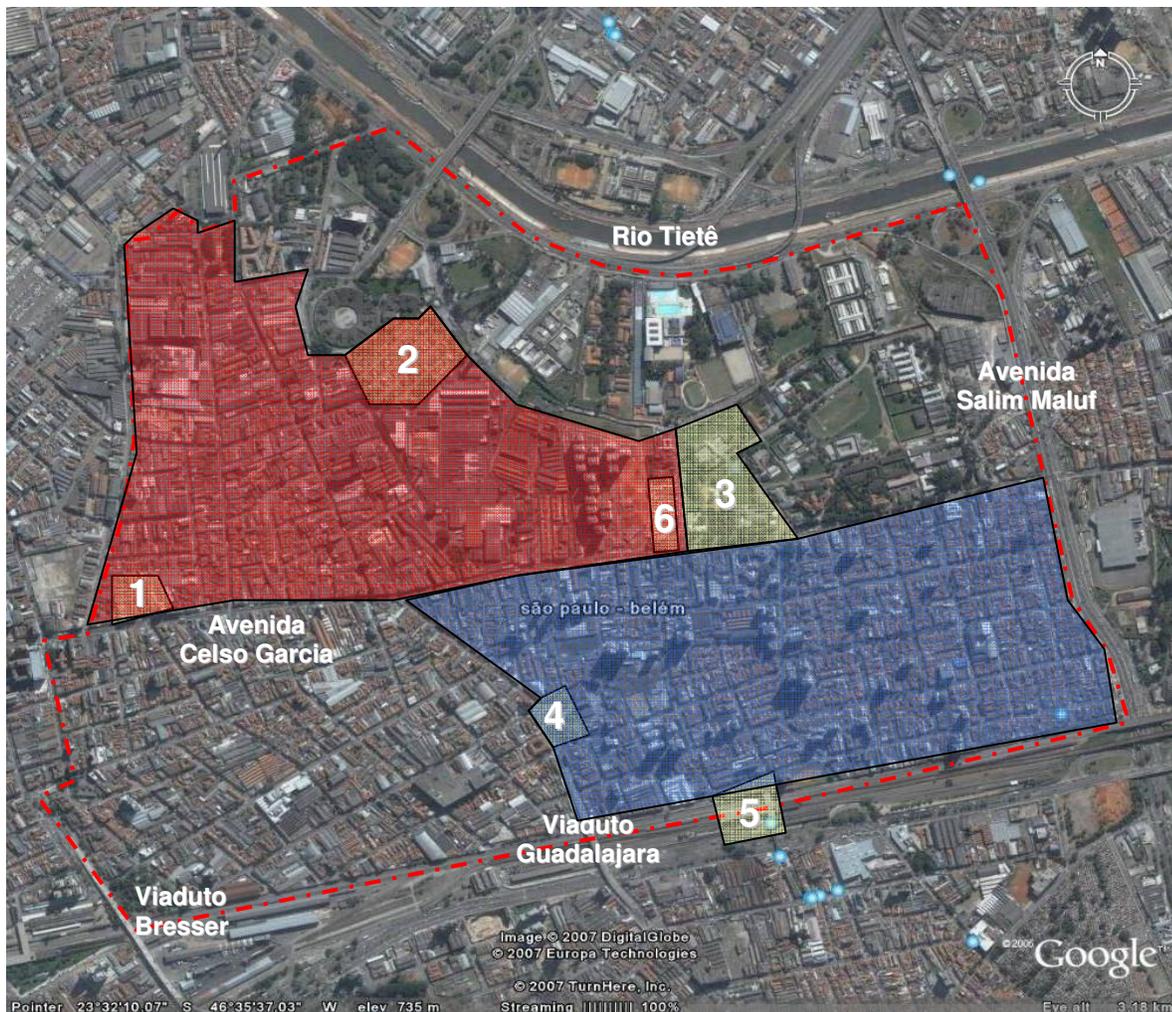
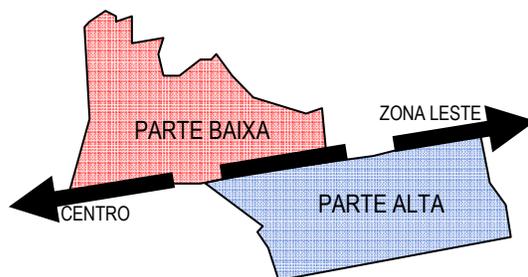


Imagem: extraída do Google Earth, 14.09.2007



**BELENZINHO – MARCOS ESPACIAIS**

1. Mutirão do Casarão
2. Vila Maria Zélia
3. Parque do Belém (Antiga Febem)
4. Largo São José do Belém
5. Metrô Belém
6. Favela Nelson Cruz

A Vila Maria Zélia, construída na primeira década do século XX, foi estudada por diversas linhas de pesquisas acadêmicas, como exemplo de promoção privada de habitação de interesse social, e possui elementos importantes para a reflexão que esta dissertação pretende realizar. Desejamos atualizar a experiência de morar na Vila Maria Zélia enquanto alternativa popular de moradia, conectando-a ao restante do bairro, pois, muitas vezes, os estudos sobre a Vila isolaram-na do próprio Belenzinho, discurso que, reproduzido, criou a ilusão de que ela é um marco em si mesma.

Utilizamos em nossa pesquisa a formulação teórica de Norbert Elias (2000) sobre os *estabelecidos* e *outsiders*, embora saibamos que sua proposta não visou estabelecer um modelo a ser reproduzido indistintamente no estudo de um bairro. Aproximamo-nos dos seus apontamentos ao nos debruçarmos sobre as relações entre os moradores do Mutirão, da Vila e do Bairro. Relações permeadas por mecanismos de controle que os moradores buscaram estabelecer para assegurar o controle do território e que influenciou na auto-imagem que cada um fez de si. Trabalhamos com a ambigüidade do conceito e da relação entre *estabelecidos* e *outsiders*, possível pelo fato de o conceito não ser utilizado de forma fixa, permitindo a mobilidade de papéis entre os indivíduos, de acordo com as relações que desenvolvem com outras pessoas.

A pesquisa documental foi realizada em acervos específicos como da Associação dos Moradores do Conjunto Residencial do Casarão (Amcrc), da Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca (Atrm) e da Ação Direta Assessoria em Habitação aos Movimentos Populares (AD). Sobre a Vila Maria Zélia, consultou-se o acervo específico do morador Edélcio Pereira (seu Dedé). Recorreu-se também a Secretaria de Planejamento (Sempla), a Secretaria Municipal

de Habitação (Sehab) e ao Departamento de Patrimônio Histórico (Dph).

### 1.1. Organização da Dissertação

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, além desta **Apresentação** e da **Conclusão**. Na primeira, são apresentados os motivos que levaram ao desenvolvimento da pesquisa, os objetivos e a metodologia utilizada para desenvolvê-la.

No **Capítulo 1** é abordada a problemática dos cortiços e da habitação operária na cidade de São Paulo, no final do século XIX e início do XX, e o contexto socioeconômico do surgimento das duas experiências aqui comparadas, a Vila Maria Zélia (1912-1917) e o Mutirão do Casarão (1991-1997). Buscou-se apresentar os elementos que agudizaram e potencializaram a problemática da moradia popular no bairro, em contextos bem diferentes, nos dois casos.

A Vila Maria Zélia, foi apresentada de forma breve, visto o grande número de pesquisas existentes sobre a mesma<sup>2</sup>, mas ressaltando as múltiplas visões que a cercaram. O Mutirão do Casarão foi analisado enquanto tentativa de uma política de atendimento a população encortiçada, desenvolvida a partir de 1989, durante a 1ª gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) na Prefeitura de São Paulo, em virtude das ações do Movimento de Moradia no bairro Belenzinho.

O **Capítulo 2** pretendeu oferecer alguns subsídios ao debate sobre a

---

<sup>2</sup> Destacamos três trabalhos cuja temática específica foi a Vila Maria Zélia: BLAY, E. *Eu não tenho onde morar*. São Paulo, 1985. Nobel; TEIXEIRA, P. P. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro, 1990. Paz e Terra; e MORANGUEIRA, V.S. *Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo (1917-1940)*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, FFLCH/USP.

segregação urbana. Buscou-se apresentar esse conceito multidisciplinar que se manifesta no espaço urbano sob diferentes aspectos: separação entre grupos sociais, constituindo territórios específicos; acessibilidade aos serviços públicos; desigualdades socioespaciais e a atuação das classes ricas no espaço, pela constituição de enclaves criados para proteger os ricos do contato com a violência urbana.

No âmbito deste trabalho, procurou-se compreender os mecanismos que permitiram a constituição de territórios segregados no Belenzinho. As diversas intervenções urbanas que impactaram o bairro, contribuindo para sua transformação física e a separação entre as classes sociais, que ocuparam locais predefinidos dentro do bairro. Se a indústria foi a indutora do desenvolvimento local ela também foi responsável pelo declínio nas atividades comerciais e na nova dinâmica do bairro. As experiências habitacionais aqui estudadas se ligam a esses processos, dialogam com a segregação por ocuparem a parte do território destinada às camadas populares e suas histórias se atrelam à trajetória da indústria no bairro.

O **Capítulo 3** voltou-se especificamente ao diálogo entre os moradores da Vila Maria Zélia e do Mutirão do Casarão, a partir do depoimento de dois deles. No caso da Vila Maria Zélia, entrevistamos Seu Dedé, a pessoa que tem se encarregado de preservar a memória desse local, e, no caso do Mutirão do Casarão, a Dona Salomé, responsável pela organização do conjunto habitacional.

Por meio dos relatos dos moradores foi possível captar suas relações com o espaço e por meio da narrativa perceber como as diversas transformações foram vivenciadas, entrelaçando as histórias individuais à coletiva (Pereira, 2002: 34). Por meio de suas histórias de vida e experiências fomos desvendando esses lugares, suas

relações com o bairro e inserção na cidade. As memórias lançaram um olhar para dentro e para fora de cada território, dimensionando o impacto dessas experiências em suas trajetórias pessoais, seus desejos e anseios.

Na **Conclusão** buscou-se responder às inquietações que a pesquisa apresentava, possibilitando a aproximação entre dois programas de habitação popular no entorno do centro da cidade de São Paulo, propondo algumas reflexões sobre a moradia popular a partir dos modelos aqui estudados. Fizeram parte dessas inquietações: o olhar sobre a população pobre da cidade, sua localização e trajetória na cidade, os programas habitacionais para áreas centrais, as transformações ocorridas no bairro e sua interface com os projetos aqui estudados, além da mudança nas propostas do Movimento de Moradia e no atendimento da população encortijada pelo poder público.

## 1.2. Memória: algumas considerações

Enquanto campo interdisciplinar, a memória passou a ser estudada por diversas áreas como História, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Educação e Biologia, e vários trabalhos foram desenvolvidos com o intuito de oferecer uma maior compreensão sobre esse fenômeno. No âmbito deste trabalho, cabe situar brevemente algumas reflexões sobre o papel da memória, a relação entre a memória coletiva e a memória individual, o papel da lembrança, os narradores, a problemática e os cuidados que envolvem a utilização da história oral, que se apresenta como instrumento operatório da relação dos indivíduos com suas memórias.

Ao recuperar a memória dos moradores da Vila Maria Zélia e do Mutirão do Casarão, por meio da história oral, buscou-se suas impressões sobre o espaço, suas experiências e reflexões enquanto habitantes da cidade e suas relações com o bairro onde estão inseridos. Reconstituir suas histórias de vida permitiu dimensionar o papel dos sujeitos na preservação desses lugares e as lutas travadas para que a memória não desaparecesse. A preocupação com a memória nessas narrativas, não apareceu somente em relação ao lugar, mas em relação à memória do grupo do qual fazem parte e que possuem marcos espaciais representativos do sentimento de pertencimento e da identidade grupal.

Em seu livro *História e Memória*, Le Goff (2003) preocupou-se em situar as principais transformações sofridas pela memória coletiva desde as sociedades essencialmente orais às escritas. Para esse autor, o conceito de memória seria crucial, por sua propriedade de conservação de informações do passado, acessadas e atualizadas pelos homens, possibilitando a abordagem dos problemas referentes ao

tempo e à história. Para este autor, a memória coletiva passou a ser disputada pelos grupos sociais, o que não impediu a manipulação consciente ou inconsciente da memória individual, balizada em fatores como afetividade, desejo, inibição e censura:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 2003: 422)

Nas sociedades essencialmente orais, a memória coletiva ganhou extrema vitalidade, pois se organizava em torno do grupo, com maior liberdade e possibilidades criativas, embora existissem “especialistas da memória” e “homens-memória”. Com o aparecimento da escrita ocorreram profundas transformações nessa relação dos indivíduos com a memória coletiva, passando esta a se apoiar em suportes como a escrita e o documento, realizando um esforço de se perpetuar por meio das lembranças: “a pedra e o mármore serviam, na maioria das vezes, de suporte a uma sobrecarga de memória” (Le Goff, 2003: 437).

No período medieval a memória foi penetrada pelo cristianismo, passando a fazer parte do mundo interior do homem, assim como a consciência e a introspecção. Nesse período permaneceu o equilíbrio entre a memória oral e a escrita, sendo que os anciãos mantiveram um papel de destaque dentro da sociedade, porque se “via neles homens-memórias, prestigiosos e úteis” (Le Goff, 2003: 444). Para essa sociedade o papel do narrador era importante, assim como nas sociedades essencialmente orais.

No período moderno a memória tornou-se objeto e instrumento para

perpetuar ações de governo, multiplicaram-se os símbolos para sua comemoração: moedas, medalhas, selos, ao mesmo tempo em que foram criados os monumentos de lembranças, edificados para perpetuar a memória coletiva das nações. Nos séculos XIX e XX, a memória coletiva ganhou outros suportes como as comemorações funerárias e a fotografia, o que possibilitou a retenção da “memória do tempo e da evolução cronológica”, além da sua multiplicação e democratização. (Le Goff, 2003: 460)

Em *A memória coletiva* Mauricio Halbwachs (2004) analisou o papel da memória coletiva, a vinculação entre memória e espaço, a constituição das lembranças e a oposição da memória com a história. Se, em um primeiro momento, a memória coletiva aparece em oposição à memória individual: “Ora a primeira testemunha, à qual podemos apelar, é a nós mesmos” (Halbwachs, 2004: 29), logo em seguida, o autor demonstrou como elas interagem e se complementam: “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos que só nós tivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (idem: 2004: 30).

Por meio da memória coletiva, os grupos e indivíduos definem sua identidade, sendo, portanto, o fator que confere continuidade e coerência, indispensáveis a reconstrução de si (Pollak, 1992: 204). A partir da interação com o outro, é que construímos o nosso sentido de pertencimento: “Recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade” (Thompson, 2002: 208). É no compartilhar das lembranças que os membros de um grupo as reconhecem e reconstroem: “É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no do outro” (Halbwachs, 2004: 39).

A memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, mudando de acordo com o lugar ocupado pelo indivíduo no grupo e de suas interações com outros meios (Halbwachs, 2004: 55). As lembranças individuais se conectam ao grupo, e por sua vez, a memória coletiva da sociedade (Bosi, 1994: 55). Isso explicaria os esquecimentos ligados não apenas à distância entre os sujeitos de um grupo, mas às mudanças ocorridas no meio social, assim como ao despertar das lembranças tão logo estejamos entre o grupo do qual havíamos esquecido ou nos afastado (Pereira, 2002: 13).

Segundo Halbwachs, a memória coletiva se ampararia em um grupo limitado no espaço e no tempo, as imagens espaciais captadas por um grupo, recebem a sua marca e vice-versa: “O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras” (2003: 139). A identidade do grupo residiria no vínculo entre indivíduo e espaço que, por sua vez subsistiria nas lembranças, apesar das transformações no espaço (Pereira, 2002: 14).

O apego do grupo a um determinado lugar pode ser perceptível pelo grau de conservação de quarteirões antigos dentro das cidades que se modernizaram, ou ainda pela formação de verdadeiras ilhas dentro da cidade, onde as relações de vizinhanças se mantiveram (Halbwachs, 2003: 142). A perda dessas tradições implicaria aos indivíduos, o sentimento de desamparo:

[...] mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens

que lhe representam os objetos exteriores. (Halbwachs: 2003: 143)

Para Bosi (1994 e 2003) a dificuldade de se reviver o passado como ele aconteceu, teria atribuído à memória uma função decisiva na existência humana, é por meio dela que se faz a relação entre o passado e o presente, estando todas as percepções imbuídas de lembranças (Bergson, apud Bosi, 1994: 46). A memória se debruça sobre o tempo vivido para recuperar o momento em que o indivíduo, não pressionado pela racionalização do tempo, se dedicava ao grupo no qual estava inserido: “A memória os reconquista na medida em que é um trabalho sobre o tempo, abarcando também esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil.” (Bosi, 2003: 53).

As lembranças individuais, perpassadas pelas recordações do grupo, com o decorrer do tempo, ganham uma dimensão pessoal: “muitas recordações que incorporados ao nosso passado não são nossas: simplesmente nos foram relatadas por nossos parentes e depois lembradas por nós” (Bosi, 1994: 407). A memória coletiva se desenvolve a partir de laços inscritos no interior de um grupo: escolar, familiar ou profissional e por meio da interação indivíduo-grupo, ela se acresce, unifica, diferencia e corrige (Halbwachs, 2004). O contato entre diferentes grupos sociais provoca disputas pelo domínio da memória (Le Goff, 1992), a ela também se atribuiu a manutenção da coesão interna do grupo e a defesa de fronteiras sociais e territoriais (Pollak, 1989: 9).

A construção social da memória propiciou aos grupos a criação de esquemas narrativos e interpretativos de fatos coerentes, o que gerou “versões consagradas” sobre determinados acontecimentos, ao mesmo tempo em que apareceram

“esquecimentos”, em relação ao que não fosse significativo: “O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história” (Bosi, 1994: 67). Para Pollak (1989: 11) o passado ao ser elaborado pode sofrer enquadramentos visando à fixação e permanência da memória de grupos ou indivíduos, o que pode causar a constituição de marcos de memória durante as entrevistas de história de vida, quando os indivíduos, constantemente, retornam a determinados acontecimentos (Pollak, 1992: 201).

### **1.3. O trabalho com história oral**

No trabalho com a memória, a fonte oral tem sido primordial pela articulação que possibilita entre a História e o cotidiano. No entanto, ela solicita do pesquisador tanto o esforço de sistematização quanto a clareza em relação aos dilemas metodológicos: “a fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa” (Bosi, 2003: 20). É preciso estar atento a todo o processo que envolve o trabalho com a memória, porque ao fazê-lo estamos buscando “dar voz” aos sujeitos com os quais trabalhamos, fazendo com que sejam ouvidos por outros grupos e comunidades (Portelli, 1997: 31).

O trabalho com a memória exige do pesquisador alguns procedimentos para não incorrer em erros ao se analisar os depoimentos realizados, considerando que ao realizar a narrativa, o entrevistado tem plena consciência de seu ato (Bosi, 1994: 39) e que suas lembranças se organizam dentro de um discurso coerente. A pessoa busca, por meio de sua fala, definir o seu lugar social e o do grupo do qual faz parte (Pollak, 1989: 13). Esse trabalho requer que o ouvinte seja paciente e esteja atento aos detalhes, realizando a leitura da linguagem corporal do narrador, de seus silêncios e esquecimentos. Bosi (1994 e 2003) destacou a importância da relação e

vínculo entre narrador e ouvinte, sendo que o ouvinte se coloca diante do bem mais precioso que a pessoa possui: as lembranças da própria vida, “o caminho pelo qual a existência retorna como representação” (Brandão, s.d.: 7): a sua memória.

O *boom* da história oral no Brasil ocorreu a partir de 1990, embora as primeiras experiências nesse campo tenham surgido na década de 1970<sup>3</sup>. Para Thompson (2003) o sucesso da história oral justificou-se por ter se apresentando como um instrumento de transformação do conteúdo e da finalidade da História. Ela revelou novos campos de pesquisa, que passaram a considerar como matéria-prima de trabalho, as experiências de vida de pessoas e grupos (2003: 25).

Desse modo, o relato oral de grupos pouco estudados tornou-se relevante por abrir frentes de pesquisas, a partir do desenvolvimento de estudos sobre a família, o movimento operário e sindical e sobre a história urbana. Essa mudança sinalizou o compromisso da história oral “em favor da mensagem social da história como um todo” (Thompson, 2003: 26), provocando a democratização da História na medida em que alguns grupos buscaram apresentar suas versões sobre o processo histórico e seus embates (Lozano, apud Amado & Ferreira, 2005: 18).

Diversas áreas têm utilizado a história oral como metodologia, tornando-a campo interdisciplinar, ao passo que, persistiram as polêmicas<sup>4</sup> que a norteiam. O

---

<sup>3</sup> Nos EUA os primeiros trabalhos com história oral iniciaram-se na década de 1950. No final dos anos 60 e início dos 70 o trabalho com história oral ganhou relevância a partir da publicação de periódicos especializados como o **Oral History Review** e a formação de associações e instituições dedicadas a esse tipo de pesquisa.

<sup>4</sup> O livro Usos e Abusos da História Oral é bastante ilustrativo de algumas dessas polêmicas: se a história oral deve ser considerada uma técnica, uma disciplina ou um método; a questão da subjetividade na pesquisa oral e a constituição de acervos. AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (coords.) **Usos & abusos da história oral**. 7ª ed., Rio de Janeiro, 2005, Ed. FGV.

questionamento do caráter subjetivo da história oral fez-se em função da utilização do depoimento como fonte, o que requer a organização do discurso e das lembranças: “transforma longínquas reminiscências em discurso organizado e razoavelmente lógico” (Gonçalves: 2002: 18). Para Portelli (1997:26), a história oral trata justamente da subjetividade, da memória, do discurso e do diálogo e deve-se reconhecer o seu caráter plural ao compreender múltiplas abordagens sobre a verdade. Sua objetividade se manifesta na interpretação do pesquisador sobre os depoimentos recolhidos, gerando o conhecimento histórico e científico (Lozano, apud Amado & Ferreira, 2005: 17).

Ao narrarem a própria vida, as pessoas organizam seus discursos buscando dar-lhes um sentido e uma explicação (Bosi, 1994: 419). Cabe à história oral ir além da simples coleta do relato, do registro e da reordenação do relato. Ela deve buscar que “o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica” (Lozano, apud Amado & Ferreira, 2005: 19), porque a experiência individual deve ser compreendida como parte de um processo maior no qual se insere. O pesquisador não deve assumir uma atitude de passividade frente ao entrevistado (Tourrier-Bonazzi, apud Amado & Ferreira, 2005: 233).

Como trabalhar com a fonte oral, já que as histórias de vida estão impregnadas de silêncios e evasões? Para Thompson (2003: 205), os silêncios representam as sutilezas da memória, sendo fundamental que o pesquisador esteja atento ao que não foi dito. O silêncio revelaria muito sobre o trabalho psicológico do indivíduo que deseja “controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais” (Pollak, 1989: 12). Carregado de significações o silêncio retoma o que deveria estar escondido, assim como as lágrimas que aparecem mediante certos episódios, demonstrando a fragilidade de

nossos narradores desnudos na frente de estranhos, depositários de seus sentimentos.

As entrevistas devem conter questões abertas ou fechadas? É melhor realizar visitas exploratórias para conhecer o campo ou ir já pronto a realizar as entrevistas? Qual a melhor técnica a ser adotada história de vida ou depoimento?

Em relação ao método, para Portelli (1997: 25), a primeira questão a se considerar na pesquisa é a clareza de que não estamos simplesmente lidando com fontes e sim com pessoas, o que pressupõe respeito e sensibilidade. Segundo Thompson (2003: 254), alguns cuidados metodológicos devem ser adotados no trabalho com história oral: em primeiro lugar, deve-se conhecer o assunto sobre o qual se está tratando, pois a história oral se insere dentro de uma problemática que se deseja estudar. Esse autor não defende a utilização de questionários inflexíveis, pelo contrário, para ele o planejamento prévio possibilita a adequação ao estilo do narrador (2003: 259) e sugere que a entrevista seja registrada desde o primeiro contato, pois seria difícil não penetrar na essência da memória (2003: 268).

Para Gonçalves (2002: 29) a diferença entre os depoimentos e a história de vida, estaria na forma de agir do pesquisador. Ao optar pelo depoimento, o entrevistador assume o controle sobre a conversa com o narrador, dirigindo-a, ao passo que, a história de vida requereria um tempo maior para o relato, que procura abarcar a existência do narrador, reconstruindo os acontecimentos que vivenciou, transmitindo sua experiência pessoal.

#### 1.4. Metodologia

Uma pesquisa sempre implica em opções metodológicas e isso significa ter que lidar com os impasses do trabalho com história oral. Nesta dissertação trabalhou-se tanto com depoimentos, como com histórias de vida. Para todos houve um primeiro contato, exploratório, onde deixamos claro o objetivo do trabalho e a abrangência da pesquisa<sup>5</sup>.

O depoimento foi utilizado quando se abordou as impressões dos moradores do bairro sobre o espaço, sobre as transformações do bairro e sua relação com os demais grupos sociais ali inseridos. As histórias de vida foram aplicadas aos moradores das habitações populares aqui analisadas, eixo dessa pesquisa: a Vila Maria Zélia e Mutirão do Casarão. Em todas as entrevistas optou-se por questões abertas, pois acreditamos ser essa a melhor forma para reconstituir as lembranças, deixando-as fluir. Durante a narrativa, foram feitos questionamentos, somente para esclarecimentos ou para aprofundar assuntos não abordados.

Foram realizadas seis entrevistas com quatro pessoas. As primeiras conversas ocorreram entre os meses de maio e agosto de 2007, em um segundo momento retornamos à Vila Maria Zélia e ao Mutirão do Casarão entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008 para realizar as histórias de vida. No mês de fevereiro de 2008, promovemos um encontro entre os protagonistas da Vila e do Mutirão, girando a conversa sobre a questão da preservação do espaço e da conservação da

---

<sup>5</sup> Ao apresentarmos os objetivos da pesquisa aos entrevistados, buscamos não o direcionamento de suas narrativas, mas sim, deixar claro nossa disponibilidade em ouvi-los. Estávamos em busca do estabelecimento de vínculo com pessoas que se dispuseram a compartilhar sua intimidade, dispor de seu tempo conosco e narrar suas lembranças, conforme apontamentos de PORTELLI, A., “Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral” In: **Projeto História**, nº 15, São Paulo, 1997. Puc, p. 13-33.

memória. Essa conversa não foi registrada, sua análise foi feita com base no diário de campo.

Todas as entrevistas (depoimentos ou história de vida) foram transcritas integralmente para depois serem organizadas por temas. Evitou-se a descrição de aspectos históricos do bairro, pois o mesmo já se encontrava no trabalho (**Capítulo 2**). Os depoimentos buscaram recuperar a vivência no bairro, os olhares sobre o espaço e os conflitos existentes. As histórias de vida exploraram e aprofundaram as experiências ligadas à moradia popular, as trajetórias pessoais dos entrevistados, seus olhares sobre o lugar onde residem, a interação com o entorno, as relações de vizinhança e os conflitos. Em todos os casos, porém, o que se percebeu foi como a história pessoal se conectou à memória do bairro, entrelaçando-se história e memória por meio de seus significados (Pereira, 2002: 34).

### **Contatos e conversas**

A experiência como antiga moradora do Belenzinho, conduziu o olhar para diversos aspectos que talvez passasse despercebido por outras pessoas sem contato com o mesmo. Nesse sentido, os lugares mencionados nas entrevistas não me foram estranhos e retornei a eles buscando encontrar as referências que meus narradores apontaram. As barreiras físicas que delimitaram as fronteiras espaciais dentro do bairro estão consolidadas, mas ao percorrer suas ruas a pé com uma câmera fotográfica na mão, as percebo ainda mais imponentes. Essas caminhadas possibilitaram a interação entre entrevistas e imagens, analisadas à luz das leituras teóricas realizadas.

A definição dos narradores partiu das relações e contatos mantidos dentro

do bairro. Assim, a primeira entrevistada foi dona Salomé, moradora do Mutirão do Casarão com a qual eu tinha relações dentro do conjunto habitacional e do movimento de moradia. Ela, por sua vez, por meio da agente comunitária do Programa Saúde da Família, Denise, contatou seu Dedé, morador da Vila Maria Zélia.

Um simpático vendedor de um sebo do bairro (William) me sugeriu um antigo morador da Rua Belém, seu Carmene, que, embora tenha se recusado a realizar a entrevista, travou diversas conversas comigo, indicando outro morador do bairro, Saulo Barros, jornalista com o qual mantinha contato em função da apreciação de ambos por literatura, uma vez que eles se dedicam à poesia. Manoel Pitta, presidente da Sociedade Amigos do Belém (Sab), foi sugerido pela própria instituição.

Manoel Pitta recebeu-me em um sábado, no começo do mês de agosto de 2007, no escritório de sua loja de calçados localizada em uma rua próxima ao Largo São José do Belém. A princípio ele propôs uma conversa rápida, pois a loja estava movimentada em função do dia dos pais, depois sugeriu que começássemos a entrevista e, se fosse preciso, que eu voltasse outro dia. Dessa forma, nossa conversa foi realizada sob várias pausas para que ele resolvesse os problemas da loja, atendesse telefonemas e pessoas que ali chegavam que, quando ficavam sabendo sobre o teor de minha pesquisa, diziam: “ele é o maior conhecedor do bairro” ou “ele sabe tudo o que acontece aqui!”

A primeira conversa com Saulo Barros foi realizada em sua casa, onde me apresentei, o esclareci sobre o objetivo da entrevista, ele solicitou que fosse encaminhado por e-mail previamente as perguntas. Posteriormente mantivemos

contato por e-mail para outros esclarecimentos.

Entrevistei dona Salomé em duas ocasiões. Além desses momentos específicos mantive com ela longas conversas e contatos sempre muito esclarecedores. As entrevistas foram realizadas em sua casa, todas acompanhadas de um delicioso café. Muitas vezes, elas foram interrompidas por moradores do Mutirão do Casarão em busca de alguma informação ou por algum de seus netos que queriam atenção. Em uma das entrevistas caminhamos pelo conjunto habitacional, entramos no antigo casarão e fomos ao escritório da Associação, onde estão guardados os documentos do período da obra, desordenadamente amontoados dentro de um grande armário. Pacientemente, dona Salomé acompanhou-me na separação dos documentos relacionados à história do Movimento de Moradia e do Mutirão, de outros que faziam parte das prestações de contas e que, pelo tempo, já poderiam ser descartados.

Seu Dedé foi entrevistado também em duas ocasiões. A primeira entrevista aconteceu no prédio onde funcionou o armazém da Vila Maria Zélia. Conversamos por aproximadamente duas horas, depois caminhamos pela Vila, ele me falou dos lugares, da arquitetura. Nosso segundo encontro aconteceu em sua casa, em um dia chuvoso. Antes da entrevista, ele me mostrou imagens, livros e reportagens realizadas sobre a Vila. Após uma pausa da chuva, fomos caminhar pelas ruas do conjunto. Seu Dedé disponibilizou diversas fotografias da Vila Maria Zélia, bem como seu acervo pessoal sobre este espaço para que eu pudesse consultar.

Tanto Manoel Pitta quanto seu Dedé já haviam concedido diversas entrevistas para jornais, revistas e pesquisadores. Se, por um lado, isso se apresentou como uma facilidade, pois já estavam familiarizados com microfones e roteiros de

entrevistas, por outro trouxe alguns problemas: as narrativas pré-estruturadas (Pereira, 2002: 42). Isto fazia com que os mesmos buscassem reproduzir discursos, impossibilitando a introdução de novas variáveis, sendo necessário insistir em certos assuntos que ainda não tinham sido abordados. Em ambos os casos, os narradores trouxeram recortes de jornais e mesmo DVDs com a gravação de entrevistas que concederam, sugerindo que elas poderiam complementar aquilo que, por acaso, eles tivessem esquecido.

## Capítulo 1. A MORADIA POPULAR NA CIDADE DE SÃO PAULO

### 1.1. Os cortiços

O crescimento da cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX e começo do século XX, foi objeto de inúmeros estudos<sup>6</sup>, que apontam a estreita ligação entre a produção e a comercialização do café, a implantação da ferrovia, a incipiente indústria surgida nesse período e o processo de urbanização desencadeado na cidade.

Segundo Blay (1985), em São Paulo, o excedente de capitais advindos da lavoura cafeeira possibilitou a ampliação de setores produtivos, como a indústria, o comércio e a administração, todos ligados à lavoura cafeeira, provocando a expansão da força de trabalho na cidade, tendo em vista a intrínseca relação entre oportunidades de trabalho, mão-de-obra, atração de capitais e ampliação do mercado.

A cidade sofreu uma explosão demográfica com a chegada de cerca de um milhão e duzentos mil imigrantes, em busca de oportunidades de emprego na indústria paulistana<sup>7</sup>. Em 1872, a população paulistana era composta por 23.243 habitantes, passando, em 1900, para 239.820 habitantes, um crescimento

---

<sup>6</sup> Entre os vários os trabalhos que analisaram o crescimento da cidade e a relação entre café, ferrovia e indústria destacamos: BANDEIRA JR., A. F. **A indústria no estado de São Paulo em 1901**; CANO, W., **Raízes da concentração industrial em São Paulo**; CARONE, E., **A Evolução industrial de São Paulo (1889-1930)**; DEAN, W., **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**; LANGENBUCH, J. R., **A estruturação da Grande São Paulo**; e MORSE, R., **A cidade de São Paulo no período de 1855-1890**.

<sup>7</sup> ANDRADE, M., **Bairros além Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) Departamento de Geografia, FFLCH/USP, p.68.

aproximado de 1000%<sup>8</sup>.

O incremento populacional não foi acompanhado pelo aumento no número de moradias, mas provocou a expansão da cidade em várias direções, exigindo que serviços públicos e equipamentos coletivos se estruturassem para as novas necessidades (Bonduki, 2004: 19).

A escassez de moradia e a elevada demanda potencializaram a ocupação dos bairros no entorno do Triângulo Central<sup>9</sup> pela população mais pobre, na medida em que morar no centro tornara-se caro. Os terrenos próximos às áreas alagadiças, como as várzeas dos rios, foram escolhidos pelo capital imobiliário para o desmembramento de sítios e chácaras em lotes industriais. O setor imobiliário, dessa forma, promoveu a ocupação do território com baixos investimentos.

O eixo ferroviário delimitou o espaço a ser ocupado pela indústria e pela população operária, assegurando que os espaços vazios e baratos, portanto na parte mais baixa dos terrenos, abrigassem os mais pobres – os “varzeanos”, designação que, segundo Sevcenko (1997: 2), qualificava a pessoa tida “como a menos civilizadas, a mais rude, a mais rústica, aquela especialmente destinada ao trabalho pesado”.

O crescimento da cidade gerou a definição do espaço urbano claramente demarcado, sendo a população distribuída em segmentos sociais distintos dentro de seu território (Carone, 2001: 56). Surgiram, portanto, os bairros ocupados pela elite,

---

<sup>8</sup> Conforme SIMÕES JR., J. G., **Cortiços em São Paulo: o problema e suas alternativas**. São Paulo, 1991. Pólis; e KOHARA, L.T., op. cit.

<sup>9</sup> Chamamos de Triângulo Central o perímetro formado pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro, núcleo histórico da cidade de São Paulo, próximo à Praça da Sé.

como Campos Elíseos e Higienópolis, e aqueles destinados aos trabalhadores, como Bexiga, Brás, Mooca, Belenzinho e Barra Funda. Os bairros operários foram instalados, como destacado, prioritariamente ao longo da linha férrea, em terrenos de baixo custo.

[...] Os chamados bairros operários ocupam principalmente as zonas de várzea, inundáveis e insalubres. Eventualmente, nestes bairros operários são construídas casas para a pequena ou mesmo a alta burguesia, mas o que predomina no bairro são as casas operárias lado a lado com a fábrica. Por outro, as zonas altas, tidas como saudáveis e mais caras, vão sendo ocupadas pelos vários segmentos da burguesia. Entre as casas burguesas erguem-se, eventualmente, casas de operários ou formam-se cortiços e vilas, mas não são estes os predominantes. [...] (Blay, 1985: 51)

Os bairros operários além-Tamanduateí (Mooca, Belenzinho e Brás) passaram a concentrar os maiores contingentes de indústrias e mão-de-obra imigrante, predominando principalmente os grupos de italianos. O que diferenciou esses bairros de outros foi principalmente a concentração de indústrias<sup>10</sup>. No restante, eles tinham aspectos em comum: na sua paisagem se misturavam fábricas e residências.

Os bairros operários e pobres apresentavam aspectos semelhantes: ruas inteiras de casas feitas em série, habitações pobres, habitações coletivas, pequenas oficinas, pequenas ou grandes fábricas, pequeno comércio, sistema deficiente de água e esgotos, etc. (Decca, 1985: 20)

---

<sup>10</sup> Em levantamento realizado por Andrade (1991) sobre as indústrias instaladas nos bairros além-Tamanduateí em 1907, existia uma diferenciação entre os bairros operários além-Tamanduateí e os formados por Bom Retiro, Barra Funda e Água Branca. Os primeiros concentraram a maior parte das indústrias da capital (p. 123, 125 e 134).

Não se pode precisar o exato momento em que surgiram os cortiços na cidade de São Paulo, mas eles já aparecem como preocupação por parte da legislação desde 1886. (Lemos, 1998: 11). No entanto, foram condições necessárias ao seu aparecimento: o crescimento demográfico, a demanda por moradias de baixo custo e a proximidade do local de trabalho. Esses fatores asseguraram a superutilização dos lotes urbanos, gerando a maior divisão possível de cômodos e a conseqüente subdivisão em vários cubículos (Rolnik, 1997).

A proliferação e disseminação dos cortiços pela cidade deram-se de forma rápida, em virtude de dois fatores conjugados: a necessidade de moradia por parte da população pobre e a lucratividade que o investimento possibilitava por parte dos empreendedores. Os cortiços se tornaram um investimento altamente rentável em função: do máximo aproveitamento dos terrenos, do baixo custo da construção, da utilização de materiais de péssima qualidade nas edificações e da ausência de manutenção dos espaços (Bonduki, 2004: 25).

Esses fatores possibilitaram maior rendimento ao capital, se comparado com o valor obtido com a locação de casas unifamiliares e higiênicas, produzidas exclusivamente para a elite e que, em função do seu valor, eram incompatíveis com o salário recebido pelo trabalhador<sup>11</sup>. O cortiço foi o elemento que permitiu, via habitação, a exploração e reprodução da força de trabalho pelo capital, acentuando ainda mais o processo de pauperização vivido pelo trabalhador.

Mão-de-obra sub-remunerada, não tem condição de adquirir ou

---

<sup>11</sup> Conforme Kowarick (1994), os “investidores” em cortiços possuíam padrões de renda diversificada: iam de pequenos a grandes empreendedores. No entanto, grandes fortunas se formaram a partir desse tipo de investimento como, por exemplo, a do marido da Princesa Isabel, o Conde D’Eu, conhecido como Conde Cortiço. KOWARICK, L.; ANT, C., **Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo**. In: KOWARICK, L. (org.) **As lutas sociais e a cidade**. 2º Ed. Rio de Janeiro, 1994. Paz e Terra, p. 73-91.

alugar uma casa, pois o custo da mercadoria habitação transcende em muito o preço da força de trabalho. Desta forma, na medida em que a economia baseia seu processo de extração de excedentes na pauperização dos trabalhadores e ao mesmo tempo precisa manter a unidade familiar operária a fim de explorá-la e garantir sua continuidade, o cortiço aparece como a forma mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a classe trabalhadora, a baixos custos. (Kowarick & Ant, 1994: 74)

Ao longo do tempo, os cortiços apareceram sob diversos nomes, formas e tipologias arquitetônicas<sup>12</sup>. O traço comum dessa moradia foi seu caráter de habitação coletiva precária, acentuado pela adaptação, adensamento e superlotação dos cômodos, ausência de privacidade, compartilhamento de instalações sanitárias por diversas famílias, vários usos dentro do mesmo espaço, infra-estrutura inadequada (pouca ventilação, umidade em paredes e tetos, baixa incidência de sol), informalidade nas relações locatícias e alto custo dos aluguéis.

O histórico do cortiço na cidade de São Paulo pode ser dividido em três fases distintas<sup>13</sup>. A primeira compreenderia o final do século XIX até 1930, quando o cortiço era, predominantemente, a moradia da população de mais baixa renda, por todos os motivos aqui já expostos.

A segunda fase, de 1930 a 1970, caracterizou-se como o momento em que o

---

<sup>12</sup> Comarú (1998) elencou alguns nomes para designar o cortiço: cabeça de porco, quintal, casa de cômodo, vila, zungu, pensão, etc. Na leitura de Bonduki (2004) são elencadas para os cortiços as modalidades: casas de cômodo, hotel-cortiço, cômodos de fundo, cortiço-pátio, casinha, cortiço-quintal (op. cit., p. 23, 25). E, segundo Vêras (1992), os cortiços podem ocupar casarões deteriorados em áreas centrais, residências de padrão médio e alto, prédios de quitinetes (exemplo do Edifício São Vito, localizado na frente do Mercado Municipal de São Paulo) ou vilas construídas nos bairros do anel intermediário e na periferia.

<sup>13</sup> Para a divisão apresentada utilizei a periodização proposta por SIMÕES JR., op. cit.

cortiço teve reduzido o seu protagonismo como moradia operária, com o aparecimento da casa autoconstruída na periferia da cidade. Essa substituição foi possibilitada pelos avanços da industrialização, melhoria do sistema de transporte e incentivo aos loteamentos distantes da área central, provocando o espraiamento da classe trabalhadora para novos espaços dentro da cidade e sua conseqüente periferação.

A última fase, entre o final de 1970 e 1990, caracterizou-se pelo reencortiçamento da cidade, sobretudo, em função de dois motivos: a promulgação da Lei Lehman, Lei nº 6.766, de 1979, que visava reverter o processo de deterioração urbana, coibindo os loteamentos clandestinos e punindo os especuladores, e o adensamento das construções já existentes em função da concentração da oferta de empregos e da proximidade moradia-trabalho (Simões, 1991: 18).

No processo de periferação do trabalhador, não devemos desconsiderar o debate, a partir de 1930, cobrando a intervenção do Estado na produção e no financiamento habitacional e a difusão do ideal da casa própria associada ao progresso material do trabalhador.

Sob o governo Vargas, a moradia tornou-se uma atribuição do Estado, que passou a intervir em sua produção, no acesso a ela e no mercado de locação, por meio da Lei do Inquilinato, de 1942. Essa lei, ao congelar os aluguéis por quase duas décadas, desestimulou a produção privada de habitações de aluguel para a classe trabalhadora, gerando diversas ações de despejo contra os inquilinos na cidade (Bonduki, 2004: 81).

A moradia tornou-se símbolo da constituição moral da sociedade e, dentro

desse projeto, o ideal de trabalhador passou a ser aquele que aceitou transferir-se para a periferia, onde poderia edificar a sua casa própria, cercando-se da segurança de tornar-se proprietário e atestando a sua boa conduta, enquanto “aquele que venceu na vida” (Kowarick, 2000: 30).

Os trabalhadores, deixando de ser uma ameaça, teriam na casa própria um objetivo capaz de compensar todos os sacrifícios; já o morador do cortiço ou da moradia infecta estava condenado a ser revoltado, pronto para embarcar em aventuras esquerdistas para desestabilizar a ordem política e social. (Bonduki, 2004: 84)

O padrão periférico de crescimento adotado pela cidade de São Paulo possibilitou que o trabalhador tivesse acesso à moradia própria em lotes sem infraestrutura, distantes do seu local de trabalho, mas onde ergueu sua casa com padrão unifamiliar (Kowarick, 1994: 83).

A dispersão física dessas moradias no espaço dificultou a articulação e as mobilizações para que os trabalhadores organizassem suas lutas. Por exemplo, o fato de estes residirem próximo a seus locais de trabalho, durante a greve de 1917, permitiu uma maior mobilidade para se organizarem. Por último, a lucratividade obtida com a especulação imobiliária na comercialização de terrenos distantes de centro da cidade, sem qualquer benfeitoria e infra-estrutura, tornou-se a marca registrada do crescimento da região metropolitana de São Paulo.

A partir desse momento, a invasão de terrenos nas periferias e a construção de moradias improvisadas tornaram-se a alternativa adotada por migrantes recém-chegados, desempregados e a população com baixíssima renda, que não possuíam condições de adquirir um lote, mesmo a prestações mínimas (Simões, 1991: 16).

Ao longo dos anos 50, expandiu-se a mancha urbana da cidade, formando-se os bairros periféricos, onde proliferou uma infinidade de casas autoconstruídas, ao mesmo tempo que apareciam as primeiras favelas<sup>14</sup>. Apesar desse movimento, os cortiços continuaram como alternativa de moradia de aluguel em áreas centrais e seu entorno e, embora várias propostas tenham sido feitas para erradicá-los, eles ainda permanecem como moradia para milhares de pessoas em São Paulo.

---

<sup>14</sup> “De qualquer forma, o fenômeno do enfavelamento não logrou se desenvolver em larga escala em São Paulo antes da década de 70, ficando até então restrito a algumas pequenas áreas da cidade e agregando uma população não muito numerosa.” (BONDUKI, apud KOWARICK, 1994: 124)

## 1.2. As vilas operárias

Vários são os estudos que apontam o olhar higienizador da elite e do poder público sobre a habitação popular<sup>15</sup>. E foi ao se tornar um problema urbano e ser vista como um perigo às condições sanitárias e higiênicas da cidade que ela ganhou visibilidade (Bonduki, 2004).

Para combater as constantes epidemias que assolaram a cidade, o poder público, apoiado no discurso médico-sanitarista, adotou medidas que visavam combater as possibilidades de contágio no meio urbano<sup>16</sup>. Nesse sentido, drenaram-se pântanos, abriram-se avenidas, alargaram-se e arborizaram-se ruas e promoveu-se a melhoria do sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Por outro lado, os higienistas identificaram a moradia operária como o foco de propagação das doenças pela cidade<sup>17</sup> e passaram a intervir nesse espaço, no sentido de controlá-lo e desinfetá-lo. Sobre esse olhar, deslocaram-se as intervenções do meio físico para o social e do espaço público para o privado (Rolnik, 1997: 40). A população pobre, moradora dos cortiços, passou a ser vista como pernicioso, promíscuo, sem modos ou hábitos higiênicos, portanto, incapaz de zelar por sua integridade física e moral. Disseminou-se a idéia de que erradicar os

---

<sup>15</sup> Blay (1985); Rago (1987); Vêras (1992); Carpintéro (1993), Kowarick & Ant (1994); Correia (1995), Chalhoub (1996); Rolnik (1997); Bresciani (2001) e Bonduki (2004), entre outros.

<sup>16</sup> No final do século XIX e início do XX, várias foram as epidemias que assolaram cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. As medidas adotadas para combater os focos infecciosos tiveram as mesmas matrizes, baseadas em medidas européias como intervenções urbanas e combate aos cortiços e moradias precárias.

<sup>17</sup> Rolnik (1997) abordou a influência da legislação européia nos instrumentos urbanísticos brasileiros e na formação dos médicos higienistas da Escola de Medicina do Rio de Janeiro (op. cit., p. 35-42). Sobre esse assunto ver também RAGO, M., **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro, 1985. Paz e Terra, especialmente o capítulo IV (p. 163-175) e CHALHOUB, S., **Cidade Febril**. São Paulo, 1996, Cia. das Letras, capítulo I.

cortiços da cidade era o caminho para atingir a saúde (Kowarick & Ant, 1994: 78).

O controle global da população pobre da cidade, seja nos lugares públicos, seja no espaço doméstico, por parte destes especialistas se funda na crença generalizada de que a “casa imunda”, o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz. (Rago, 1987: 164)

Os cortiços passaram a ser considerados espaços degradantes, capazes de desvirtuar os indivíduos, e vários foram os estudos que apontaram os efeitos das habitações precárias sobre a formação moral das pessoas<sup>18</sup>. Para minimizar os efeitos do meio sobre elas, propunha-se a adoção da habitação higiênica às camadas mais pobres (Carpintéro, 1993).

Propagou-se o vínculo entre pobreza e periculosidade<sup>19</sup> e, no imaginário de higienistas e industriais, a adoção de uma pedagogia totalitária<sup>20</sup> justificava-se na medida em que era necessário que o trabalhador fosse moldado para adquirir novos hábitos e modos.

---

<sup>18</sup> A partir do século XIX, tornou-se corrente a idéia de que o meio ambiente formava o indivíduo. Nessa perspectiva, era necessário intervir nas condições em que viviam os operários, para torná-los aptos ao trabalho. Esse processo seria correlato a outros dois: a utilização dos instrumentos da disciplina para domar o corpo social e a medicalização do espaço urbano. Ver em CORREIA T., **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão** (p. 38-39 e 48-49).

<sup>19</sup> Conforme Chalhoub (1996), a expressão “classes perigosas” passou a ser utilizada associando pobreza e periculosidade. Em uma sociedade que exaltava a figura do bom trabalhar como aquele que poupava o suficiente para ter certos confortos, o indivíduo associado ao não-trabalho seria aquele que se entregava à ociosidade e ao vício, portanto, destituído de virtudes: “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (op. cit., p. 22-23).

<sup>20</sup> Para Rago (1987), a aplicação da pedagogia totalitária justificou-se pela adoção, por parte dos trabalhadores, de novos hábitos: “pretende ensinar-lhes ‘hábitos racionais’, de comer, de vestir-se, de morar ou de divertir-se” (op. cit., p. 175).

Em termos morais, a casa do pobre era vista como ambiente promíscuo e embrutecedor, onde se originavam a imoralidade, os desvios, a mendicância e a revolta. Seus amontoamentos, misturas e sujeiras eram vistos como absolutamente incompatíveis com uma vida familiar sadia e regrada. Por não ser um ambiente acolhedor, era responsabilizada por atirar seus moradores às ruas, aos bares e bordéis, onde se entregavam aos vícios, devassidão, ócio, enfim, a toda uma série de atividades marginais à sociedade do trabalho, que então a burguesia estava empenhada em construir. (Correia, 1995: 31)

Outros benefícios trazidos com a introdução de um modelo higiênico de habitação<sup>21</sup> entre a população mais pobre seriam: evitar os riscos de contágio de doenças infecciosas, difundir a casa unifamiliar e instaurar mecanismos de controle sobre os trabalhadores, buscando introduzir outros hábitos e valores e evitar mobilizações sociais.

[...] se a casa degrada o indivíduo, alterada de acordo com os preceitos da higiene e da moral, ela poderia converter-se em elemento que corrige, em meio gerador de pessoas saudáveis e regradas. Esta transformação era pensada em termos de controle e reordenamento destes ambientes, segundo preceitos de saúde, moral e segurança. (Correia, 1995: 45)

---

<sup>21</sup> Conforme Correia (1995), a “habitação higiênica” disseminaria hábitos como a manutenção da higiene e limpeza, a separação dos ambientes, evitando a promiscuidade; e, ao ocupar um espaço maior, a família asseguraria sua privacidade em relação à rua e aos vizinhos. “É elemento de moralização e fortalecimento da família, conferindo charme ao lar e favorecendo a troca de prazeres regrados.” (op. cit., p. 58)

Nesse contexto, as vilas operárias<sup>22</sup> tornaram-se o contraponto ao cortiço, por se apresentarem como alternativa que disciplinava o espaço da moradia tal qual o espaço da fábrica (Véras, 1992: 105). Ao incentivar a sua construção, o poder público municipal pretendeu solucionar três problemas simultâneos: a questão sanitária, diretamente ligada às condições de habitabilidade da população mais pobre; a especulação imobiliária, devido à demanda habitacional e baixa oferta de moradias; e a ocupação dos vazios urbanos.

Na cidade de São Paulo, essa discussão se complementou com o estabelecimento de áreas onde as vilas pudessem ser construídas, longe do perímetro central, e o poder público, por meio da isenção de impostos<sup>23</sup>, incentivou a produção privada desses empreendimentos, desde que obedecessem aos padrões higiênicos estabelecidos pela Prefeitura. Entre os terrenos indicados para sua construção, destacaram-se aqueles próximos às linhas férreas, como as várzeas do Tamanduateí (Mooca, Brás, Belenzinho), e em bairros como Santana, Pirituba, Água Branca e Penha (Blay, 1985: 75).

Segundo Bonduki (2004: 47), as explicações para a emergência das vilas operárias como concessões paternalistas dos empresários para seus funcionários,

---

<sup>22</sup> Segundo Correia (1995), no Brasil utilizou-se de forma genérica o termo “vila operária”, gerando imprecisões ao se classificar sob a mesma nomenclatura experiências bastante diversas e que apresentariam diferenças em relação à gestão do trabalho. Sob esse aspecto, são chamadas “vilas operárias” conjuntos de casas construídas tanto por empresas imobiliárias para venda e locação como aquelas que abrigavam funcionários de ferrovias, indústrias e usinas ou mesmo as desenvolvidas pelo Estado, no período entre 1870 e 1930. Nesta dissertação ao utilizarmos o termo “vila operária”, assim como outros autores, estaremos nos referindo ao modelo chamado “vila-cidadela”, núcleos edificadas e geridas por industriais, nos subúrbios da cidade, criando uma “nova cidade” autônoma, dotada de infra-estrutura e equipamentos. Em São Paulo, esses exemplares ocorreram com maior frequência no interior do estado; no entanto, na cidade, o ícone desse padrão de vila operária foi a Vila Maria Zélia, construída no bairro Belenzinho por Jorge Street, entre 1912 e 1917.

<sup>23</sup> As leis nº 498, de 1900 e nº 1098, de 1908, propunham a isenção de impostos aos empresários que construíssem habitações operárias.

estratégia para atrair mão-de-obra, ou mesmo como forma de controlar o tempo livre do trabalhador, submetendo-o à ordem patronal, poderiam ser aplicadas somente parcialmente no caso da cidade de São Paulo.

Para esse autor, a construção dessas vilas se explicaria mais como uma alternativa segura de investimento e por possibilitar vantagens adicionais na relação patrão-operário: pagamento de salários menores aos trabalhadores que residissem na vila, exigência que outros membros da família se empregassem na empresa e a segurança de receber o pagamento do aluguel, descontado diretamente na folha de pagamento. Após 1930, algumas vilas foram construídas visando assegurar que funcionários da área de manutenção das fábricas estivessem próximos aos locais de trabalho, suprimindo qualquer eventualidade das indústrias.

As vilas operárias vieram complementar o projeto não explícito, entre as classes dominantes, de reordenamento da cidade, normatizando o espaço e controlando-o, por meio da construção de lares regradados junto a espaços de produção, consumo e lazer (Correia, 1995). Para poder levar a cabo tal projeto, era necessário edificar os empreendimentos longe dos agitos e perigos da cidade<sup>24</sup>, adotando como padrão o isolamento físico das vilas operárias<sup>25</sup>. Outra estratégia para conter o trabalhador no espaço da vila operária foi a construção de equipamentos coletivos e de lazer, garantindo, por parte dos industriais, total

---

<sup>24</sup> Correia (1995) analisou as contradições no imaginário e nas representações sobre as grandes cidades, no século XIX. Por essa análise, podemos vislumbrar que ora as cidades são vistas como locais da produção, comércio e indústria, ora como locais ameaçadores, por nelas se acentuarem as questões sociais, causando riscos e tendo conseqüências sobre os trabalhadores. A edificação das vilas operárias longe da cidade vem obedecer a esse padrão, pois se evitou qualquer interferência externa em seu espaço (op. cit., p. 74 -78, 159-165).

<sup>25</sup> Conforme Correia (1995), o isolamento espacial e social foi característica de várias vilas operárias, quer as construídas em núcleos fabris, quer aquelas nos subúrbios da cidade, como a Vila Maria Zélia, edificada pela Cia. Nacional de Tecidos de Juta, no Belenzinho, São Paulo.

controle sobre o cotidiano operário.

As vilas operárias inseriram-se em um conjunto de práticas capitalistas que funcionaram como instrumento de pressão sobre a força de trabalho, permitindo o seu atrelamento aos patrões, possibilitando a elevação da produtividade, a sujeição e o controle do trabalhador, incluindo os momentos mais íntimos de sua vida (Rago, 1987: 177).

Para o movimento operário, o fato de a vila estar apartada da cidade obrigou o trabalhador a se distanciar da luta de classe e dos instrumentos de reivindicação do próprio movimento, por exemplo, levando-o a não participar de greves<sup>26</sup>.

Para o operário, esta casa era um favor especial, desejado, esperado. *Significava morar perto do trabalho, ter casa e emprego garantido, ter um salário certo.* Significava, portanto, livrar-se da insegurança econômica, dos cortiços, das moradias em cômodos ou da convivência forçada com muitas outras famílias. [...] Significava *compartilhar da propriedade privada sem ser proprietário.* (Blay, 1985: 145, grifos nossos)

Os efeitos das vilas operárias sobre os trabalhadores não podem ser pensados somente em termos da exploração capitalista, elas representaram a segurança frente aos altos aluguéis pagos em moradias precárias e a gama de vantagens a elas atribuídas compensava os aspectos repressivos, como o conjunto de regras existentes nesses espaços e o controle exercido pelo patrão sobre o lar.

Em meados da década de 1920, visto o reduzido número de trabalhadores residindo em vilas operárias, retomou-se o debate sobre como solucionar o problema

---

<sup>26</sup> BLAY, E. (op. cit., p. 144-145, 149-150).

da moradia operária e a moralização do proletariado<sup>27</sup>. O papel dos higienistas minimizou-se, diante do aparecimento de novos atores na gestão da cidade: engenheiros, arquitetos, urbanistas, sociólogos e advogados que, imbuídos de técnicas disciplinares, imaginaram-se capazes de remodelar o espaço da casa operária, por meio da racionalização técnico-econômico-administrativa, associada às preocupações com disciplina e produtividade do trabalho (Decca, 1987).

A casa, no entanto, continuou responsabilizada pelos comportamentos desvirtuantes dos trabalhadores, tornando-se um entrave ao desenvolvimento da nação e à constituição de trabalhadores fortes, sadios e produtivos (Rago, 1987).

As vilas operárias tornaram-se ideais para a identificação do trabalhador com os novos valores da sociedade: pessoas saudáveis, física e moralmente, que valorizavam a família e o aconchego do lar. Condições possíveis dentro das vilas operárias, locais que protegiam seus moradores dos perigos e vícios encontrados nas ruas e nos cortiços.

---

<sup>27</sup> Representativo dessa nova concepção foi o Iº Congresso de Habitação, realizado em maio de 1931 em São Paulo, promovido pelo Instituto de Engenharia e pela Prefeitura do município, tendo como objetivo a busca de soluções para os problemas urbanos e a habitação operária. Ver mais em Blay (1985) e Rago (1987).

### 1.3. A Vila Maria Zélia

Como visto anteriormente, as vilas operárias representaram a confluência de diversos interesses: aos higienistas interessava o estabelecimento de um padrão de habitação sadia e higiênica, voltada ao combate de vícios e doenças. O poder público, impossibilitado de cumprir seu papel enquanto promotor de moradia e regulador da ordem pública, delegou tal tarefa à iniciativa privada, por meio da isenção de impostos. E os industriais, ao assumir a tarefa de prover habitações aos trabalhadores, não só asseguraram o retorno de seus investimentos, como também o controle sobre a mão-de-obra em suas fábricas.

A Vila Maria Zélia, construída entre 1912 e 1917 pelo industrial Jorge Street<sup>28</sup>, no bairro do Belenzinho, tornou-se modelo do projeto de vila operária no município de São Paulo, embora não tenha sido a única a ser erguida na cidade<sup>29</sup>.

Ela constitui [...] documento fundamental de uma época e de uma forma de ocupação do espaço urbano. Apesar disso ela é a representante única de modelo que não se reproduziu. A Vila

---

<sup>28</sup> Jorge Street (1863-1939) nasceu no Rio de Janeiro e se formou em medicina. Herdou de seu pai ações da Cia. Fábrica São João (RJ), transferida em 1904 para São Paulo. Adquiriu de Antônio Penteado a Cia. Nacional de Tecidos de Juta (Cntj), entre 1907 e 1908, e em 1915 contraiu empréstimos para a construção da fábrica de tecidos de algodão e da vila operária que levaram o nome de sua filha, morta ainda adolescente. Foi presidente do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo de 1926 a 1929, primeiro-secretário do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em 1927, consultor técnico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), diretor geral do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, e diretor geral do Departamento Estadual do Trabalho em São Paulo, em 1934. Dados obtidos em E. Blay, op. cit.; M.I.S Matos, *Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)*, e P Teixeira, op. cit., que possui estudo detalhado sobre a trajetória de Jorge Street.

<sup>29</sup> Outras vilas operárias foram construídas na cidade, como a Vila Crespi (Mooca), a Vila Nadir Figueiredo (Vila Maria), Vila Guilherme Giorgio (Jardim Têxtil) e Vila Cerealina (Belenzinho), conforme destacado em E. Blay (op. cit.).

Maria Zélia tem um grande interesse urbanístico, à medida que concretiza uma das possíveis formas da habitação operária produzida pelo capital. (Blay, 1985: 219)

Street adquiriu o terreno para instalação da fábrica de algodão e da vila operária entre 1910 e 1912<sup>30</sup>. A área, pertencente ao coronel Fortunato Goulart, tinha aproximadamente 300 mil metros quadrados e localizava-se em terrenos marginais do Rio Tietê entre a Rua Catumbi e a Avenida Celso Garcia<sup>31</sup>. O arquiteto francês Pédarrieux foi encarregado de projetar o complexo Maria Zélia. A escolha do terreno seguiu a lógica prevista no projeto das vilas operárias: localizado no subúrbio da cidade, distante da zona urbana e de baixo custo, em consequência de sua proximidade com o Rio Tietê. Seu padrão de implantação obedeceu ao modelo da vila-cidadela, separada da cidade por muros e portão, e pela quantidade de equipamentos instalados, assegurando a reduzida circulação do trabalhador para fora de seu espaço.

Inaugurada em maio de 1917, a Vila Maria Zélia tinha 198 casas térreas, de diferentes tamanhos (de 75 a 110 metros quadrados), distribuídas em seis ruas principais e quatro transversais. O acesso a ela se dava tanto pela Rua dos Prazeres (travessa da Rua Catumbi) como pela Rua Cachoeira e, para perfazer esse trajeto, utilizava-se a linha de bonde que ligava o Largo da Concórdia à Vila Maria<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Há controvérsias sobre a data em que Street adquiriu os terrenos. Jacob Penteadó, em *Belenzinho, 1910*, mencionou tanto 1910 como 1911 como datas da aquisição das terras (p. 65 e 142); a historiadora Palmira Teixeira, em *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*, apontou 1912 como a data dessa aquisição (op. cit. p. 75). Optamos por mencionar ambas as datas.

<sup>31</sup> Conforme Penteadó (2003), essas terras serviam de pouso e rancho para tropeiros até 1910.

<sup>32</sup> INSA. Belém: uma história que queremos contar. e, BLAY, E., op.cit. p. 220.

### Imagem 1

Foto aérea da Vila Maria Zélia (2003). Na parte superior esquerda a Goodyear e à direita a entrada da vila-cidadela. No centro da foto, na divisa com a fábrica, se observa os edifícios públicos, como a Escola de Meninos e a de Meninas.



Foto cedida por seu Dedé

### Imagem 2

No primeiro plano da foto o armazém da Vila e, no fundo, a igreja, localizada de frente à Praça Jorge Street.



Foto de Joel Mendes (junho/2005), cedida por seu Dedé

A Vila contava com capela, armazéns, ambulatório médico, farmácia, refeitório e equipamentos destinados ao lazer do trabalhador: salão de baile, um teatro improvisado junto ao salão, campo de futebol, quadra, coreto e praça. Em 1918 foi inaugurada a escola, que ocupava dois prédios distintos, separando meninos e meninas, cada qual com dois pavimentos, e em 1919 inaugurou-se o jardim de infância e a creche. Existia ainda um prédio que abrigava o dormitório de solteiro, com catorze aposentos individuais, sala de estar e jantar, sala de costura, cozinha, seis banheiros, uma sala de banho e dois tanques.

Vista como algo revolucionário, segundo o memorialista Jacob Penteadó, a implantação da Vila Maria Zélia teria revolucionado o bairro do Belenzinho, que ele considerava um bairro antigo e atrasado:

Foi um empreendimento que revolucionou o velho Belenzinho. Os tecelões faziam fila para conseguir vaga no recém-instalado estabelecimento fabril. A Vila Maria Zélia surgiu como uma autêntica cidade moderna, no bairro ainda atrasado. (Penteadó, 2003: 142)

A Vila Maria Zélia aparece como solução ao problema da moradia popular, obra benemérita edificada por seu empreendedor, mas também como instrumento de controle sobre o cotidiano operário. Visões conflituosas, construídas pelo próprio Street, pela imprensa operária, ou por estudiosos da moradia popular e do período.

O discurso de Jorge Street permite-nos inferir alguns aspectos da construção

da imagem de um “novo patrão”<sup>33</sup>, assumidamente paternalista, conectado aos ideais da classe trabalhadora e compactuando com estes interesses comuns<sup>34</sup>.

Quero dar ao operário não só ótimas condições de trabalho e consciência de seu valor na produção na qual coopera, mas um verdadeiro bem-estar na sua casa, tanto do ponto de vista financeiro como higiênico e moral. (Cusano, apud Moraes Filho, 1980: 454)

Para o industrial, a compensação pelo isolamento da Vila Maria Zélia – localizada no Belenzinho, fora do Triângulo Central – dava-se pela infra-estrutura que a Vila possuía, criada para facilitar a vida do operário.

Quis dar ao operário, enfim, não só bem-estar econômico [...] não só uma belíssima habitação, [...] mas também a possibilidade de *não precisar sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir* à margem do rio, nem para a mais elementar necessidade da vida, nem para a educação dos filhos, deveres religiosos, distração nas folgas dominicais [...] não faltando jogos esportivos e espetáculos para amenizar, de certo modo, a monotonia da vida do trabalhador. Consegui assim, proporcionando, também aos operários, distração gratuita dentro do estabelecimento, *evitar que freqüentem bares, botequins e outros lugares de vícios*, afastando-os especialmente do álcool e do jogo. (Cusano, apud Moraes Filho, 1980: 455, grifos nossos)

Por meio de sua vila operária, Street afastava o morador dos “prazeres” do

---

<sup>33</sup>Conforme Rago (1987), o “novo patrão” difere do antigo industrial despótico, arbitrário e rude no trato com os funcionários. Jorge Street incorporou a figura do empresário moderno, que não negava as contradições capitalistas, mas se sensibilizavam com condições de vida em que viviam seus empregados.

<sup>34</sup>Cusano, A.. **Companhia Nacional de tecido de Juta. Uma organização social ideal.** Il Brasile... gl'Italiani e La guerra. Sudamericana Imprensa di Propaganda e Publicita, Roma, Buenos Aires, São Paulo, 1912, apud MORAES FILHO (1980).

vício, que estavam do lado de fora dos muros e que podiam desvirtuá-lo e afastá-lo da família e do trabalho.

Segundo Rago (1987), Jorge Street representou a ambigüidade da atuação patronal, marcada pela intenção de proteger os trabalhadores, dando-lhes melhores condições de vida, ao mesmo tempo que buscou controlar e disciplinar seus hábitos na fábrica e no lar.

O conjunto de normas que regia a vida dentro da Vila Maria Zélia visava assegurar a realização dos desejos do patrão sobre o cotidiano operário, ao mesmo tempo que garantia a força de trabalho na indústria. Para tanto, as casas eram alugadas somente aos trabalhadores da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (Cntj), destinando-se as residências maiores ao administrador, mestres, operários mais qualificados e às famílias maiores. Caso a família deixasse de trabalhar na fábrica, deveria desocupar o imóvel.

Pelo depoimento colhido por Teixeira (1990) de Cinta Amantero, moradora da Vila, foi possível perceber que existiam mecanismos explícitos de pressão sobre a família praticados pela fábrica, em função da moradia ocupada. O prefeito<sup>35</sup> da Vila Maria Zélia sugeriu que Dona Cinta, então com 10 anos de idade, passasse a trabalhar na Cntj, podendo a família mudar-se para uma casa maior<sup>36</sup>.

Os aluguéis cobrados pelas casas na Vila eram mais baratos que os praticados no mercado, descontados diretamente do pagamento recebido pelos

---

<sup>35</sup> O prefeito da vila era funcionário da Cntj e também era morador da Vila Maria Zélia. Ele tinha o papel de providenciar os reparos nas casas, verificar se as regras internas eram respeitadas e escolher os moradores, de acordo com o perfil estabelecido pela fábrica. P. Teixeira, op. cit.

<sup>36</sup> TEIXEIRA, P. (op. cit., p. 86).

operários, bem como as compras efetuadas no armazém ou na farmácia; os remédios destinados às crianças eram gratuitos. A manutenção das residências ficava a cargo da Cntj, que instalou o serviço de água, pelo qual se pagavam 8 mil réis. A energia elétrica era cobrada individualmente<sup>37</sup>.

O que para o industrial representava uma facilidade, “não precisar sair do âmbito da pequena cidade”, restringia a possibilidade de consumo do operário, incentivando uma vida regrada, de economia e poupança (Rago, 1987; 178). Ao mesmo tempo, potencializava os lucros do capitalista, pois o trabalhador era induzido a gastar seu salário no armazém da própria fábrica.

O controle exercido sobre o cotidiano do trabalhador estendia-se à sua vida privada, entrando em seu lar, por meio do olhar de um fiscal disposto a acompanhar qualquer transgressão. Dentro da casa, cada cômodo ocupava uma função: não eram permitidas camas na sala, a sublocação de quartos e a permanência na casa de pessoas que não pertencessem à família. As regras deslocavam-se do controle do espaço para o controle dos corpos: meninos e meninas brincavam separados, a partir das 21 horas os moradores deviam obedecer ao silêncio, não eram permitidas bebidas alcoólicas, o futebol ocorria sob o olhar atento do empresário e, nos bailes, as moças só eram permitidas se acompanhadas das mães.

Através da organização do espaço urbano, a classe dominante pode vigiar e cercar o trabalhador minuciosamente, desde os momentos mais íntimos de sua vida diária. Todos se conhecem, dos proprietários aos vizinhos, e se observam, se espiam, se controlam. (Rago, 1987: 183)

---

<sup>37</sup> TEIXEIRA, P. (op. cit., p. 87).

As visões do movimento operário sobre a Vila Maria Zélia divergem da imagem que Jorge Street procurou construir. Embora reconhecesse a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores, ao habitarem moradias em condições adequadas, e o menor valor dos aluguéis pagos, identificava a Vila muito mais como forma de cooptar e limitar a atuação dos trabalhadores (Teixeira, 1990).

Tanto Rago (1987) como Teixeira (1990) demonstraram a forma como a imprensa operária denunciou o que considerava artimanhas desenvolvidas por Jorge Street para submeter seus trabalhadores às imposições patronais e como a Vila Maria Zélia se tornou o principal instrumento dessa política.

A imprensa operária criticava o confinamento dos trabalhadores e do seu apartamento do convívio social; a arquitetura da vigilância; a sua condição na indústria como “escravos livres”; o controle exercido sobre sua vida privada e seus hábitos, impedindo-os de usufruir livremente de seu tempo livre; o papel da escola existente dentro da Vila, enquanto ferramenta ideológica, disciplinar e moral, voltada à exaltação do papel da Igreja, do Estado e do patrão.

Street também foi atacado por suas posturas ambíguas: ao mesmo tempo que se dizia do lado do operário e buscava melhorar suas condições de vida, mostrava-se contrário à redução da jornada de trabalho para oito horas e defendia a utilização da mão-de-obra infantil nas indústrias.

Segundo Teixeira (1990: 12), ele buscou implementar algumas de suas idéias, quando esteve à frente de associações patronais e ocupando cargos públicos, idéias que eram fruto de sua experiência na Vila Maria Zélia. Havia um confronto entre o discurso de Jorge Street e sua práxis: a melhoria das condições de vida dos trabalhadores não foi realizada sem uma contrapartida, o controle total sobre o

indivíduo.

A visão construída sobre a Vila Maria Zélia por Jorge Street, como o modelo de moradia popular, permaneceu, a despeito de toda a crítica e do papel ambíguo que as vilas operárias desempenharam na relação patrão-operário. Encontramos a exaltação da figura de seu empreendedor, ressaltada mesmo por aqueles que não o conheceram, mas que hoje são moradores da Vila, como veremos em outro capítulo.

Em 1923, Jorge Street, com dificuldades financeiras e de produção, vendeu a Cntj e a Vila Maria Zélia a Nicolau Scarpa, que a rebatizou como Vila Scarpa. Em 1928, o Grupo Guinle incorporou-a a seu patrimônio em função do pagamento de hipotecas vencidas<sup>38</sup>, restituindo o nome original à Vila.

Adquirida pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (Iapi), em 1931, era vista como precursora de conjuntos residenciais que se desejava construir<sup>39</sup> e, em função de dívidas fiscais, posteriormente passou para o Instituto Nacional de Previdência Social (Inps). Entre 1936 e 1937, durante o Estado Novo, a fábrica foi utilizada como prisão política pelo governo Getúlio Vargas, chegando a abrigar cerca de 700 presos (Leme & Karepovs, 1985).

Em 1938<sup>40</sup>, a fábrica, a creche e o jardim foram adquiridos pela Indústria de Pneus Goodyear, que para ampliação da fábrica, demoliu creche, jardim, coreto e dezoito casas. O Iapi/Inps recebeu aluguéis das casas entre 1939 e 1969 e, a partir de

---

<sup>38</sup> BLAY, E. (op. cit., p. 241).

<sup>39</sup> BONDUKI, N. (op. cit., p. 65).

<sup>40</sup> Dado disponibilizado pela própria Goodyear: [www.goodyear.com.br](http://www.goodyear.com.br)

1970, iniciou o processo de sua venda aos antigos inquilinos.

Os moradores da Vila, a partir de 1981, com a fundação da Sociedade de Amigos da Vila Maria Zélia, começaram a lutar pela reforma e restauro dos prédios tombados. A maior parte das casas está descaracterizada; atualmente algumas possuem dois pavimentos. Em 1992, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e o Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) optaram pelo tombamento da Vila, protegendo seu traçado urbano, o conjunto de casas, a vegetação de porte arbóreo e os prédios comunitários.

Desde 2006, o Instituto Nacional do Seguro Social (Inss) discute com a Prefeitura do Município de São Paulo (Pmsp) a cessão dos prédios por meio de convênio. Por sua vez a Prefeitura espera firmar acordo com o Centro Paula Souza, para restauro e implantação de uma escola técnica no local<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Jornal **Folha de S. Paulo**, de 19/5/2007. Caderno Cotidiano, p. C-5.

**Imagem 3**

Casas preservadas na Vila  
com pequenos acréscimos.



Foto de Joel Mendes (junho/  
2005), cedida por seu Dedé

**Imagem 4**

Outra tipologia de casas  
procura preservar as  
fachadas com suas  
platibandas e o alinhamento  
junto à calçada..



Foto de Joel Mendes (junho/  
2005), cedida por seu Dedé

**Imagem 5**

Fachadas de casas na Vila Maria Zélia. Algumas ainda preservam a tipologia original, mas grande parte já foi modificada.



Foto da autora

**Imagem 6**

Exemplo de uma outra tipologia de casas que sofreu uma alteração.



Foto da autora

#### **1.4. Antecedentes na construção do Mutirão do Casarão**

Já abordamos de forma breve as condições que propiciaram a permanência dos cortiços na cidade de São Paulo como uma alternativa barata de moradia para a população de baixa renda em áreas centrais e entorno, desde o final do século XIX, e os debates que envolveram um projeto de moradia higiênica e saudável aos trabalhadores.

Não pretendemos, nesta dissertação, reconstruir a trajetória do Movimento de Moradia na cidade de São Paulo, mas situá-lo como preâmbulo da organização da luta dos encortiçados, que originou a proposta aqui estudada. Para aprofundamentos sobre o histórico e organização do Movimento de Moradia, podem ser consultados os trabalhos de Bonduki (1986), Gohn (1991) e Felipe (1997).

Nas primeiras décadas do século XX, coube às Ligas Operárias de bairros se manifestar em relação aos altos aluguéis pagos nos cortiços e moradias precárias da cidade e incorporar na pauta de reivindicação da greve de 1917 a redução do valor dos aluguéis em 30%, entre outras questões que afligiam a classe trabalhadora<sup>42</sup>.

Entre 1945 e 1947, a aglutinação dos setores populares na periferia da cidade ficou a cargo dos Comitês Democráticos Progressistas, fechados com a cassação do PCB durante a gestão do presidente Dutra.

De certa forma, as Sociedades Amigos de Bairro (SABs) – que atuaram durante as décadas de 50 e 60 – deram continuidade ao projeto dos Comitês, ao reivindicar, junto ao Estado, a melhoria dos equipamentos urbanos e da infra-

---

<sup>42</sup> BONDUKI, apud KOWARICK (op. cit., p. 117).

estrutura, embora estabelecesse uma relação clientelista com as autoridades (Bonduki, 1986).

Inspirado na ação das SABs, fechadas durante o golpe militar de 1964, o movimento popular voltaria a se rearticular, entre 1972 e 1973, a partir da atuação das Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica. O apoio da Igreja foi fundamental para o surgimento de diversos movimentos populares a partir de então: Movimento em Defesa dos Favelados (MDF), em 1975; o Movimento dos Sem-Terra, a partir de 1980, em diversas regiões da cidade; o Movimento Unificado das Favelas (MUF), em 1984 (Gohn, 1991).

A organização do movimento de luta pela moradia somente foi possível a partir do final de 1970, impulsionando pelo ressurgimento dos movimentos populares, com lutas isoladas por infra-estrutura e creche<sup>43</sup>. No entanto, a luta específica por habitação em áreas centrais surgiu somente duas décadas depois.

Há um consenso entre os estudiosos de que a ocupação da Fazenda Itupu – área de 28 alqueires na Zona Sul de São Paulo, pertencente ao Instituto de Aposentadorias e Pensões (Iaps), em agosto de 1981, por 3 mil famílias impulsionou a organização do Movimento Sem-Terra na cidade, que passava a atuar em duas frentes de luta: invasões de terras como instrumento de negociação com o poder público e reivindicação da construção de moradias por processos autogestionários (Bonduki, 1986).

A redução de postos de trabalho na indústria paulistana contribuiu ainda mais para agravar as condições de vida dos trabalhadores que moravam de aluguel,

---

<sup>43</sup> GOHN, M. G., Movimentos sociais e a luta pela moradia. São Paulo, 1991. Loyola.

pois, entre 1980 e 1984, aconteceu a redução de 400 mil postos de trabalho (Bonduki, 1986: 40). Segundo Felipe (1997: 28), o surgimento do Movimento de Moradia foi decorrência da ação coletiva – organização para a luta –, em detrimento da solução individual do problema habitacional – a construção do barraco na favela.

Em documento da Associação dos Trabalhadores da Mooca (Atrm), encontramos a menção ao surgimento do Movimento Sem-Terra Leste I (St-Leste I)<sup>44</sup> em 1987, após inúmeras ações na região, que incluíram a ocupação da sede da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social (Fabes) na Mooca em 1985 (Kohara, 1999).

E a luta por moradia crescia em todos os lugares, em todas as regiões de São Paulo. Em vários bairros da Região Leste I começaram a surgir grupos – na V. Carrão, Belém, Água Rasa, V. Formosa, S. Mateus, V. Alpina, etc. Assim, em 1987, nasceu o Movimento Sem Terra da Região Leste I reunindo todos esses bairros numa luta conjunta. (Atrm, 1993: 26)

Em torno da atuação mais ampla do Movimento de Moradia desenvolveram-se ações que procuravam atender os moradores de cortiço. Posteriormente, formou-se uma organização definitiva, com pauta específica para o atendimento dessa população.

---

<sup>44</sup> A denominação do Movimento Sem-Terra Leste I amparou-se na delimitação física da região episcopal Belém, que por sua vez se organizava segundo diretrizes da Arquidiocese de São Paulo, por meio do 5º Plano de Pastoral. O movimento seguiu essa diretriz e, em 1989, era formado por 36 grupos de origem, que se reuniam em salões paroquiais, exceção feita ao grupo da Associação dos Trabalhadores da Mooca, que possuía sede própria e não estava ligada a Igreja Católica, e sim à organização sindical. FELIPE, J.P., **Mutirão e autogestão no Jardim São Francisco**. São Carlos, 1997. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia, USP, p. 29.

**Imagem 7**

Movimento dos Sem Terra Leste 1 ocupam a Fazenda da Juta na Zona Leste de São Paulo.



Foto cedida pela AD Assessoria

**Imagem 8**

Edifício São Vito. Localizado no Parque Dom Pedro II no centro de São Paulo é considerado um cortiço vertical.



Foto cedida pela AD Assessoria

Em 1975, a Igreja Católica realizou visitas a regiões com grande concentração de cortiços – bairros como Santa Cecília, Belém, Brás e Mooca –, para verificar a situação em que viviam os moradores nesses locais e esclarecê-los em relação a seus direitos, geralmente violados pelos intermediários e proprietários dos cortiços.

Como desdobramento dessa ação foi realizada pesquisa pela Paróquia São Rafael, na Mooca, sobre as condições de vida nos cortiços da região e o levantamento dos principais problemas enfrentados pela população. Entre os dados destacados nessa pesquisa, havia informações mais gerais sobre os moradores dos cortiços, como localidade de procedência, exercício de atividade remunerada, profissão, escolaridade e dados específicos sobre os cortiços.

Verificou-se, a partir dessa pesquisa, que 78% dos moradores de cortiços na Mooca eram nordestinos, em sua maioria oriundos de Pernambuco (54%); 73% exerciam atividade remunerada, recebendo entre um e dois salários mínimos; a escolaridade era baixíssima: 61% não sabiam ler nem escrever ou eram semi-alfabetizados. Em relação ao tempo de permanência no cortiço, 58% moravam havia mais de três anos no local; 47% residiam em imóveis com mais de 21 famílias; e 36% habitavam quartos com área entre 4 e 8 metros quadrados. A média de pessoas que utilizavam as instalações sanitárias era: 15 pessoas por banheiro, 13 por tanque e 35 para cada lavatório. A publicização da pesquisa, exibida na própria paróquia e nos cortiços, teve como desdobramento uma séria de mobilizações por parte dos moradores e a conseqüente repressão por parte dos intermediários (Simões, 1991).

A partir dos anos de 1980, a Pastoral da Moradia formou um grupo específico para atuar junto aos cortiços, nos bairros do Brás, Glicério, Sé e Santa

Cecília. Fazia parte desse grupo a Assessoria de Defesa da Moradia (ADM) e o Centro Santo Dias de Direitos Humanos. Em 1984, a partir da Pastoral da Moradia Região Centro, nasceu o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

A Associação dos Trabalhadores da Mooca (Atrm), entidade que vinculava a luta sindical à questão da moradia<sup>45</sup>, já desenvolvia trabalho nos cortiços da região desde 1979. Para exemplificar os objetivos dessa associação, tomamos emprestado de De Grazia (1997) depoimento por ela citado, de um dos fundadores dessa entidade:

Tinha muitos cortiços, muita gente pobre, miserável que trabalhava naquelas fábricas de lá, nas profissões mais desqualificadas, mas que era gente que nós conhecíamos nas fábricas. Então, através desse conhecimento, se começou a pensar numa associação que ao mesmo tempo reunisse os trabalhadores da Mooca e aqueles moradores, não enquanto moradores do bairro da Mooca, que era um bairro de classe média, mas os moradores que eram os trabalhadores que moravam lá. Essa era a idéia. (De Grazia, 1997: 117)

Entre 1984 e 1986, o movimento dos encortiçados realizou manifestações conjuntas com o Movimento Unificado das Favelas (MUF), porém ações pontuais já aconteciam paralelamente e mesmo anteriormente a essa data. Em 1982, moradores de cortiços localizados na Vila Maria reuniram-se para pressionar a Prefeitura por

---

<sup>45</sup> A Atrm foi criada em 1979, mesmo ano em que se iniciaram os trabalhos com os cortiços na região e partiu de pesquisa para identificar os objetivos de se criar uma associação de trabalhadores na região. A vinculação da luta sindical com a moradia somente consolidou-se em 1985, quando o Movimento de Moradia ocupava a maior parte dos espaços da entidade, conforme estudo específico de DE GRAZIA, G. R. **Da autonomia à institucionalização. A proposta de organização independente e autônoma desenvolvida na região da Mooca.** São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Ver capítulo V, p. 114-122.

acesso à moradia popular por meio de cooperativas habitacionais (Bonduki, 1986: 56). Em 1984, um casarão localizado na esquina da Alameda Nothmann com a Rua Cleveland – no bairro de Santa Cecília – foi ocupado por dezenas de famílias, despejadas de cortiços, que lá permaneceram até 1997 (Kohara, 1999: 46).

A Atrm, a partir do trabalho já desenvolvido na Mooca, impulsionou a formação de uma organização específica de moradores de cortiços, surgida em 1984: a União dos Quintais e Cortiços da Mooca. A leitura dos primeiros documentos elaborados anteriormente à formação do coletivo pelo Grupo de Moradores dos Quintais da Mooca deu-nos uma dimensão de sua pauta de reivindicações:

Decidimos exigir a construção de moradias: em terrenos da Prefeitura ou comprados por ela; de preferência da região da Mooca, a construção poderia ser em mutirão, com a Prefeitura pagando as diárias; essas casas deviam ser vendidas ou alugadas com prestações na base de 10% do salário. [...] congelamento dos aluguéis, pagamento da taxa mínima de água e luz por família, acabar com as exigências de fiador e de não alugar com crianças. (Atrm, 1993: 18)

Por meio desse documento, o movimento sugeria a construção de casas em mutirão como alternativa para baratear o custo da produção da unidade habitacional<sup>46</sup>. No entanto, propuseram que, uma vez edificadas, as moradias fossem compradas ou alugadas, remetendo ao debate do aluguel social, com um valor que eles julgavam adequado: 10% do salário recebido pela família. Entre as

---

<sup>46</sup> A idéia do mutirão e posteriormente da autogestão das unidades foi amplamente difundida no Brasil, desde 1980, pelo engenheiro Guilherme Coelho, a partir da experiência uruguaia das Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua, implantadas nesse país desde 1965. A experiência das cooperativas uruguaias permitia que os trabalhadores participassem de todo o processo de produção da unidade habitacional. Além do trabalho na construção, os moradores se organizavam em relações a questões como conservação, manutenção e implantação de equipamentos coletivos nos conjuntos. BONDUKI, N. (op. cit.).

reivindicações havia ainda demandas que tocavam no cotidiano dos cortiços: a tarifa social de energia elétrica e água, a cobrança desses serviços por família e não “por cabeça” (quando a cobrança se faz em função do número de membros dentro do cômodo), além do fim de fiadores e proibição de crianças, fatores comuns na época.

A primeira ação concreta atribuída a esse grupo foi a mobilização dos moradores de cortiço em torno da reivindicação pela construção de creche na região, pois os pais trabalhavam e não tinham com quem deixar seus filhos.

Resolvemos começar nossa luta por outro problema que também esquentava nossa cabeça [...] as crianças tinham que ficar trancadas dentro dos quartos, ou então soltas na rua o dia inteiro. [...] Fomos de quintal em quintal chamando as mães e os pais que tinham o mesmo problema. E começamos a lutar para que a Prefeitura construísse uma creche no bairro. Naquela época só havia creches particulares. E a gente não podia pagar. (Atrm, 1993: 26)

O atendimento dessa reivindicação motivou novos projetos. Em 1985, a Atrm e a União dos Quintais e Cortiços da Mooca ocuparam por três dias a sede da Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social (Fabes), na Mooca. As solicitações do grupo retomavam aquelas contidas no documento de 1983: aquisição de dois terrenos, compra de material de construção para edificação de 200 casas em mutirão no Jardim São Francisco, terreno com mais de um milhão de metros quadrados na Zona Leste e implantação de tarifa mínima de água e luz nos cortiços (Felipe, 1997).

Durante a gestão do prefeito Mário Covas (1983-1985), o movimento foi parcialmente atendido, com a compra de 96 lotes no Jardim Ivone, próximo à Vila

Industrial, sendo que a maior parte das casas, nesse local, foi construída em regime de mutirão. Na gestão de Jânio Quadros (1986-1989), 28 lotes foram comprados no Jardim Santa Etelvina (1986) e, em 1988, mais 50 no Jardim Chabilândia, ambos em Guaianazes (Atrm, 1993). Embora a demanda inicial fosse a aquisição de 200 lotes no Jardim São Francisco, a Prefeitura alegou que o terreno era inviável, em função da dificuldade para implantação de sistema de abastecimento de água.

A partir de 1989, com a eleição de Luiza Erundina para a Prefeitura de São Paulo, o movimento de encortiçados ganhou impulso. A prefeita, cuja trajetória política como assistente social, vereadora e deputada estadual estava baseada no trabalho junto às favelas e à população mais pobre da cidade, declarou, naquele momento, que a habitação era o problema mais grave do município e o que exigia maior atenção (Gohn, 1991).

Durante essa administração municipal (1989-1992), o Movimento Sem-Terra Leste I conseguiu que no terreno no Jardim São Francisco<sup>47</sup> fossem edificados três mutirões, retomando a proposta da Atrm (Felipe, 1997). Essa iniciativa deu uma enorme visibilidade ao Movimento de Moradia e ao programa de mutirões autogestionários, elaborado pela Superintendência de Habitação Popular (Habi) e Sehab. O superintendente de Habi - na época, Nabil Bonduki -, destacou a relevância desse projeto para os movimentos de moradia e para a Prefeitura São Paulo:

Quando começaram a surgir as primeiras obras, os primeiros exemplos de autogestão, todos ficaram maravilhados. A

---

<sup>47</sup> Felipe (1997) contextualiza o processo de construção na gleba S. Francisco Setor I (1989-1992), perpassando a elaboração da política habitacional que culminou com a implantação dos mutirões na cidade de São Paulo, sob a gestão de Luiza Erundina de Souza à frente da Prefeitura de São Paulo (op. cit.).

inauguração de um conjunto de porte como o São Francisco, setor 5, em setembro de 1990, foi um marco. [...] O São Francisco, na região leste, não apenas foi de grande porte, mas começado e terminado na administração em nove meses. Quer dizer, foi um trabalho muito rápido e de qualidade excepcional, e a um baixo custo. (Silva, 1994: 13, grifos nosso)

Sucessivamente, no Jardim São Francisco, edificaram-se mutirões. O terreno foi dividido em glebas: no Setor V foram construídas 82 unidades (1989-1990); no Setor I, 808 moradias (1989-1992) e no Setor VIII – Leste I, mais 153 (1991-1993). Nessa última gleba do terreno – São Francisco Setor 8 – estava prevista ainda a implantação de 152 moradias para o Movimento de Moradia da Região Sudeste e unidades para o MDF, que nunca foram construídas.

As organizações e assessorias que atuavam com os encortiçados resolveram se unificar e formular uma proposta, encaminhada à Prefeitura, de atendimento a essa população, documento intitulado Projeto do Movimento de Cortiços para a Administração Municipal de São Paulo, de junho de 1989. Este documento continha, entre outros itens, a solicitação da desapropriação de dois cortiços (um na Mooca e outro no Belenzinho), a criação do Conselho Municipal de Moradores de Cortiço, o cadastramento de famílias encortiçadas e a assistência jurídica para vítimas de despejo.

A viabilização de algumas das propostas contidas nesse documento fortaleceu no movimento a necessidade de manter a coesão da articulação dessas organizações, ao mesmo tempo que se reconhecia o seu papel enquanto importante interlocutor, na cidade, da relação entre os moradores de cortiço e o poder público.

Foram resultado desse processo a criação e estruturação de programas específicos para atendimento da população encortiçada, a implantação de convênios com ONGs para prestação de assistência judiciária, principalmente nos casos de despejo e desrespeito dos direitos dos encortiçados, e a construção de dois projetos em áreas centrais: o Mutirão do Casarão (Belenzinho) e o Mutirão Madre de Deus (Mooca).

## **1.5. A construção do Mutirão**

O agravamento das condições de habitabilidade e a pressão sofrida pelos moradores de cortiços, com o aumento arbitrário dos aluguéis e o desrespeito aos seus direitos, fizeram com que, a partir dos anos de 1980, houvesse tanto a mobilização em torno das questões que mais afetam esses moradores como o surgimento dos movimentos de encortiçados.

O cortiço consolidou-se, ao longo de mais de cem anos, como uma tipologia habitacional característica de centros urbanos, em função da saída das classes médias dessas regiões e a conseqüente ocupação dos imóveis por estratos populacionais de menor renda (Véras, 1992). No entanto, a diminuição da renda da população permitiu que o cortiço aparecesse também nas periferias dos centros urbanos, embora ainda prevalecesse na região central e seu entorno.

Para muitos moradores, a situação de extrema precariedade dos cortiços seria suportada pelas vantagens atribuídas a morar no centro da cidade: proximidade do local de trabalho, o que acarretaria economia de tempo e dinheiro; facilidade de transporte coletivo; quantidade de ofertas de emprego; acesso aos serviços básicos (Kohara, 1999). Por não exigir comprovação de renda ou fiador para locação, ele também se tornou a residência de muitas pessoas que não conseguem alugar uma residência pelas regras formais do mercado.

Se compararmos o custo e o tempo médio gastos pelos moradores da periferia no trajeto residência-trabalho, as vantagens em residir na região central e entorno se acentuam:

○ desejo da grande maioria dos moradores dos quintais aqui na

Mooça era conseguir áreas aqui por perto mesmo. Apesar da situação triste dos quintais/cortiços, morar na Mooça só tem vantagem: aqui a maioria não precisa pagar condução para trabalhar, para as mães é muito mais fácil conseguir trabalhar fora e deixar os filhos nas creches [...] aqui tem mais creches, escolas, postos de saúde, hospitais, água, luz, esgoto, etc. (Atrm, 1993: 39)

As justificativas utilizadas na proposta entregue pelos grupos de encortiçados, logo após a posse de Luiza Erundina, baseavam-se no conhecimento dos cortiços com os quais atuavam e no desejo de continuar residindo no centro da cidade. Entre outros pedidos, solicitavam a desapropriação de dois cortiços localizados na Mooça e no Brás<sup>48</sup>, bairros historicamente com grande concentração de cortiços.

O cortiço da Mooça, conhecido na região como “inferninho”, abrigava 200 pessoas em 54 quartos e caracterizava-se pelos freqüentes desmandos do intermediário em relação aos moradores (Atrm, 1993). Em 1991, a prefeitura desapropriou o cortiço e desenvolveu um projeto para a construção dos 45 apartamentos do Mutirão Madre de Deus.

No Brás, a indicação referia-se ao cortiço Casarão, uma construção da década de 1920 que abrigava 76 famílias ao todo: 54 no imóvel principal (de dois pavimentos mais subsolo) e 22 em pequenos quartos no fundo. O imóvel, originalmente construído para ser habitação, na década de 1960 passou a abrigar a sede da primeira delegacia do Belenzinho e, em 1972, com a transferência desta para outro imóvel na região, passou a ter seus cômodos sublocados e foi transformado em

---

<sup>48</sup> O imóvel da Mooça localizava-se na Rua Madre de Deus, nº 769, e o do Brás, na Avenida Celso Garcia, nº 849.

cortiço.

O interesse do movimento de encortiçados por esse imóvel deu-se pela quantidade de pessoas que nele habitavam, pela mobilização de alguns de seus moradores e imagem que representava na região, descrita por Maria Nilce (apud Comarú, 1998), liderança desse movimento:

[...] o movimento do Brás sabia que, na Celso Garcia, tinha o cortiço do Casarão, espalhador de terror. Famoso pela sua violência, por ser esconderijo de bandidos pela sua ação policial. Pela droga, pela prostituição, muito famoso. (Comarú, 1998: anexos)

No documento entregue à Prefeitura, o detalhamento do tipo de intervenção proposta foi acompanhado de projeto arquitetônico da assessoria do movimento<sup>49</sup>, demonstrando que sua experiência prática amadurecia em direção a uma política pública para os moradores de cortiços, conforme relato do autor do projeto do Mutirão Casarão, o arquiteto Claudio Manetti:

Eles levaram essa reivindicação para a então prefeita, a Luiza Erundina. Já levaram pronto. [...] Então eram esses dois imóveis e o pessoal da organização dos movimentos reivindicava intervenções ali. [...] Existe um encaminhamento dele para o Casarão que propunha um desenho no fundo. Uma espécie de vila reordenada e uma recuperação daquele imóvel da frente com um casarão mesmo, com os cômodos recuperados. Melhorava-se a condição dos banheiros, mas era um pouco aquela concepção que estava ali requalificada, renovada. (Comarú, 1998: anexos, grifo)

---

<sup>49</sup> A estudante de arquitetura Selma Scarambone, realizou estudo sobre o cortiço Casarão para o seu trabalho final de graduação, apresentado à Faculdade Brás Cubas, em 1988, que propunha a readequação do cortiço por meio de reforma. Posteriormente, a estudante participou da assessoria técnica do movimento de encortiçados, a AD – Assessoria em Habitação aos Movimentos Populares.

nosso)

Coube ao órgão público definir o caráter da intervenção e, no caso do Casarão, a equipe da Superintendência de Habitação Popular (Habi) e a Secretaria de Habitação (Sehab) optaram pela desapropriação de nove imóveis para construção do mutirão, incluindo o próprio cortiço. A discussão do projeto arquitetônico – elaborado por técnicos dessa equipe – ficou limitada à participação dos moradores em reuniões para esclarecimento de dúvidas (Comarú, 1998).

A administração municipal encontrou muitas dificuldades na implantação do programa de cortiços. Alegava-se a inexistência de experiências com esse caráter para balizar a intervenção, entraves jurídicos para a desapropriação dos imóveis, os elevados preços dos terrenos no centro da cidade, empecilhos para viabilizar a reforma em construções privadas e o risco de promover a expulsão dos moradores após a valorização do imóvel, outrora degradado.

Em relação ao programa de mutirões, existiam entraves ao repasse de recursos públicos diretamente às associações comunitárias. Esse programa permitiria que as associações conveniadas com a Prefeitura de São Paulo se tornassem responsáveis pela contratação de material e mão-de-obra para a construção dos mutirões, realizados nos finais de semana.

**Imagem 9**

Vista superior dos imóveis desapropriados para o projeto do Mutirão do Casarão. O cortiço casarão, com frente para a Avenida Celso Garcia, além da ocupação de todos os seus cômodos, continha uma extensão com barracos em dois pavimentos nos fundos.



Foto cedida pela AD Assessoria

**Imagem 10**

Foto dos fundos do cortiço casarão, antes da demolição para a realização do mutirão.

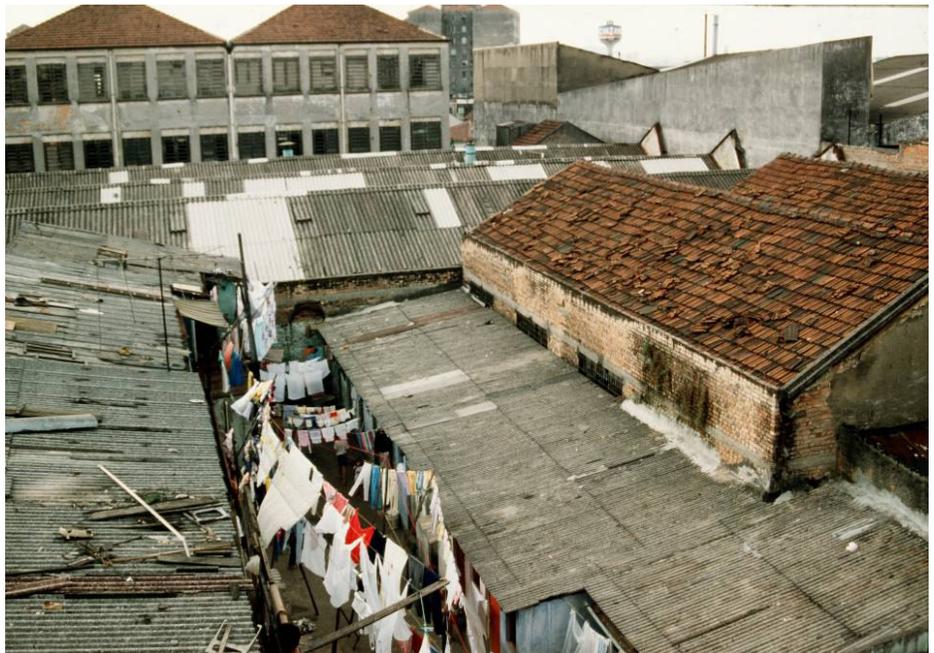


Foto cedida pela AD Assessoria

As famílias mutirantes tornavam-se co-responsáveis pela administração dos recursos, ao fiscalizar suas associações. Até esse momento, a referência, para o governo, tinha sido o Programa de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (Funaps)<sup>50</sup>, de 1979, cujo caráter assistencialista, bastante questionado, previa a utilização de recursos a fundo perdido (Felipe, 1997).

Em 1990, após diversas reuniões entre o governo municipal e o movimento – que fazia muitas pressões sobre a Prefeitura –, definiram-se três modelos de projetos a adotar em áreas encortiçadas: a construção em mutirão de unidades verticalizadas, caso do Casarão e da Madre de Deus; o Subprograma 1, que propunha financiamento às associações comunitárias para compra de imóveis; e o Subprograma 2<sup>51</sup>, que previa o financiamento das reformas em imóveis adquiridos pelas associações ou com contratos coletivos de aluguel (Kohara, 1999).

O depoimento de Nabil Bonduki, superintendente de Habi na gestão petista (apud Silva, 1994), permite inferir as dificuldades técnicas encontradas pelo poder público para implementar essa proposta e a opção feita em relação ao programa de cortiços:

Os critérios do programa, realmente, não estavam suficientemente

---

<sup>50</sup> O Programa Funaps foi criado no governo de Olavo Setubal, Lei n° 8.906/79, para financiar remoções de favelas, obras pontuais e atendimentos a populações em situação de risco. No governo Mario Covas, passou a financiar atendimentos mais amplos. MARQUES, E.; TORRES, H. (org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais**. São Paulo, 2005. Senac, cap.II.

<sup>51</sup> No caso dos Subprogramas 1 e 2, as propostas foram parcialmente viabilizadas por meio da aquisição dos terrenos. A construção deu-se aproximadamente dez anos depois da formulação da proposta, nos casos dos terrenos adquiridos no bairro do Ipiranga e na Luz. Em relação à proposta de reforma de imóvel, somente um projeto se concretizou, o Casarão da Rua do Carmo, na Praça da Sé, que teve as obras iniciadas em 2005.

discutidos para que se institucionalizasse, e realmente aí eu confesso que foi uma opção. [...] Talvez fosse uma opção intuitiva, no sentido de que, se nós fizéssemos uma experiência-piloto, seriam duas ou três, apenas, durante toda a administração. De certa forma, isto foi feito no programa de cortiços. No entanto, no programa de cortiços nós não tínhamos nenhuma experiência anterior. Já na construção de casas por autogestão e mutirão nós tínhamos experiências-piloto feitas [...] (Silva, 1994: 13-14)

As famílias selecionadas para participar do projeto, deveriam ser moradoras de cortiços e participar de reuniões nos grupos de encortiçados do Brás, Belém e Mooca. O grupo do Brás, cujas reuniões aconteciam na Igreja São João, atuava diretamente com o cortiço Casarão, e indicou 102 famílias para participar do projeto: 56 moradoras do Casarão e 46 de cortiços próximos; do grupo do Belém, participaram 40 famílias, residentes nos cortiços do bairro, e que se reuniam na Igreja São José do Belém; e o grupo da Mooca, que realizava suas reuniões na Atrm, indicou 40 famílias de cortiços do bairro.

Após um ano da desapropriação dos imóveis na Avenida Celso Garcia, esses grupos e as famílias que participariam do mutirão reivindicavam o início imediato das obras e promoveram uma ocupação, em abril de 1991, da sede da Secretaria de Habitação (Sehab). Esse ato exporia a oposição existente entre os projetos apresentados pelo poder público e os do movimento de encortiçados. O primeiro acenava com as experiências-piloto, em projetos pontuais, o segundo desejava um programa mais abrangente e ágil.

[...] O aspecto mais grave de toda essa demora é que os poucos projetos existentes, deixarão de ser “Projetos Piloto” (já são conhecidos como “Projetos Tartaruga”): serão simplesmente

únicos, o que confirma a ausência de uma política global à problemática das moradias coletivas. [...] Desde os primeiros 100 dias, reivindicamos uma política específica para os cortiços. Apresentamos várias propostas que em quase sua totalidade não foram levadas em conta (Carta do Movimento de Cortiços e Quintais – Brás, Belém, Mooca, de 8/4/1991, grifo nosso)

Nesse mesmo documento, o movimento questionava a postura da administração municipal frente aos problemas enfrentados pelos moradores de cortiços e apontava a morosidade para o início das obras, como decorrência da ausência de compromisso do governo com a problemática dos encortiçados:

[...] No nosso entender, porém, por trás das “questões técnicas”, o que está em jogo na verdade, é uma decisão política que reflete o mesmo descaso que tem caracterizado todos os governos frente a um dos problemas habitacionais mais graves da cidade – o problema dos cortiços. [...] aplica-se muito pouco em habitação, enquanto obras de embelezamento da cidade, autódromo, sambódromo, etc, são tocadas com mais rapidez e mais recursos. (Carta do Movimento de Cortiços e Quintais – Brás, Belém, Mooca, de 8/4/1991, grifos nossos)

Em dezembro de 1991, assinou-se o convênio de financiamento entre a Prefeitura e a Associação de Construção por Mutirão do Casarão, entidade formada pelas famílias moradoras de cortiços, indicadas por seus respectivos grupos para participar desse empreendimento, e as obras do mutirão foram iniciadas. Coube a essa associação, a partir de então, organizar os mutirantes, que deveriam cumprir as normas do regulamento de obras, que previa, entre outros itens, o trabalho semanal de 16 horas nos finais de semana e a administração dos recursos da obra, com o acompanhamento de um escritório de assessoria técnica.

**Imagem 11**

Trabalho final de graduação de estudante de arquitetura Selma Scarambone apresentado pelo Movimento de Cortiços como proposta de intervenção no Casarão.



Foto cedida pela AD Assessoria

**Imagem 12**

Foto do interior do cortiço casarão (porão) com a líder do movimento dona Joana (falecida em 2007) e família.



Foto realizada em 1988, cedida pela AD Assessoria

A maior parte dos imóveis desapropriados foi demolida pelos próprios mutirantes, exceção feita ao prédio do cortiço – que, restaurado, deveria abrigar um centro cultural – e a outros dois imóveis (nº 857 e 869) demolidos somente em 2001. O projeto arquitetônico previu a construção de 182 apartamentos em quatro prédios agrupados em dois blocos, separados por pátios internos. Entre os blocos havia uma praça central pública, que faria a ligação entre o bairro e o conjunto, e, no fundo do terreno, uma creche. Foram previstos cinco lojas térreas voltadas para a praça, dois salões e duas lavanderias coletivas.

O projeto previa também a construção de um bloco comercial, anexo ao conjunto, que foi pensado para auxiliar no custeio do condomínio do mutirão e que pudesse retornar ao Funaps como ressarcimento do investimento público (Manetti, apud Comarú, 1998). No entanto, esse prédio nunca foi edificado porque a própria Prefeitura vetou o uso de recursos públicos para construções comerciais, contrariando o conceito do programa.

Os prédios tinham duas tipologias de apartamentos com 28,36 e 31,63 metros quadrados de área útil, escolhidos pelos moradores de acordo com a quantidade de horas trabalhadas no final de semana, exceção feita ao primeiro prédio, o bloco 1, que serviu de alojamento provisório às famílias que moravam no fundo do cortiço. Quando as obras avançaram, foi necessário demolir esse alojamento, e as famílias foram transferidas para o prédio que estava pronto. Essas famílias, embora tivessem que cumprir as mesmas regras que as demais, não puderam escolher seus apartamentos, pois a maior parte dos mutirantes desejava um imóvel “totalmente” novo, e aqueles eram vistos como “usados”, o que acarretou uma série de problemas, posteriormente, na administração do condomínio.

Em relação ao programa de cortiços, o impasse entre movimento e Prefeitura, persistiu ao longo de todo o governo municipal (1989-1992). As obras do Mutirão do Casarão, iniciadas na metade do governo, não foram concluídas nesse período, assim como as reformas de imóveis encortiçados, temor que o movimento expunha em seu documento de 1991:

[...] A continuar nesse ritmo, nada nos garante que *estes projetos serão concluídos nesta Administração*, o que coloca em risco a efetivação destas conquistas. (Carta do Movimento de Cortiços e Quintais – Brás, Belém, Mooca, de 8/4/1991, grifo nosso)

Ao assumir o governo municipal (1993-1997), Paulo Maluf, paralisou todos os programas da gestão anterior: os programas para cortiço, os mutirões autogestionários, as urbanizações de favelas. A partir de 1994, vários problemas foram enfrentados pelos mutirões da cidade. Embora oficialmente as obras não estivessem paralisadas, ocorreu a suspensão nos repasses dos recursos públicos às associações, que foram acusadas de não realizarem prestações de contas, houve a exigência de que as contas fossem analisadas pelo Tribunal de Contas do Município (TCM). Para o Mutirão do Casarão, o retorno do repasse de recursos só aconteceu após a publicação do parecer do TCM, em 1996, demonstrando que não existiam irregularidades nas contas e nos gastos dos recursos.

Até 1994, o Mutirão do Casarão continuou funcionando em virtude dos recursos recebidos em 1992, mas, a partir deste ano, as obras foram totalmente paralisadas, e os prédios, que estavam semiprontos, passaram a ser alvo de ameaças de ocupação dos próprios mutirantes, cansados de esperar a retomada das obras e sem condições de continuar pagando aluguel nos cortiços onde residiam.

O sofrimento virou uma coisa pessoal. Cada um estava sofrendo

em sua pessoa com aquela situação. [...] Tinham várias pessoas do mutirão que diziam: “não vai dar, nós vamos ter que ocupar o mutirão”. E as ocupações ocorriam na cidade, nos mutirões paralisados, era fato, pelos próprios membros da demanda. [...] Isto ficava cada vez mais forte na Celso Garcia, estas colocações, de que não tinha jeito e nós íamos ocupar o mutirão, porque não dava mais para esperar. (Maria Nilce, apud Comarú, 1998)

Os mutirantes encontraram duas saídas para essa situação: alguns se revezavam na guarita do Mutirão para evitar uma possível ocupação e arrecadar 100 mil reais, por meio de doações, para completar a superestrutura dos prédios – a campanha SOS Mutirão ou Campanha dos Cem Mil<sup>52</sup>. Os mutirantes conseguiram arrecadar, por meio de doações, 50 mil reais<sup>53</sup>.

Em 1996, após o encerramento da auditoria do TCM, novos recursos foram recebidos da administração municipal, o que possibilitou complementar a superestrutura dos prédios e terminar os apartamentos, que não contavam com acabamento interno. Esses recursos, no entanto, não foram suficientes para terminar a infra-estrutura do conjunto: as ligações de água e luz não estavam prontas e fez-se uma ligação provisória da rede de esgoto.

Os mutirantes decidiram realizar o “encerramento” do Mutirão do Casarão, diante da iminência da mudança de várias famílias, promovendo uma grande festa, que aconteceu em dezembro de 1996 (**Anexos**). Nessa festa, vista pelos moradores como um ato político, montou-se uma peça de teatro que retratava a luta dos

---

<sup>52</sup> Vide carta da campanha, em anexos.

<sup>53</sup> Para entender o significado dessa arrecadação, cada apartamento produzido tinha o custo orçado em R\$25.000,00, o que representava uma quantia muito acima da capacidade de poupança daquela população, cuja renda mensal familiar girava em torno de um salário mínimo.

mutirantes e os problemas vivenciados na cidade<sup>54</sup> e nela foram entregues as chaves dos apartamentos aos mutirantes.

Em 2001, as obras foram retomadas na gestão de Marta Suplicy (2001-2004), do PT, e o projeto finalmente pôde ser concluído conforme o previsto. O recomeço das obras trouxe um conjunto de questões para o cotidiano dos então moradores: o que fazer com o espaço do antigo cortiço: demolição ou reforma? E a praça central prevista no projeto: deveria abrir-se ao bairro ou ficar para uso do condomínio? Como viabilizar a gestão do condomínio, com responsabilidades individuais sobre o espaço coletivo: corredores, pátios, praça? E questões ligadas à convivência dentro daquele espaço e com o entorno, questões que buscavam superar a imagem construída pelos anos de utilização do cortiço.

Embora seja símbolo da conquista dos moradores de cortiço na cidade, o Mutirão do Casarão guardou uma relação distante com os Movimentos do Centro, embora os salões comunitários do conjunto habitacional sejam utilizados por grupos de moradia. Ele aparece como uma referência, no passado, de uma política pública que não foi reproduzida e que assumiu outras dimensões.

Na cidade de São Paulo, essa experiência, junto com o Mutirão Madre de Deus, caracteriza-se como única e, embora o percurso tenha sido demasiadamente longo<sup>55</sup>, ela se consolidou e se tornou uma referência enquanto modelo de moradia popular e marco da luta da população encortiçada para permanecer no centro da cidade.

---

<sup>54</sup> A peça intitulada **O verdadeiro cartão-postal da cidade**, escrita e adaptada pelos moradores do Mutirão, que também eram os atores.

<sup>55</sup> Em fevereiro de 2008, completaram-se dezessete anos do início das obras do Mutirão do Casarão.

### Imagem 13

Maquete do Projeto Casarão. São vistos dois blocos residenciais (182 apartamentos no total), um vazio no centro que representa a praça, na lateral do antigo cortiço casarão que foi preservado.



Foto cedida pela AD Assessoria

### Imagem 14

O Bloco 1 do Mutirão do Casarão foi o primeiro a ser concluído. Foram 40 apartamentos ocupados pelos moradores do antigo cortiço, mesmo antes das obras serem concluídas.



Foto cedida pela AD Assessoria

### **1.6. O Movimento de Cortiços, a partir de 1990**

Os movimentos de encortiçados, que atuavam de forma menos institucionalizada até 1990, passaram a se aglutinar em organizações maiores, por meio da criação de uma entidade que pudesse representá-los. Os grupos que atuavam na região central da cidade, na região sudeste e na leste (especificamente, os grupos de encortiçados do Brás e Belém) decidiram unificar suas lutas e, em 1991, fundaram a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), que também incorporou a União dos Quintais e Cortiços da Mooca. Contaram com o apoio da Pastoral da Moradia, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e da Associação dos Trabalhadores da Mooca (Atrm).

Por divergências em relação à forma de atuação e às propostas, houve a ruptura entre os participantes da ULC, originando duas novas entidades: o Fórum de Cortiços (1997) e o Movimento de Moradia do Centro (MMC), em 1998. Em 2000, o Fórum de Cortiços se fragmentou, originando o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC).

No final de 1990, os movimentos incorporaram à sua pauta de reivindicações, além da melhoria das condições do cortiço e programas específicos para essa população, o direito à moradia no centro da cidade. Denunciavam ainda o processo de esvaziamento vivido pela região, expresso na degradação do espaço e na quantidade de prédios abandonados que, em sua ótica, deveriam ser requalificados para uso residencial da população de baixa renda que habita essa região.

O instrumento de luta continuou a ser a ocupação de prédios vazios públicos ou privados e a exigência, junto às esferas governamentais (federal, estadual e

municipal), de programas como locação social, bolsa-aluguel, arrendamento residencial e crédito solidário.

O foco do movimento de encortiçados deixou de ser, prioritariamente, o morador de cortiço, o que exigia a mobilização dessa população por meio de visitas e a conscientização de seus direitos.

Os “Movimentos do Centro”, como comumente são chamados, atuam de forma mais ampla, atendendo a população de baixa renda moradora de imóveis alugados, mas não exclusivamente os cortiços. A diferença entre esses grupos e os demais Movimentos de Moradia, está no caráter de suas reivindicações: eles desejam habitações nas áreas centrais, em função do melhor acesso à infra-estrutura e da existência de imóveis que poderiam abrigar sua demanda.

O trabalho junto à população moradora dos cortiços continuou sendo desenvolvido por ONGs, como o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, a Associação dos Trabalhadores da Mooca, a Associação de Apoio Mútuo da Zona Leste (Apoio) e a Pastoral da Moradia, trabalho cujo viés é principalmente jurídico: ações de despejo e desrespeito dos direitos desses moradores.

No início do ano 2000, esses movimentos, por meio da União dos

Movimentos de Moradia de São Paulo (Ummsp) e das assessorias técnicas<sup>56</sup> que os acompanhavam, elaboraram documento unificado em que esboçavam uma proposta de intervenção para a região central, no campo habitacional, especificamente no âmbito das sub-prefeituras Sé (Santa Cecília, Bela Vista, Consolação, Liberdade, República, Sé, Cambuci, Brás), Mooca (Belenzinho e Mooca) e Lapa (região da Barra Funda).

Por meio da leitura desse documento, entregue no início da gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), PT, inferimos que havia na atitude dos Movimentos do Centro um esforço de revisar a sua atuação, ampliando-a:

Com esta proposta, supera-se a fase em que os movimentos de moradia identificavam e reivindicavam projetos pontuais no nível de cada cortiço, edifício ocioso ou ocupado, terreno ou galpão [...] Passa-se da ação isolada/pontual apenas no nível de cada lote para ações integradas no nível de um perímetro formado por um conjunto de quadras (quarteirões) vizinhas (e seus lotes) que apresentem características potenciais para requalificação habitacional e urbana (Documento de 18/6/2001, p. II – grifo nosso)

Ao mesmo tempo, buscavam contribuir com a nova gestão municipal, que durante a campanha eleitoral comprometeu-se, por meio do Programa Morar Perto, a

---

<sup>56</sup> Participaram da elaboração desse documento, discutido amplamente em diversas reuniões desde o começo do ano 2001, os seguintes movimentos: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (Ummsp), Unificação das Lutas de Cortiços (Ulc), Movimento de Moradia do Centro (Mmc), Movimento Sem Teto do Centro (Mstc) e Fórum de Cortiços de São Paulo e as assessorias técnicas: AD – Assessoria em Habitação aos Movimentos Populares, Ambiente – Trabalho para o Meio Habitado, Aprochab – Assessoria Pró Cooperativas Habitacionais, Caap – Centro de Assessoria à Autogestão Popular, Fábrica Urbana, Integra – Cooperativa de Trabalho Interdisciplinar, João de Barro Arquitetura, Norte – Assessoria, Passo – Assessoria para Ações Sociais, Peabiru – Trabalhos comunitários e Ambientais, Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e projetos ligados à universidades como Projeto Metuia (USP, Ufscar) e o Politécnico di Torino.

viabilizar a construção de habitações populares no centro da cidade e criar mecanismos para o repovoamento da região.

O documento detalha as ações que os movimentos pretendiam desenvolver junto aos moradores de cortiços. Embora a proposta fosse mais ampla, voltava-se aos moradores de baixa renda da região central, que representam o maior número de membros dos movimentos do centro. Entre os objetivos específicos da proposta, listavam:

Valorizar e promover o patrimônio humano e construído, por meio da produção de habitação para a população de baixa renda, da reabilitação e melhoria de imóveis encortiçados; estimular o repovoamento, na perspectiva da desejável diversidade funcional na região central da cidade; melhorar a qualidade global de vida das famílias de baixa renda residentes nestes bairros centrais por meio de ações que articulem moradia com trabalho [...] e ações terapêuticas e preventivas para a população em situação de risco social [...] (Documento de 18/6/2001: 10)

E, sobre a atuação específica com os moradores de cortiços, propunham:

Mediação nos cortiços e organização social [...] indicação de demandas de famílias organizadas moradoras de cortiço, contribuição para identificação de cortiços nos bairros, intermediação e interlocução nos cortiços, identificação de demandas de famílias não organizadas, contribuição para a formulação, organização social e política dos moradores. (Documento de 18/6/2001: 14)

A atuação unificada dos Movimentos do Centro dissolveu-se no decorrer desse governo municipal, mediante a demora na implantação do Programa Morar Perto, que era o que os aglutinava. Individualmente, também houve o atendimento

das demandas de cada grupo.

Com algumas exceções, grandes ocupações de prédios vazios aconteceram de forma simultânea e articulada pelos diversos movimentos e ganharam visibilidade pelo tempo de permanência - em média 5 anos - e quantidade de pessoas em cada ocupação - 100 famílias.

A despeito desse novo momento e da forma de atuação dos movimentos, os Mutirões do Casarão e Madre de Deus continuaram como referência de intervenções bem sucedidas em cortiços, com a melhoria da qualidade de vida das famílias que ali residiam, assegurando a sua permanência próximo ao centro da cidade.

## **2. O PAPEL DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

### **2.1. Múltiplos olhares sobre o conceito de segregação**

Os estudos urbanos, a partir de 1970, buscaram entender como se formavam os processos sociais relacionados à urbanização das cidades brasileiras. No Brasil, essa análise pode ser dividida em três momentos.

No primeiro, em decorrência da tradição marxista, o foco desses estudos voltou-se para a periferia, território onde se desenvolveria o trabalho informal, a pobreza e a segregação urbana. Essa visão ainda encontra ressonância em pesquisas recentes. No segundo momento, os estudos voltaram-se à produção do espaço nas metrópoles brasileiras, enfatizando a compreensão sobre a ocupação do território urbano, o cotidiano dos moradores das periferias, os movimentos coletivos visando a melhoria desses espaços e a questão da regulamentação da cidade e da terra urbana. No terceiro momento, aprofundou-se a investigação sobre a segregação socioespacial, porém dissociada do modelo de análise centro-periferia, estabelecendo-se outros padrões para pensar a segregação e o planejamento urbano (Marques, 2005: 19).

Tradicionalmente, denominou-se de segregação a separação e concentração de grupos sociais no espaço, gerando desigualdade social. No entanto, ela se apresentaria enquanto processo múltiplo, com distintos conceitos e pressupostos

teórico-metodológicos<sup>57</sup>. Afinal, o que se entende por segregação? E por que ela tem atraído especial interesse dos pesquisadores urbanos, que têm vinculado o seu estudo ao estabelecimento de políticas públicas?

Ao problematizar os múltiplos enfoques sobre a questão conceitual da segregação, verificou-se que não há um consenso entre os pesquisadores sobre a forma de abordá-la, visto a sua percepção dar-se de maneira sutil e plural, misturando mais de um conceito.

Segundo Préteceille (2004: 11), haveria uma convergência dos olhares dos pesquisadores sobre os processos sociais, o que gerou uma aparente comunhão nas produções sobre o tema (abordagens, teses, referenciais, vocabulário, métodos) e nas políticas públicas adotadas. Para esse autor, as pesquisas sobre segregação se mostrariam frágeis, na medida em que a convergência de olhares não poderia ser aplicada às realidades urbanas, que são díspares. Nesse sentido, as variáveis de pesquisa deveriam ser escolhidas de acordo com o problema estudado, considerando-se as suas especificidades.

Em análise voltada à elaboração de políticas públicas, Marcuse (2004: 24-25) utilizou duas definições de segregação: em termos de processo e em termos de espaço. Em relação ao processo, a segregação permitiria que um grupo se

---

<sup>57</sup> A matriz dessa distinção de conceitos e formas pode ser pensada por meio do debate sobre segregação socioespacial, proposto pela **Revista Espaços & Debates**, n° 45 (2004), na qual se explicitaram algumas formas distintas de abordar o problema, partindo-se dos referenciais utilizados nas pesquisas: **Mapa da exclusão/inclusão** coordenada por Aldaíza Sposati; **Metrópole, desigualdades socioespaciais e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte**, coordenada por Susana Pasternak; e a pesquisa desenvolvida pela área de Inovação do Centro de Estudo MetrÓpole (CEM). Incorporamos a essas reflexões a pesquisa desenvolvida por Maura Vêras: **Territorialidade e segregação em São Paulo: movimentos migratórios de massa e marcas significativas no espaço urbano**, apresentada, em versão preliminar, a **Cadernos MetrÓpole** n° 2 (1999).

aglomerasse em uma área espacialmente delimitada, de modo involuntário. Esse espaço de confinamento de um grupo tido como inferior pela parte dominante seria o gueto. A opção do autor foi utilizar o termo segregação enquanto definição de aglomeração involuntária, o que permitiu empregá-lo de forma mais clara, não se excluindo, porém, o uso de outras classificações<sup>58</sup>.

Para Marcuse (2004: 26), existiriam, nas cidades, historicamente padrões de aglomeração espacial que produziriam segregações aceitáveis e não aceitáveis. As primeiras poderiam ser agrupadas em três categorias distintas: a segregação cultural, a econômica ou funcional e a social. A segregação cultural se manifestaria pelas diferenças de língua, costumes ou estilo arquitetônico; a econômica ou funcional seria o resultado da lógica econômica, “tanto física quanto organizacional”; e, por último, a segregação social se basearia nas relações de poder, dominação, exploração e acesso aos serviços públicos.

Essas categorias, embora distintas, poderiam sobrepor-se ou mesmo contradizer-se. Desse modo, as diferenças culturais tenderiam a reforçar as econômicas, que por sua vez se chocariam com a segregação social, em função das disputas pelo espaço urbano. Também entre os grupos com afinidades culturais poderiam existir enormes diferenças sociais (Marcuse, 2004: 27).

Segundo Marques (2005: 31-33), o processo de segregação envolveria ao menos três estágios distintos: a total apartação e isolamento dos grupos por meio de barreiras físicas, associando-se à idéia de gueto ou cidadela; a desigualdade de

---

<sup>58</sup> Para Marcuse (2004), a segregação enquanto designação de processo, pode ser entendida também por: aglomeração, congregação, *quartering*, amuralhamento, dessegregação, fortificação; e como designação espacial: distrito, enclave, enclave excludente, cidadela.

acesso, principalmente em relação às políticas públicas e às condições de vida; e, por último, a segregação poderia ser lida enquanto separação dos grupos sociais distribuídos no espaço.

Para esse autor, não se diferenciariam, no caso brasileiro, os processos de separação e desigualdade de acesso, por serem indissolúveis. O distanciamento entre os grupos sociais, que ocupariam espaços internamente homogêneos, teria potencializado o acesso, de forma diferenciada, aos equipamentos e serviços da cidade. Por essa lógica, a desigualdade de acesso se caracterizaria como elemento de reprodução da separação entre os grupos e sua distribuição pelos espaços da cidade, ela ocorreria em função de fatores como: eixos de transporte, dinâmicas econômicas e ação dos diversos agentes sobre o espaço urbano.

Para Pretéceille (2004: 12), a maior parte das pesquisas produzidas no Brasil sobre a segregação tem polarizado a ocupação dos territórios, pautada na oposição entre ricos e pobres, desconsiderando a localização residencial dos grupos intermediários. A superação dessa problemática estaria em conceber a segregação enquanto separação residencial entre os grupos, permitindo mensurá-la e produzir indicadores comparáveis no tempo e por regiões (Torres, 2004: 90).

Nessa perspectiva, o maior problema, ao se trabalhar com o conceito, não seriam as visões disciplinares ou as definições sobre o tema, mas a metodologia para identificar as áreas segregadas, uma vez que o maior ou menor grau de segregação a que os grupos sociais estão expostos na cidade teria impacto direto no estabelecimento de políticas públicas.

Quando a segregação volta-se para a questão da vulnerabilidade social,

vários pesquisadores preferiram utilizar a designação exclusão-inclusão a segregação, por considerar que a primeira seria mais abrangente.

Para Sposati (2004: 87-88), deve-se relativizar o conceito de segregação em uma cidade como São Paulo, pois a segregação seria uma categoria mais descritiva, ao passo que exclusão-inclusão seria um termo dinâmico e melhor adaptado à escala e às características da cidade. Em sua pesquisa, concluiu que, em algumas regiões da cidade, não existiria segregação, e sim desigualdade socioespacial, em função do grau de acesso aos serviços públicos. Para essa autora, o entendimento de segregação enquanto aglomeração de grupos sociais homogêneos pressuporia o estudo dos instrumentos urbanísticos, como o zoneamento e a influência do Estado como fomentador da segregação em relação à função do espaço ou ao tipo de moradia.

Pasternak (2004: 91) corrobora com essa visão, ao enfatizar que a segregação seria resultante das desigualdades socioespaciais manifestadas na organização dos territórios pela cidade e, se os territórios concentraram as pessoas de acordo com as camadas sociais, estudar esse processo implicaria na mensuração da segregação, aproximando-se da proposta de Torres. A questão se voltaria para a adoção de metodologia que, no caso específico de São Paulo, viabilizasse a análise dos dados disponibilizados: pesquisas por distritos, setores censitários, variáveis de ocupação, renda, etc.

Para Villaça (2004: 94), seria importante que as pesquisas sobre segregação analisassem a concentração das camadas de mais alta renda em relação aos demais grupos, pois esse tipo de segregação – por classe social – superaria as demais formas, por sua amplitude e profundidade. A ação coercitiva da classe social no

espaço permitiu que esse grupo controlasse a produção e o consumo do espaço urbano, sujeitando-o aos seus interesses. Foi por meio da segregação que as classes dominantes promoveram o cerceamento dos demais grupos (idem, 1999: 229). Caso as pesquisas se voltassem ao entendimento dos fatores que geraram a segregação, seria necessário deter-se na forma como o espaço foi produzido, e não somente em seu consumo. “A categoria segregação é vital no estudo da produção do espaço urbano e vice-versa” (Villaça, 2004: 104).

Alguns pesquisadores já estudaram a segregação por meio da análise dos fatores ligados à produção do espaço, como a estrutura urbana, o papel do mercado imobiliário e, sobretudo, a influência do Estado sobre o território, quer promovendo ações regulatórias – por meio da legislação urbana –, quer contribuindo para a elevação do preço da terra, ao realizar investimentos públicos em obras de infraestrutura, como por exemplo a expansão do sistema viário em determinadas regiões da cidade. Para Marques (2005: 45-47), essas medidas resultaram na expulsão dos grupos sociais com menor poder aquisitivo, induzindo a uma concentração homogênea desses grupos e acentuando a disputa pelo território, a que Villaça já se referira.

A segregação ao longo da história da cidade de São Paulo, desenvolveu-se em estágios diferenciados: primeiro não era evidente a segregação do território, existindo maior proximidade física entre os pobres e os ricos da cidade, mesmo sendo distintos os espaços em que habitavam: “os ricos em casas espaçosas, os pobres amontoados nos cortiços” (Caldeira, 1997: 156).

Em um segundo momento, entre 1940 e 1980, a cidade apresentou o modelo centro-periferia como sua divisão territorial: no centro, região melhor dotada de

infra-estrutura, se alocaram os mais ricos, destinando-se a periferia aos mais pobres. Por último, houve novamente uma proximidade física entre os grupos desiguais, mas isso, no entanto, não implicou em aproximação entre os mesmos –“os grupos vivem próximos, mas não se comunicam” (Pasternak, 2004: 92).

Para Caldeira (1997: 158) a partir de 1990, emergiu um novo tipo de segregação residencial urbana, com a formação de “enclaves fortificados” – condomínios fechados, shoppings centers e edifícios de escritórios –, que seriam espaços destinados a moradia, trabalho e consumo das classes de renda média e alta. Os habitantes desses enclaves teriam pouco contato com o restante da cidade e estariam separados dela por barreiras físicas (muros e grades) e por um sistema privado de segurança (câmeras e equipes de vigilância), assegurando que o grupo nele circunscrito estivesse protegido do medo, da insegurança e da violência existente “do lado de fora” desses espaços.

O distanciamento físico e o isolamento vivenciado por esse grupo social dentro dos enclaves seriam representativos de seu status e de um estilo de vida, o que assegurou que fossem privados do contato com aqueles grupos considerados socialmente inferiores, garantindo sua felicidade, harmonia e liberdade no espaço urbano (Caldeira, 1997: 162). No caso dos enclaves fortificados, tornou-se difícil pensar na proximidade entre os grupos sociais, principalmente nos que não têm condições de viver, consumir ou trabalhar nesses espaços. Para essas pessoas, restou o espaço público abandonado da cidade, justamente por não ser acessado pelos mais abastados (idem, 1997: 169).

A autodefesa das classes com maior poder aquisitivo levou-as a se confinar em recintos fechados, onde se protegeriam do contato com os grupos mais pobres,

tidos como adversos, ameaçadores e perigosos, deflagrando a “evitação do outro”, acentuando-se no imaginário social a associação entre pobreza e modo de vida (Kowarick, 2002: 23-24). Essa agregação, ligada à raiz da violência, desencadeou por sua vez, práticas sociais de caráter defensivo e repulsivo, responsáveis pela exclusão social dos mais pobres, negando-lhes qualquer direito. “É o instante extremo em que representações e práticas levam à demonização do outro” (Kowarick, 2002: 25).

Véras (1999), em pesquisa sobre a segregação socioespacial, preocupou-se em entender as dinâmicas internas constitutivas do espaço urbano, a partir da vivência dos grupos étnicos e de seu contato com os demais membros de um território específico. Ao focar o estudo da territorialidade, por meio da análise da disputa pelo espaço, da convivência de nacionalidades, culturas, sujeitos e suas identidades, a autora buscou o impacto da vivência dos distintos grupos sociais na geração de territórios desiguais, estabelecendo a relação entre territorialidade e segregação socioespacial com a cidadania e o acesso à cidade.

A desigualdade territorial se manifestaria pela privatização do espaço, gerando áreas residenciais sujeitas à discriminação e segregação social. Assim, pela qualidade das moradias e pelo nível de vida da população, em função do perfil cultural e ocupacional do grupo, caracterizou-se um “apartheid social”. A formação de espaços confinados e seguros impulsionou a ocupação das áreas decadentes da cidade pelas camadas mais pobres, ao mesmo tempo que as áreas consideradas periféricas passaram a ser ocupadas pelos mais ricos (Véras, 1999: 237-139).

Para Marques (2005: 51) o combate à segregação deveria ocorrer por meio de ações promovidas a partir da legislação de ocupação e uso do solo, estimulando a

mistura de pessoas com rendas diferenciadas nos territórios. Essas ações teriam duas interfaces: a implantação de habitação de interesse social em áreas onde fosse pequena a presença de pessoas com menor renda e a consolidação de núcleos habitacionais em locais onde essa população já estivesse alocada (favelas e cortiços).

Intervenções urbanísticas como a desenvolvida no Mutirão do Casarão poderiam se inserir na lógica do combate à segregação, ao promover a mistura e a integração das pessoas que nele vivem com os demais segmentos sociais do bairro. No entanto, a segregação se manifesta de outras maneiras, inclusive pela reprodução de padrões sociais pelas pessoas envolvidas no mutirão. Dentro do conjunto habitacional, houve a diferenciação entre seus moradores: aqueles que residiram no cortiço que deu nome ao mutirão foram confinados em um bloco específico, não se misturando com os outros moradores que antes residiam em diferentes locais, mesmo que fosse em outro cortiço.

Ao mesmo tempo, os moradores da Vila Maria Zélia, após desenvolverem poucas relações para “fora” desse espaço, acabaram reproduzindo o sentimento de estar apartado, que pode ser verificado quando se compara esse espaço com os modelos dos atuais condomínios fechados, ou quando a Vila aparece enquanto lugar seguro frente aos problemas encontrados na cidade, como a violência<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> No depoimento de seu Dedé, morador da Vila Maria Zélia, isso fica bastante evidente.

## **2.2. A separação entre territórios: bairros de elite e bairros operários**

A segregação residencial urbana tem sido alvo de vários estudos voltados à sua problematização e entendimento e que não a analisaram somente como “reflexo das diferenças entre os grupos sociais” (Torres, 2005: 82). Os estudos urbanos voltaram a sua atenção para a compreensão da segregação socioespacial à luz do modelo de crescimento adotado pelas cidades, dos processos de urbanização e do impacto dessas variáveis sobre as relações entre os grupos sociais.

Enquanto estratégia adotada pelos diversos segmentos sociais para demarcar o seu espaço, a segregação explicitou-se por meio de disputas pelos diversos territórios. Nessa perspectiva, buscou-se entender a forma como a segregação urbana configurou espaços separados na cidade de São Paulo, ao longo do século XX.

Até meados do século XIX, embora a cidade fosse pouco segregada, os limites e fronteiras entre os grupos sociais apresentavam-se bastante definidos em função da escravidão. No espaço urbano, no entanto, a diferença entre ricos e pobres fazia-se em função do tipo de material utilizado na construção das residências (Rolnik, 1997).

Esse período marcou a transformação territorial do espaço doméstico, principalmente em relação à rua, ambiente onde ocorria a sociabilidade e que era compreendida como espaço a ser disciplinado. Primeiro, as casas mais abastadas distanciaram-se dos olhares estranhos e dos vizinhos ao adotarem porões que elevavam a soleira de entrada ao nível mais alto do que a rua. Depois, a residência converteu-se em espaço totalmente privativo, com a adoção de recuos laterais e frontais, visando isolar a casa no meio do lote.

Se os porões altos encarregavam-se de distanciar os cômodos das casas médias da circulação das ruas, jardins frontais e laterais asseguravam a intimidade dos palacetes. Gradis de ferro completavam a separação entre o espaço da privacidade e o domínio público [...]. (Marins, 2001: 176)

Essas mudanças interferiram no modo de socialização entre as pessoas. Se antes a sociabilidade acontecia no espaço público (a rua), ela ficou restrita ao espaço doméstico e aos locais exclusivos, como cafés, salões e clubes (Rolnik, 1997: 31).

A expansão da cidade e sua espacialização, fruto de um conjunto de transformações econômicas geradas pelos investimentos da lavoura cafeeira, da indústria nascente e do processo de urbanização, provocaram redefinições territoriais de seus espaços, permitindo vislumbrar a segregação como elemento constitutivo da estrutura urbana:

[...] não se pode esquecer dos fatores urbanos propriamente ditos, ou seja, os efeitos que o mercado e o Estado impõem na configuração das cidades. Frutos da urbanização capitalista, nossas cidades foram marcadas pela segregação social e diferenciação hierarquizada dos espaços, correspondendo à participação desigual dos grupos – classes sociais – no espaço. (Véras, 1992: 81)

Se, de um lado, o mercado imobiliário contribuiu para a formação de espaços segregados, por meio da fixação do preço da terra, de outro, a legislação urbanística e edilícia, ao estabelecer um padrão construtivo aos lotes urbanos (grandes lotes com recuos e sem nenhuma coabitação), assegurou o acesso a

determinados territórios somente a quem pudesse pagar. Segundo Park (1973: 29)<sup>60</sup>, o Estado, ao não estabelecer o valor da terra urbana, estimulou a iniciativa privada a fazê-lo, sendo a segregação definida com bases em critérios individuais e interesses econômicos.

A associação entre o mercado imobiliário e a legislação urbana configurou o que Rolnik (1997: 47), definiu como “geografia social da cidade”, separando o território dos mais ricos – o vetor sudoeste da cidade – daquele destinado às classes pobres – as bordas da zona urbana.

Separando o local de viver do local de trabalho, a cidade capitalista brasileira expressa a desigualdade social no espaço através de zonas segregadas. Logo após a escravidão, onde a distância social era legal, as distâncias físico-espaciais passaram a regular a desigualdade social, separando pobres e ricos, numa cidade dividida, na disputa por bairros, meios de consumo coletivo, nas funções urbanas, nos diferentes tipos de moradia. (Véras, 1992: 84)

Para Park (1973: 30) “crescendo a cidade em população as influências de simpatia, rivalidade e necessidade econômica mais sutis” propiciariam a distribuição espacial das pessoas pela cidade, assegurando a sua concentração por segmento social que tenderia a se homogeneizar em função de uma identificação de culturas,

---

<sup>60</sup> Robert Park (1864-1944), em estudo de 1916 sobre a cidade, propôs que a cidade não deveria ser considerada simplesmente como um aglomerado de edificações, mas tornava-se necessário analisar o estudo do comportamento humano e suas interferências no espaço urbano. “Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compoem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana”. PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.) **O fenômeno urbano**. 2. ed., Rio de Janeiro, 1973, Zahar, p. 26-67.

hábitos e tradições em comum.

A partir da ferrovia e da indústria, “São Paulo consolidou-se como centro político e financeiro paulista” (Marins, 2001: 171) e as intervenções urbanas foram necessárias à adequação da cidade ao seu novo status.

Por meio da remodelação do espaço urbano, nas primeiras décadas do século XX, houve a especialização dos espaços da cidade: a elite passou a ocupar o vetor sudoeste – a partir dos Campos Elíseos em direção à Paulista, criando bairros exclusivos e elegantes, demarcando, pela constituição de sua residência, a fronteira entre o espaço público e o privado.

Ao mesmo tempo, nas regiões de várzea dos rios Tietê e Tamanduateí, próximas ao centro da cidade, os bairros operários se consolidavam como lugares destinados à moradia da população pobre, “fora dos padrões urbanísticos e socioculturais desejados” (Santos, 1996: 73). Nesses bairros, a população permanecia confinada espacialmente e separada daqueles com maior poder aquisitivo.

Espaço hierarquizado: qualquer um sabe seu lugar, qualquer um identifica onde pode e onde não pode circular. Nos bairros populares são os lotes superocupados horizontalmente, formando becos e vilas, entremeados por galpões industriais. Exigüidade de espaços privados, profusão de espaços semipúblicos densamente ocupados. [...] O bairro dos ricos é aquele cujas mansões se fecham em muros, exibindo sua imponência nas avenidas largas e iluminadas – amplos espaços para uma seleta e íntima vida social. (Rolnik, apud Kowarick, 1994: 97)

A região central da cidade não ficou incólume às intervenções urbanas. O

poder público desejava torná-la uma área “civilizada”, nos moldes de alguns centros urbanos europeus. Desse modo, as reformas visaram melhorar a circulação pública, por meio do alargamento, retificação e descongestionamento das ruas; construção de grandes edifícios para abrigar os órgãos oficiais e destinação de espaços públicos ao lazer da população. O centro tornou-se um espaço especializado no atendimento das camadas de mais alta renda, concentrando o setor financeiro e comercial da cidade, sendo necessário, para viabilizar esse projeto, remover as casas populares que ainda se mantinham ali (Marins, 2001: 179).

É certo que a valorização da região central, progressivamente, expulsou os mais pobres para locais cada vez mais distantes. Segundo Villaça (1978: 231-232) “as camadas de baixa renda ocuparam as sobras do espaço urbano, desprezadas pelas camadas superiores”, locais longínquos, sem infra-estrutura, mas onde havia espaço para as instalações fabris.

Se “morar” é uma necessidade para todos, é na desigualdade da localização e da qualidade habitacional desfrutada que transparecem as diferenças entre as classes sociais, fazendo-se o urbano como expressão de conflitos sociais. (Véras, 1992: 85)

Mesmo nessas regiões longínquas, a disputa pelo espaço continuou se processando, em função da proximidade com os locais de emprego. Desse modo, entre os mais pobres, aqueles que detinham as menores rendas passaram a residir nas piores localizações dentro desse território – distantes das indústrias e de outras possibilidades de renda (Villaça, 1978: 238-239).

Este movimento é fruto de uma das faces dos conflitos urbanos gerados na cidade capitalista: a segregação sócio-territorial. Os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam, de tal modo a

definir “territórios” distintos. (Rolnik, apud Kowarick, 1994: 97)

A diferenciação dos espaços na cidade também se tornou perceptível por meio dos tipos de usos permitidos no espaço urbano: nos loteamentos residenciais exclusivos das classes altas e no antigo núcleo colonial (Triângulo Central) houve, respectivamente, a predefinição e a delimitação dos usos, ao passo que nos territórios populares todos os usos e ocupações do espaço eram possíveis. Em função dessa característica, os bairros operários atraíram o capital de pequenos e grandes investidores e daqueles que associaram a montagem da indústria ao desenvolvimento imobiliário da região (Rolnik, 1997: 116).

A organização espacial entre os bairros da elite e os ocupados pelos trabalhadores permitiu ainda distinções entre seus habitantes, considerando o status do indivíduo, a tipologia arquitetônica das moradias, a localização do bairro dentro da cidade e a divisão dos cômodos dentro das residências. Enquanto a casa burguesa se destacou como o espaço da família e da sociabilidade, a moradia dos trabalhadores desviava-se da “concepção do habitat legal” (Rolnik, 1997: 79), permitindo a combinação da atividade doméstica com a alternativa de renda<sup>61</sup>.

As elites enxergavam a moradia e o quintal dos grupos populares como espaços de propagação da promiscuidade e, diferentemente do espaço burguês, acumulavam múltiplos usos (habitat e trabalho) e como, na casa popular, os espaços não estavam claramente delimitados, conviviam no mesmo ambiente os membros da família e estranhos:

A marcante diferenciação dos espaços privados praticada pelas

---

<sup>61</sup> MATOS, M. I. S. (op. cit.) Ver especialmente o capítulo **Trabalho domiciliar – Trabalho de agulha**.

elites em suas próprias residências pode representar um protótipo das distinções espaciais, da “ordem” que desejavam disseminar por toda a cidade. (Marins, 2001: 178)

Por meio da segregação socioespacial, as classes de renda mais alta atuaram sobre a estrutura urbana de maneira a se beneficiar: concentraram-se em determinadas regiões da cidade, assegurando a produção de áreas residenciais agradáveis e bem localizadas (Villaça, 1999: 224), e impulsionando uma vizinhança homogeneizada, por meio da construção de bairros estritamente residenciais (Marins, 2001: 182).

O crescimento da cidade e a expansão das zonas populares provocaram uma aproximação indesejada entre os territórios ricos e pobres, constituindo regiões de fronteira em que as classes sociais se encontravam e misturavam:

Este é o caso dos Campos Elíseos, espremido entre a Barra Funda e um Bom Retiro operário e uma Santa Efigênia que se encortiçava. A subida para Higienópolis e Av. Paulista busca o afastamento do fedor, febres e toda sorte de “contaminações” das vizinhanças indesejáveis. (Rolnik, 1981: 28)

Ao fugir do contato com os pobres, os bairros da elite passaram a se deslocar pela cidade, deixando alguns bairros na fronteira entre o território rico e o popular, como no exemplo dos Campos Elíseos. Essa saída para novos bairros provocou, concomitantemente, o encortiçamento das antigas residências da elite, que cederam lugar a diversos cubículos para abrigar a população de baixa renda e a formação de um “novo centro”, em oposição ao antigo, que migrou em direção às

residências das camadas de alta renda<sup>62</sup>.

Nos bairros populares também se constituíram zonas de fronteiras, consideradas “frentes de expansão da cidade” (Rolnik, 1981: 82), que demarcavam a passagem de regiões que concentravam moradias operárias, cortiços e vilas e que possuíam alguma infra-estrutura para “novos” territórios que, mesmo não dispondo de melhorias urbanas, eram acessíveis aos trabalhadores, permitindo-lhes adquirir um pequeno lote e edificar sua casa própria:

[...] estas habitações a princípio tinham uma vida semi-rural: abasteciam-se de alimentos plantados no próprio terreno ou em chácaras da região, retiravam lenha das matas próximas para cozinhar, usavam os rios e córregos como locais de abastecimento de água e lavagem de roupa: caminhavam às vezes mais de meia hora até atingirem a linha de transporte mais próxima. (Rolnik, 1981: 82)

Com a abolição, o trabalho livre tornou-se uma necessidade, e a mão-de-obra imigrante foi indispensável à indústria paulistana, repercutindo diretamente no

---

<sup>62</sup> Villaça (1978), em sua tese de doutorado, analisou mais detalhadamente as transformações que o centro da cidade de São Paulo sofreu em função da segregação urbana e o impacto da saída da elite para bairros próprios. Para esse autor, uma primeira grande mudança poderia ser datada entre o final do século XIX até 1950, quando o centro da cidade bipartiu-se, formando o “Novo Centro” – em direção ao setor sudoeste –, especializado em atividades comerciais e de lazer da classe alta, em oposição ao “Centro Velho”, do lado de lá do Vale do Anhangabaú, que foi se popularizando, embora a rua XV de Novembro continuasse concentrando o setor bancário. Na década de 1960, a região da Avenida Paulista passou a ser associada com o “Novo Centro”, embora essa característica só possa ser pensada como “manifestação de uma seqüência de deslocamentos territoriais e transformações que o centro de São Paulo vem sofrendo desde o início do século passado”. (op. cit., p. 265-321). Atualmente, a região da Avenida Faria Lima vem sendo considerada como o “Novo Centro” da cidade, no setor sudoeste, pela concentração de empresas da área de tecnologia e pela imponente arquitetura dos prédios.

processo de urbanização que a cidade sofreu<sup>63</sup>. Os imigrantes tiveram importante papel na constituição dos territórios segregados da cidade de São Paulo, pois, juntamente com os pobres nacionais e os negros, formavam o grupo “indesejável”, do qual a elite queria se distanciar. Se, por um lado, não havia discordância quanto a se colocar os imigrantes fora da cidade, por “constituírem ameaça à saúde pública” (Andrade, 1991: 80), por outro, eles eram fundamentais para a atividade industrial paulistana emergente, devendo residir próximo à ferrovia e às indústrias.

O Brás foi o principal núcleo de imigrantes italianos da cidade de São Paulo. Para isso contribuiu tanto a instalação da Estação do Norte, da Estrada de Ferro do Norte (1877) – conectando São Paulo ao Rio de Janeiro –, como a Hospedaria do Imigrante (1888), que se tornou um importante pólo aglutinador de imigrantes na região. Inicialmente essa comunidade viveu bastante segregada do restante da cidade, tanto pelo fato de serem imigrantes considerados como os “de fora”, como pelas barreiras físicas existentes entre a várzea e o núcleo central da cidade.

Assim segregados, os moradores do Brás desenvolveram uma dinâmica própria para tentar romper o preconceito que sofriam, “forma de defesa contra uma sociedade real ou aparentemente hostil” (Villaça, 1978: 322). O bairro desenvolveu uma demanda própria por comércio e serviços, permitindo que seus moradores tivessem pouco contato com a cidade que estava do “outro lado” da várzea e o Brás recebeu a menção de “outra cidade”.

Ao romper com a lógica da dependência periferia-centro e suprir suas

---

<sup>63</sup> Segundo Andrade (1991), entre 1886 e 1906, primeiro período da imigração, calcula-se que aproximadamente um milhão e duzentos mil imigrantes tenham chegado à cidade de São Paulo (op. cit., p. 68).

necessidades comerciais, o bairro reforçou a coesão entre os indivíduos que ali residiam. Os sujeitos que habitavam territórios segregados passaram a reconhecer esses espaços e com eles se identificar, desenvolvendo atitudes e estratégias voltadas ao seu controle e à identificação de seus ocupantes. “O bairro segregado não é apenas um lugar no espaço da cidade, mas é o próprio grupo social que o ocupa e com ele se identifica” (Rolnik, 1994: 98).

Nos bairros operários, os fatores de coesão atuaram tanto no sentido de promover uma “integração segregada” dos imigrantes como no de constituir uma identidade grupal diferente do que se podia observar em outras regiões da cidade (Andrade, 1991: 116).

A relação entre a cidade e o estrangeiro<sup>64</sup> adquiriu um caráter ambíguo, na medida em que os estrangeiros foram identificados como pessoas “de fora”, mas necessárias à cidade, em função de sua força de trabalho. Além disso, a cidade não permitiu que se apropriassem dos espaços por onde circulavam, promovendo uma diferenciação entre os indivíduos considerados “de dentro” e aqueles “de fora”. Ao ter sua circulação limitada por outros lugares, os moradores dos bairros operários de certa forma se preservaram do contato com os moradores “de dentro”, reforçando

---

<sup>64</sup> Estrangeiro, neste trabalho, está sendo entendido como define Georg Simmel: o indivíduo cujo papel seria vital nas sociedades modernas e contemporâneas, por seu caráter móvel e pelo conjunto de relações que desenvolveria, embora continuasse a ser visto como agente externo a determinado grupo.

sua identidade de forasteiros, que não eram confiáveis por seu caráter *outsider*<sup>65</sup>.

Segundo Park (1973: 46-47), nas cidades que se expandiram e modernizaram, a segregação contribuiu para a separação indivíduo-grupo, e resistir a esse processo implicou que as pessoas se aproximassem e estreitassem laços entre si, preservando características grupais iniciais:

Sob o estereótipo do imigrante estrangeiro escondia-se uma multiplicidade de ambientes urbanos que formavam microcenários. As comunidades estrangeiras, espaço intermediário entre o familiar e o totalmente desconhecido, apropriavam-se de espaços e formas de ocupação, definindo de formas distintas o vasto mundo dos bairros populares. (Rolnik, 1997: 81)

Foi ao se aceitarem como “italianos” que os imigrantes desenvolveram uma estratégia para competir no mercado de trabalho e, no caso da indústria paulistana, alguns postos de trabalho necessitavam de especialização, assegurando a distinção entre os imigrantes qualificados e os trabalhadores nacionais, implicando uma “diferenciação interna da pobreza” (Rolnik, 1994: 96).

Essas distinções estiveram presentes no cotidiano dos trabalhadores quer por intermédio das moradias em vilas operárias, de propriedade das fábricas, e que eram oferecidas àqueles considerados fundamentais à produção – “a aristocracia operária”

---

<sup>65</sup> Os conceitos de *estabelecidos* e *outsiders* foram desenvolvidos por Norbert Elias (1897-1990) em pesquisa sobre uma comunidade inglesa nos anos de 1950. Nesta pesquisa foi possível decifrar as bases sobre as quais se desenvolveram as relações de poder, a desigualdade e a exclusão e por quais mecanismos esses conceitos se fixaram em determinados grupos. Se os *estabelecidos* se agruparam por meio de aspectos que lhes conferiram coesão grupal e identidade coletivas capazes de hostilizar aqueles que infringiam os padrões determinados como norma grupal, os *outsiders* eram os seus antagonistas, na medida em que eram vistos como o grupo a ser estigmatizado, por ser considerado inferior em relação ao padrão definido pelo grupo de *estabelecidos*. (ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, 2000, Zahar).

(Rolnik, 1981: 72) – ou mesmo pela constante omissão, tanto na literatura como no relato dos viajantes, dos trabalhadores nacionais que não exerciam funções consideradas “honradas” e qualificadas, conforme apontamentos de Santos (1996) em sua análise sobre a mão-de-obra nacional:

Ao contrário dos relatos que os apresentavam como sem “meio conhecido de subsistência” ou “vagabundos”, os nacionais surgem em quase todas as fotos com algum tipo de ocupação ou carregando algo [...] enfrentando serviços perigosos e pesados; vendendo em tabuleiros doces, guloseimas e outros produtos; varrendo as ruas [...] (Santos, 1996: 72)

Embora a identidade “italiana” tenha sido construída, ela conferiu ao grupo imigrante uma coesão grupal para enfrentar as barreiras sociais a que estava sujeito, que possibilitou a definição de um “nós” ao grupo, uma identidade comum, fator não presente entre os trabalhadores nacionais. Se a distinção entre esses grupos se fez pelo viés do maior grau de superioridade e desprezo em relação ao outro, a coesão se acentuou ao configurar uma identidade comum entre seus membros (Elias, 2000: 38). O sentimento de pertencimento dos imigrantes levou-os à tentativa de subjugar e desprezar aqueles que não faziam parte do grupo, ao mesmo tempo que os protegia da imagem que as elites tentavam lhes imputar.

Se os imigrantes tornaram-se *outsiders* na cidade em relação às elites, dentro dos bairros operários eles eram *estabelecidos* em relação aos nacionais, demonstrando o caráter móvel do conceito *estabelecido-outsider*. Quando aplicados aos processos migratórios, eles atuam sobre as relações de modo geral e também podem ser analisados em casos específicos, como o da constituição de espaços socialmente delimitados.

Em relação aos territórios segregados, especificamente as zonas populares, cabe questionar o papel da coesão no espaço urbano em relação à mistura de classes sociais nesses territórios e a moradia é um importante elemento de diferenciação entre os grupos sociais.

Analisadas sob vários pontos de vista, as moradias populares constituíram diferenciações internas entre os grupos populares. Cabe lembrar que, mesmo nesses territórios, a disputa pelo espaço continuou, considerando-se não a variável “localização” em relação à cidade, mas a posição da residência em relação à centralidade local. Refletir sobre o Mutirão do Casarão e a Vila Maria Zélia e suas relações com o bairro do Belenzinho permitiu captar diferentes olhares e experiências sobre o espaço urbano, percebendo as dinâmicas desenvolvidas pelas distintas classes sociais.

### **2.3. A segregação e seus efeitos no espaço: o caso do Belenzinho**

#### **O bairro e seu histórico**

No início do século XX, bairros operários como Belenzinho, Mooca e Brás já estavam consolidados na paisagem da cidade de São Paulo e se caracterizavam principalmente pela mistura do espaço fabril com as moradias típicas dos trabalhadores – os cortiços e as vilas operárias.

A implantação da ferrovia próximo às regiões de várzea deu-se em função da existência de terrenos planos e desabitados, diferentes dos encontrados em outras partes da cidade (Prado Jr., 1971: 132). Embora essas áreas sofressem inundações, atraíram as indústrias pelo baixo valor dos terrenos, a facilidade para transportar a matéria-prima e escoar a produção, em função da via férrea, e a abundância de água nos córregos e rios da região (Jorge, 2003: 12). Com a expansão industrial, essa região se tornou, por excelência, área de concentração da habitação operária:

A expansão das indústrias, ao longo das ferrovias, particularmente nas zonas de várzea, deu-se concomitantemente a uma ocupação do espaço urbano pela habitação operária. Esta tanto pode ser a vila operária como os demais tipos de habitação ocupados pelos operários. Embora não se possa descrever a estruturação espacial que a cidade vai adquirindo, como a implantação de uma segregação social, onde raça ou classe sejam elementos seletivos absolutos para a moradia, ocorre contudo uma predominância de certas camadas sociais no espaço. (Blay, 1985: 51)

A associação desses elementos – ferrovia, industrialização e imigração – conferiu um padrão de ocupação aos bairros que surgiram ao redor do Brás, cuja

vocação era centrípeta, com um forte vetor de concentração populacional e de mercadorias (Sevcenko, 1997). Esse núcleo avançado de urbanização se expandiu em direção ao Belenzinho e Mooca, bairros que se encontravam na direção das estradas de ferro Central e Santos-Jundiaí e que faziam fronteira com o Brás (Rolnik, 1981: 25).

O Belenzinho, conhecido pelos viajantes por sua função como pouso de tropeiros<sup>66</sup>, era chamado de “Marco da Meia Léguas”<sup>67</sup> e se tornou distrito em 1899, quando foi desmembrado do Brás<sup>68</sup>. Enquanto estância climática<sup>69</sup>, o Belenzinho era freqüentado por pessoas que precisavam se recuperar de problemas de saúde, pela elite paulistana, em busca de lazer, e por estudantes, como Monteiro Lobato<sup>70</sup>.

A partir da segunda metade do século XIX, os limites da cidade foram estendidos para além do Triângulo Central, quando as chácaras ali existentes começaram a ser desmembradas em loteamentos para alocar a força de trabalho da indústria paulista:

---

<sup>66</sup> Os pousos de tropeiros eram utilizados tanto por viajantes que se serviam da Estrada da Penha como por aqueles que se dirigiam ao Mercado Central, vindos de diversas regiões do Estado. No caso do Belenzinho localizavam-se na Avenida da Intendência, atual Celso Garcia, importante via de circulação do bairro.

<sup>67</sup> Designação que remete aos quatro marcos físicos espalhados pela cidade, usados como referência, que foram criados aludindo aos pontos cardeais. Esses marcos, existentes desde 1724, foram remarcados em 1769 pelo “Registro de Certidam de Meia Legoa do Rocio”. Embora a denominação fosse utilizada para referenciar outros marcos na cidade, no Belenzinho passou a ser designação de lugar, conforme observou Jacob Penteadó (op. cit., p. 59).

<sup>68</sup> O distrito foi criado por meio da Lei nº 623, de 26/6/1899, assinada pelo presidente da província de São Paulo, Fernando Prestes Albuquerque.

<sup>69</sup> Segundo o memorialista Jacob Penteadó, o bairro tinha altitude média de 750 metros acima do nível do mar, possuía ar puro, muitas chácaras e pomares (op. cit., p. 57).

<sup>70</sup> Monteiro Lobato visitava, com amigos, a casa de Godofredo Rangel, apelidada de Minarete, localizada na Rua 21 de Abril (PENTEADO, J., op. cit., p. 68-71).

A extinção das chácaras através do loteamento vem responder à diferenciação das atividades econômicas voltadas cada vez mais para a produção industrial e à fixação da força de trabalho livre na cidade. (Blay, 1985: 48)

A cidade, nesse momento, agrupava seus bairros em dois blocos: os pertencentes ao centro urbano, formado pelas zonas Oeste, Sudoeste e Sul, e os bairros além-Tamanduateí. O Belenzinho passou, no início do século XX, por várias transformações, sendo preenchido o vazio existente entre ele e o Brás e interligando a cidade que se expandia em direção à Zona Leste.

Com o aumento populacional, propiciado principalmente pelos imigrantes (italianos, portugueses e alemães), diversas melhorias urbanas foram implementadas como o abastecimento de água e esgoto, o saneamento básico e a pavimentação de algumas ruas. Além disso, houve a implantação do bonde, da energia elétrica e várias indústrias<sup>71</sup> se instalaram na região.

O Belenzinho [...] foi um local onde começaram a se instalar atividades comerciais e industriais, existindo entre ele e o Brás

---

<sup>71</sup> Penteadó (2003: 63-64) destacou o setor industrial ligado ao vidro como predominante no bairro: “Em 1910, não se sabe bem as causas, as principais indústrias do bairro eram as fábricas de vidro. Além destas, havia a Fábrica de Tecidos Boyes, na Travessa Intendência [...] a Fábrica de Licores Trevisan, na Avenida Celso Garcia, a Fábrica de Meia Combacau, na Rua Conselheiro Cotegipe, e outras pequenas indústria caseiras. [...] As vidrarias eram denominadas, pomposamente, de cristalarias. A mais antiga foi a ‘Germânia’, do alemão Guilherme Klimburguer, na Rua Martim Afonso. [...] A Cristalaria Itália iniciara suas atividades na Saboneira. [...] Do mesmo tempo, a cristalaria de Pedro Scarone, onde ora funciona a Criataleria Prado, na Avenida Celso Garcia. Mais acima, na Rua Cajuru [...] funcionava a fábrica de Joanin Urras, de pequeno porte. No local, anos depois, instalar-se-ia a Cristaleira Progresso, dos irmãos Alfano. [...] Hoje ali se encontra a Nadir Figueiredo [...] Em 1912 ou 1913, surgiu a Cristalaria Paraíba [...] No local outrora ocupado pela ‘Germânia’, passou a funcionar [...] a Cristalaria Franco-Paulista [...]”. Segundo Rolnik (1981), as fiações e tecelagens eram o ramo de maior concentração fabril nos bairros do Brás e Belenzinho. **Cada um no seu lugar! São Paulo, início da industrialização: geografia do poder.** São Paulo, 1981, p.33, Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura, USP.

um grande vazão, pois este terminava praticamente na altura da Estação Norte. Posteriormente tornou-se um bairro operário, essencialmente fabril, nele se instalando várias fábricas pertencentes, entre outros, a Jorge Street e Francisco Matarazzo (Blay, 1985: 50).

Cabe destacar que a infra-estrutura, nesse momento, era privilégio dos bairros da elite e sua expansão para os territórios operários, como Brás e Belenzinho, se fez tanto pela proximidade dessas localidades com o centro da cidade como pelo seu adensamento populacional.

[...] as deficiências nos serviços de água e coleta de esgoto afetassem de um modo geral os bairros novos de São Paulo, os documentos consultados deixam muito claro que essas deficiências eram maiores ‘na parte baixa da cidade’ e que, quanto ao suprimento de água, as soluções adotadas [...] resultaram na implantação de um serviço de segunda classe. (Andrade, 1991: 54)

Esses serviços eram considerados de “segunda classe” pela precariedade do abastecimento e pela demora na conclusão das obras: a água possuía pouca pressão para atingir os bairros mais distantes e sua captação era feita em locais com grande concentração de moradores, tornando-a poluída; a rede coletora de esgoto demorou a ser concluída, sendo suas obras interrompidas diversas vezes (Andrade, 1991: 55). O fato de nessas localidades a população ter acesso à infra-estrutura significou, para Rolnik (1981: 33), a delimitação de fronteiras internas, que diferenciaram os bairros operários, até então relativamente homogêneos:

Assim, no eixo de expansão E. F. Central do Brasil Leste, enquanto quase a totalidade do Brás e Belenzinho até a 3ª parada já tem rede de água/esgoto e luz, a 4ª e 5ª paradas são áreas

pioneiras desequipadas. O mesmo se pode dizer em relação ao Bom Retiro e Barra Funda. (Rolnik, 1981: 33)

## O papel das indústrias

A expansão da indústria têxtil<sup>72</sup> no Belenzinho impulsionou o crescimento demográfico. Em 1934, por exemplo, o bairro era considerado o distrito mais populoso da cidade<sup>73</sup>. No entanto, houve pouca alteração no espaço urbano e nas condições de vida da população ali residente. Os problemas decorrentes das condições higiênicas e sanitárias se agravaram, bem como a ausência de moradias. As tensões decorrentes das relações trabalhistas eram permanentes em função da excessiva jornada de trabalho, da utilização da mão-de-obra infantil e dos baixos salários<sup>74</sup>.

Enquanto a alimentação absorvia a parte mais significativa do orçamento mensal operário e a habitação absorvia uma proporção significativa do mesmo, o vestuário correspondia a uma porcentagem que variava de 15 a 16%, aproximadamente. [...] Sobrava pouco do orçamento operário depois de atendidas

---

<sup>72</sup> A indústria têxtil concentrou suas atividades na produção de juta, lã, seda, malharia e algodão. Conforme Andrade (1991), nos bairros da Mooca, Brás e Belenzinho localizavam-se as maiores indústrias têxteis da capital, concentrando o maior número de operários do setor: o Cotonifício Crespi (Mooca) empregava 1.300 operários; a Fábrica Mariângela (Brás) contava com 2.000 funcionários; a Tecelagem Ítalo-Brasileira de Sedas (Brás) possuía 514 trabalhadores; a Tecelagem Belenzinho (Belenzinho) tinha 1.000 funcionários; a Companhia Nacional de Tecidos de Juta, aproximadamente 2.100. Em 1914, do conjunto de 102 estabelecimentos existentes nesses bairros, 23 pertenciam a esse setor (op. cit., p. 134-135, 137).

<sup>73</sup> Em 26 anos, a população do Belenzinho aumentou 90,84%. Foram comparados os dados levantados por Torres (1969) para o ano de 1934, quando o bairro tinha 109.209 habitantes com o ano de 1908, quando eram aproximadamente 10 mil habitantes (**O bairro do Brás**. São Paulo: PMSP/SEC/Depto. de Cultura, 1969, p. 213; e PENTEADO, J., op. cit., p. 61).

<sup>74</sup> Na indústria têxtil, o rebaixamento salarial foi feito em função da utilização maciça da mão-de-obra feminina e de menores (ANDRADE, M., op. cit., p. 142).

as despesas com a habitação, alimentação e vestuário. (Decca, 1987: 36-37)

Embora a ferrovia atravessasse o Belenzinho, nele não existia nenhuma estação ferroviária de passageiros, como nos bairros da Mooca e do Brás. Ali o atrativo da indústria se fez pela proximidade entre as fábricas e ferrovia: o bairro estava a três quilômetros dos armazéns da São Paulo Railway (S. P. R), no Pari, e a um quilômetro da Central do Brasil. Às indústrias localizadas às margens do leito ferroviário eram permitidas as interligações por meio de ramais que as conectava à rede ferroviária. Havia também a proximidade com o Rio Tietê, o que permitia o uso da água, fundamental na produção:

Para as indústrias, tão importante quanto a infra-estrutura de transporte, que permitia receber matérias-primas e escoar a produção, bem como o acesso da mão-de-obra operária, era a proximidade dos rios e córregos que forneciam água abundante e funcionavam como escoadouro dos detritos resultantes dos processos industriais (Jorge, 2003: 12)

Diversas indústrias se instalaram no bairro a partir de 1911, entre elas, a Tecelagem Belenzinho – pertencente às Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Irfm) –, que construiu, além da fábrica, 174 residências<sup>75</sup> para seus funcionários; a Companhia Nacional de Tecidos de Juta (Cntj) com a Fábrica de Tecidos Maria Zélia e a sua vila operária; e a Tecelagem Boyes.

---

<sup>75</sup> Das 174 casas construídas pela Irfm no Belenzinho, 79 casas constituíram a Vila Cerealina, perto do Largo São José do Belém, que constitui o único exemplo de moradia popular próximo ao centro comercial do bairro. Essa vila se destinava aos funcionários da Tecelagem Belenzinho, que levavam dez minutos, a pé, para chegar do seu local de moradia ao trabalho (conforme BLAY, E., op. cit., p. 249).

A partir de 1930, várias transformações ocorreram nos bairros operários, em geral. O Belenzinho, especificamente, houve a transferência das indústrias, a saída dos imigrantes que conseguiram enriquecer, a chegada de novos personagens e intervenções urbanas estruturais, relacionadas ao sistema viário e ao transporte público.

A saída de algumas fábricas do bairro foi fruto do processo de expansão das atividades industriais, o que implicou na transferência das instalações fabris para espaços maiores. Após a Segunda Guerra, no entanto, vários fatores, como o atraso tecnológico do setor, a estagnação do sistema produtivo e a proibição da exportação de tecidos, provocaram uma crise na indústria têxtil, o que levou muitas empresas a encerrarem suas atividades (Andrade, 1991: 207-208).

### **Os grupos sociais**

Aqueles imigrantes que conseguiram enriquecer nesse período deixaram os bairros operários, transferindo-se para territórios compatíveis com a sua nova posição social. Ao serem incorporados à cidade, deixaram de ser considerados como “de fora”, demonstrando que a localização e a qualidade da moradia se tornaram elementos de distinção social e segregação (Véras, 1992: 85).

O estudo do nascimento e consolidação das fábricas de teares levou à constatação, por outro lado, de que a ascensão de imigrantes à condição de empresários implicava uma ruptura com os bairros que deixavam de ser o local da moradia. Abandonar o bairro de origem por outro reconhecido como da elite parece ter sido a regra entre os novos empresários [...]. (Andrade, 1991: 222)

Diferentemente dos imigrantes, outros trabalhadores também saíram desses

bairros, mas foram em busca de alternativas mais baratas de moradia na periferia da cidade, ainda que esse deslocamento implicasse no seu distanciamento do local de trabalho:

Quanto mais a Metrópole se expande, quanto mais os serviços atingem bairros distantes, mais longe o trabalhador é obrigado a ir para poder construir sua moradia, e mais distante fica dos serviços urbanos e do local de trabalho. (Kowarick & Ant, 1994: 84)

Se os bairros operários perderam população e houve a estagnação populacional no pós-guerra, a década de 1950 foi representativa de um novo crescimento demográfico<sup>76</sup> para a cidade, que em menor proporção continuou ao longo dos anos 60 e 70.

O processo de industrialização [...] transformou São Paulo no mais importante centro industrial do Brasil promoveu, por um lado, a descapitalização relativa de certas regiões brasileiras [...] e, por outro lado, criou condições para a cidade se transformar em pólo nacional de atração populacional. (Berlinck & Hogan, 1974: 27)

A cidade de São Paulo passou a receber grandes levas de migrantes inter-regionais, que buscaram na transferência campo-cidade as condições necessárias à superação da falta de emprego e da dificuldade de subsistência nos seus locais de origem. Essa dinâmica representou, ao mesmo tempo, o desenraizamento social e

---

<sup>76</sup> Na década de 1930, o governo de Armando Salles de Oliveira incentivou o deslocamento de mão-de-obra de outros estados para São Paulo, para trabalhar na lavoura. Na década de 50, deu-se o aumento do fluxo migratório, em função da seca que atingiu o Nordeste, ao mesmo tempo que a indústria na região metropolitana de São Paulo se consolidava e ocorria a ampliação de vagas no setor terciário. Segundo Vêras (1999), entre 1950 e 1960, a população cresceu a uma taxa anual de 5,6%, ultrapassando 3,6 milhões de pessoas; a taxa anual de crescimento populacional entre 1960 e 70 foi menor, 4,5%, mas a população da cidade chegou a 5,9 milhões de habitantes (Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo In: **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n° 2, p. 233-292, 1999).

econômico do migrante e a sua integração à cidade, ainda que de forma precária (Pereira, 2002: 6). Na década de 70, houve o espraiamento da malha urbana da cidade com a formação dos bairros periféricos, onde essa população, por meio da autoconstrução, teve acesso à casa própria (Véras, 1999: 252-253).

A porta de entrada desses novos trabalhadores na cidade foi o bairro do Brás, de onde se espalharam para outros bairros. No Belenzinho, havia o atrativo das antigas moradias dos imigrantes estrangeiros, os cortiços, dando continuidade ao processo de reprodução do capital e da mão-de-obra (Véras, 1992: 107), mas os migrantes dirigiram-se para o bairro atraídos pela concentração de indústrias, comércios e pela existência de um albergue, o Cetrem, próximo à antiga Hospedaria do Imigrante.

A chegada dos migrantes provocou transformações no campo cultural: novos sotaques, gostos, cheiros, comidas, hábitos, tradições regionais, formas de usar o espaço e de socializar. Esse encontro entre grupos estranhos, cuja condição de *estrangeiro* (Simmel, 2005) poderia gerar algo em comum, não se fez sem estranhamentos: “a apropriação dos espaços pelas migrações posteriores, nacionais e estrangeiras, será um elemento de segregação espacial e conflito” (Pereira, 2002: 77). Gradativamente, o sotaque italiano foi substituído pelo nordestino, para se misturar com o latino-americano na década de 1990.

Apesar de intensa, desde 1980, a imigração de bolivianos atingiu seu auge na década seguinte. Eles são o terceiro maior grupo de estrangeiros que cresceu no país (Pereira, 202: 195). A década de 1990 foi o período em que eles começaram a trabalhar para os coreanos que monopolizavam o comércio de confecção e tecidos nos bairros do Brás e Bom Retiro, por meio do controle das oficinas de costura e da

criação de estabelecimentos específicos para o comércio atacadista de roupas.<sup>77</sup>

### **A Avenida Radial Leste**

A década de 1960 introduziu um novo elemento urbanístico no bairro com a construção de uma via de circulação rápida, a Avenida Alcântara Machado (Radial Leste). Em pouco tempo, ela se tornou a principal ligação entre as zonas Leste e Oeste da cidade de São Paulo. Entre os objetivos de sua implantação estava o desafogamento do trânsito no eixo formado pelas avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia, superando o problema que as porteiras da ferrovia acarretavam, melhorando a circulação por meio do uso do transporte individual.

A opção rodoviarista no sistema de circulação e transporte no Brasil teve o seu rebatimento na cidade de São Paulo, com o Plano de Avenidas de 1930. Esse momento consolidou a posição da expansão periférica da cidade, por intermédio da reformulação do sistema viário, com o descongestionamento da área central e “a constituição de um sistema viário que combinava a implantação de um perímetro de irradiação com um conjunto de avenidas radiais e perimetrais” (Silva, 2004:106).

Embora prevista no Plano de Avenidas, o primeiro trecho da Avenida Radial Leste, ligando o Centro à Mooca, foi entregue em 1957. O trecho do Belenzinho foi inaugurado na gestão Faria Lima (1965-1968). Os bairros atravessados pela avenida

---

<sup>77</sup> Esta dissertação não pretende analisar a trajetória dos bolivianos na cidade, mas cabe destacar que boa parcela reside nos cortiços do Belenzinho e bairros vizinhos, sendo inclusive criados cortiços que só aceitam esses moradores. Silva (1997) analisou como, a partir do final dos anos de 1990, o trabalho em oficinas de costura atraiu essa mão-de-obra. Muitos, fugindo das condições socioeconômicas vividas na Bolívia, entraram ilegalmente no Brasil. Foi no trabalho explorado pelos coreanos e no desenvolvimento de relações trabalhistas clandestinas que muitos bolivianos encontraram formas de sobrevivência e socialização entre seus pares (SILVA, Sydnei Antônio. **Costurando sonhos: etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo**. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado), Prolam, Usp).

foram impactados de formas diferentes, mas a ela se creditou a sua deterioração: a avenida separou definitivamente o Brás e a Mooca, provocou uma nova divisão física no Belenzinho, gerou grandes desapropriações de imóveis e o deslocamento de parte da população e das indústrias desses bairros.

Se anteriormente existiam dois padrões de ocupação no Belenzinho, tendo a estrada de ferro e a Avenida Celso Garcia como marcos referenciais, a Radial Leste separou o bairro em mais duas partes, o alto e o baixo Belenzinho, partes que antes se interligavam por meio de uma passagem de nível sobre a linha do trem. Com a construção da via expressa, a passagem foi destruída e os territórios se fragmentaram, sendo religados somente em 1968, com a construção do Viaduto Guadalajara.

A parte que ficou acima da linha férrea e da Radial Leste, o “lado de lá” – o Alto Belenzinho –, aproximou-se dos bairros com os quais fazia fronteira: a Água Rasa e a Mooca. Os moradores que ficaram do “lado de cá” ficaram confinados por barreiras físicas muito claras: ao norte, pela Marginal Tietê; ao sul, pela estrada de ferro; ao leste, pela antiga Avenida do Tatuapé (depois Avenida Salim Farah Maluf); e ao oeste, pela Rua Bresser (limite com o Brás). A subdividir esse espaço, nas bandas “alta” e “baixa”, a Avenida Celso Garcia.

A localização das moradias nesse território, a proximidade com o centro do bairro e as características que as ruas adquiriram passaram a simbolizar uma divisão social entre os grupos que ali residiam, possível de ser vista pela leitura do espaço: “impõem-se a eles como um fato externo e bruto, e por seu turno as forma de acordo com o projeto e interesses nela incorporados” (Park, 1973: 29).

O declínio do comércio local no Belenzinho foi creditado ao impacto que a

Avenida Radial Leste provocou na região, tanto por possibilitar o deslocamento das pessoas que utilizavam o comércio do bairro ao centro da cidade, onde havia maior diversidade de produtos, como pela diminuição do fluxo nas Avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia (Martin, 1984: 172).

[...] Embora a zona comercial do bairro não tenha sido atingida, a nova ligação proporcionou a implantação de linhas de ônibus diretas com o centro da cidade. Aos poucos, os moradores de outros bairros que faziam suas compras no Belém passaram a se dirigir para o centro paulistano. Ao mesmo tempo, começou a se desenvolver em cada bairro da periferia, seu próprio pequeno centro comercial. O bairro do Belém foi duramente atingido (Jornal **O Estado de S. Paulo**, 31/12/1975)

Mas o declínio no comércio era somente um dos sintomas provocados pelo conjunto de transformações pelas quais passou o bairro e que se acentuaram nas décadas seguintes com nova intervenção urbana e com a desindustrialização, que provocou a saída de várias indústrias para outras regiões.

### **A linha do metrô**

No final da década de 1970, a construção da Linha 3 do Metrô (Linha Vermelha) provocou grandes modificações no Belenzinho, pois no bairro foram construídas duas estações: Bresser (1979)<sup>78</sup> e Belém (1980), além da estação Brás (1978). Essa linha tinha como função melhorar a circulação e o deslocamento dos moradores da Zona Leste, região que tinha o maior potencial de adensamento na

---

<sup>78</sup> A partir de 2006, o nome da estação foi alterado para Bresser-Mooça, devido a sua proximidade com esse bairro.

época, ao centro da cidade (Martin, 1984: 166). Foram desapropriados para a construção, principalmente no trecho Brás-Bresser, onde seria erguida uma via elevada, 942 imóveis em 26 hectares. No Belenzinho, as desapropriações atingiram 540 imóveis; a linha do metrô seguiu paralela à ferrovia, embora na proposta original houvesse a integração das malhas ferroviária e metroviária.

O Projeto Cura Brás/Bresser<sup>79</sup> ressaltou o impacto positivo da chegada do metrô à região: a melhoria de acessibilidade, o reflorescimento de áreas comerciais, a substituição da população pobre por uma com maior poder aquisitivo e a criação de oportunidades de emprego, em contraposição ao esvaziamento populacional e à desindustrialização. Os efeitos contrários dessa obra seriam minimizados ao se “evitar cicatrizes urbanas”<sup>80</sup>.

As conseqüências negativas de uma obra desse porte para os moradores do bairro não foi mencionada: a destruição e desfiguração dos bairros nos trechos próximos à linha; as desapropriações de imóveis com a transferência das famílias para diversas regiões; e a expulsão dos mais pobres, os quais, no âmbito do projeto, não eram compatíveis com a renovação que estava em implantação.

A não-mobilização dessa população, na época do projeto, foi emblemática,

---

<sup>79</sup> O Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (Cura) foi criado pela Lei nº 7.941 de 9/10/1973 para, em convênio com o Banco Nacional de Habitação (BNH), “promover a melhoria das condições de vida urbana da comunidade, através da alocação de recursos para aplicação em infra-estrutura e equipamentos urbanos, de acordo com as possibilidades econômicas e as aspirações da população”. O Projeto Cura Brás-Bresser de 1976 definiu as características da área e o tipo de intervenção a ser adotada (**Área Cura Brás/Bresser: estudo de viabilidade técnico-econômico-financeira**. São Paulo: Emurb/Planasa, 1976, p. 2-3).

<sup>80</sup> O Cura Brás-Bresser buscou minimizar os efeitos negativos da intervenção, pautando a reurbanização local em três ações: a implantação de unidades habitacionais para a renda média; a construção de terminais de ônibus e estacionamentos; e a construção de equipamentos públicos de saúde, escolas e áreas verdes (**Cura Brás-Bresser. Síntese e conclusões**, p. 2-3).

principalmente se pensarmos que as desapropriações, ao abarcarem trechos maiores do que o necessário – onde havia alta concentração de pobres –, justificaram-se como forma de impedir a degradação da área. Mas esse projeto, enquanto instrumento de modernização da administração pública em intervenções na cidade durante o regime militar (Pereira, 2002: 65), contribuiu para a inibição de qualquer tipo de manifestação que contrariasse os interesses da nação.

Ao não serem atingidos os objetivos previstos no projeto, evidenciou-se a proposta malsucedida de revitalização e ocupação em áreas centrais, que gerou um vazio urbano nas proximidades da Estação Brás, que se tornou foco de várias propostas de intervenção da administração pública municipal<sup>81</sup>. Durante a gestão Jânio Quadros (1986-1989), as moradias edificadas ao longo da linha do metrô, foram ocupadas por famílias de renda média, tendo como um dos principais atrativos a localização dos imóveis, permitindo acesso e deslocamento por um meio de transporte rápido. No entanto, alguns espaços que seriam ocupados com conjuntos residenciais ainda estão sem uso, à espera de uma solução definitiva<sup>82</sup>, como ocorre no entorno das estações Bresser-Mooça e Belém.

---

<sup>81</sup> Durante o Governo Pitta (1997-2000), discutiu-se a ocupação dessa área pelo comércio ambulante, que seria transferido do Largo da Concórdia. Na gestão Marta Suplicy (2001-2004), novas obras foram realizadas para transformar o espaço em uma grande praça. Nenhuma das propostas foi implementada, permanecendo o vazio, sem uso ou função.

<sup>82</sup> Essas áreas são lindeiras às estações Bresser-Mooça e Belém. Na gestão de Luiza Erundina (1989-1992), o Movimento de Moradia S.T. Leste I desenvolveu projeto para a área do metrô Belém, em negociação que envolveria a Cohab (responsável pelo terreno) e a Cdhu (executora do projeto), embora a proposta tenha sido discutida diversas vezes. Mesmo tendo sido efetuado o pagamento da elaboração do projeto, a obra não foi adiante e o terreno continua desocupado.

**Imagem 15**

Viaduto Guadalajara,  
construído em 19XX para  
religar o Belenzinho.



Foto da autora, 18/09/2007,  
Avenida Radial Leste,  
Belenzinho.

**Imagem 16**

Avenida Alcântara Machado  
(Radial Leste), ao fundo à  
esquerda a estação do Metrô  
Belém.  
A construção da avenida  
retalhou o Belenzinho.



Foto da autora, 18/09/2007,  
Avenida Radial Leste,  
Belenzinho.

## **Os efeitos da desindustrialização**

Entre 1976 e 1985, os postos de trabalho nas regiões Central e Leste diminuíram em aproximadamente 36%<sup>83</sup>, a partir do deslocamento das indústrias dessas regiões para bairros na Zona Sul e na região do ABC<sup>84</sup>. Para lá foram atraídas as grandes indústrias de ponta, assim como amplos contingentes populacionais e uma mão-de-obra qualificada” (De Grazia, 1997: 77).

O processo de desindustrialização que o Belenzinho sofreu ficou inscrito na paisagem do bairro, por meio de muitos galpões e fábricas que permaneceram vazios. O decréscimo populacional, no período de 33 anos, foi calculado em 63,80%, see em 1967 a população do bairro era de 58.750 habitantes, no censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge) ela passou para 37.482 pessoas.

O refluxo da indústria têxtil na região provocou o aparecimento de atividades ligadas ao setor terciário, e o aumento do desemprego propiciou o aparecimento do comércio ambulante como forma alternativa de renda. Os camelôs viram no uso do espaço público coletivo (praças, calçadas e ruas) o local para

---

<sup>83</sup> Dados do Serviço Nacional da Indústria (Senai), apud De Grazia, op. cit., p. 77.

<sup>84</sup> Fazem parte do chamado Grande ABC paulista os municípios de Santo André, São Caetano, São Bernardo, Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires.

exposição de seus produtos, acentuando-se a disputa por esse espaço<sup>85</sup>.

Ao longo dos anos de 1990, a deterioração física do bairro se acentuou. A Avenida Celso Garcia, um movimentado ponto comercial do bairro, teve seu comércio esvaziado, passando a concentrar um setor comercial específico: a venda de peças para fogões e outros eletrodomésticos. Próximo a esse comércio está situado o Mutirão do Casarão.

Vários imóveis que antes abrigavam residências e comércios transformaram-se em estacionamentos e igrejas evangélicas, sendo as maiores a Universal do Reino de Deus e a Assembléia de Deus. Essas igrejas edificaram suas sedes em quarteirões antes ocupados por cortiços e pequenas residências que foram demolidos.

Na parte baixa do bairro, em direção à Marginal Tietê, houve maior concentração de cortiços, que se misturaram com os galpões em uso e as fábricas vazias. Nesse trecho encontra-se a Vila Maria Zélia, o exemplar de vila-cidadela construída no início do século XX.

---

<sup>85</sup> A discussão sobre o uso do espaço público pelo comércio ambulante não é algo novo na cidade de São Paulo. O desejo de normatizar o uso da rua pode ser observado pela legislação já no final do século XIX, expressando-se no Código de Postura de 1875 e em sua revisão e ampliação, em 1886 (ROLNIK, R., op. cit., p. 32). Embora os maiores conflitos entre o poder público, empresários e camelôs aconteçam no Brás, os constantes confrontos entre policiais e camelôs, fizeram com que alguns se estabelecessem ao longo da Avenida Celso Garcia, distanciando-se do centro dos conflitos, o Largo da Concórdia e seus arredores.

### Imagem 17

Sobre a ligação entre as partes do bairro, observa-se a barreira criada com a intervenção pública por meio da linha do trem (1º plano) e metrô – linha vermelha (2º plano).

Ao fundo observa-se o processo de verticalização também promovida pelo poder público (CDHU – Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), iniciada nos anos 2000, nos terrenos das antigas fábricas já abandonadas.

Foto da autora, 16/09/2007, linha da CPTM, Belenzinho.



### Imagem 18

Nas proximidades da linha do trem permanece a convivência do uso industrial (galpões em atividade) e residencial de média renda. Parte das residências deram lugar a comércio local.

Foto da autora, 16/09/2007, Rua Herval, Belenzinho.



**Imagem 19**

Construção de 1911  
(conforme informação na  
fachada).  
Típico da época, para um  
sobrado de esquina:  
residência sobre comércio.



Foto da autora, 16/09/2007, Rua  
Cesário Alvim x Visconde de  
Parnaíba.

**Imagem 20**

Permanência do uso fabril no  
do Belenzinho.



Foto da autora, 16/09/2007, Rua  
Cesário Alvim, Belenzinho.

## **A renovação urbana**

O começo do século XXI trouxe ao Belenzinho um novo processo marcado pela renovação urbana e pela especulação imobiliária, o que tem provocado a transformação de antigos espaços fabris em grandes conjuntos residenciais verticais.

O bairro, antes pouco verticalizado, aos poucos começa a mudar, principalmente nas imediações do Largo São José do Belém, centro comercial do bairro e nas proximidades do metrô. Vários galpões que estavam vazios cederam lugar a conjuntos residenciais de médio e alto padrão. Nessas imediações também se encontra em implantação uma grande loja do ramo têxtil, destinada ao comércio atacadista e que deve trazer um fluxo maior de pessoas a região.

Esse processo tem sinalizado, para muitos moradores, a possibilidade de movimentar o comércio local, revitalizando o que estava deteriorado, mas deve-se destacar que pode ocorrer a acentuação da segregação no espaço na medida em que se evidenciam as diferenças existentes entre a parte alta e baixa do bairro e os conflitos decorrentes desse processo.

Na parte alta, entre a Avenida Celso Garcia e o Largo São José do Belém, reside uma classe média que buscou preservar a qualidade do espaço público, com ruas arborizadas, bem sinalizadas, calçadas conservadas e imóveis preservados. Na parte baixa, local de concentração dos mais pobres, o número de cortiços e imóveis fechados com portas lacradas com tijolos (para evitar invasões) aumentou, o espaço público está mal cuidado, há lixo nas ruas, as calçadas estão esburacadas e a proximidade com o corredor de ônibus conferiu ao lugar um aspecto enfumaçado, poluído, com intenso barulho e tráfego pesado.

Nesse pedaço, desde a década de 1980, formou-se a favela Néilson Cruz, moradia que “constitui o último reduto na escala habitacional, pelas deterioradas condições materiais e simbólicas de existência” (Kowarick, 2000: 87). A Sociedade Amigos do Belém (SAB) se mobilizou para retirar a favela e fechar uma unidade da Febem no bairro, que chegou a abrigar 1.200 adolescentes e jovens em 18 unidades.

A partir de 2004, após constantes rebeliões, essa unidade começou a ser desativada, prevendo-se em seu lugar a construção do Parque Estadual do Belém. Vizinho à favela, desde 2002, vem sendo construído um conjunto residencial com 28 torres de apartamentos em área de 61.635 metros quadrados pertencente a uma antiga fábrica. Esses novos elementos devem conferir uma renovação à região, provocando a conseqüente remoção dos moradores da favela, atualmente encurralados entre o parque e esse empreendimento.

### **3. DIÁLOGO ENTRE MEMÓRIAS**

“As lembranças se apóiam nas pedras da cidade” (Bosi, 2003:71) e, nesse sentido, a memória ao retornar, por meio da história de vida, se apóia sobre o espaço que se tornou referência à pessoa. Por meio das histórias de vida se percorre as transformações no espaço urbano, se conecta a vivência pessoal à coletiva. Mas a relação com o espaço também está permeada pelas observações que os sujeitos fazem sobre a sua vida, os caminhos percorridos, as imagens construídas, as mudanças de rumo.

A importância das lembranças, afora o seu significado pessoal, consiste nesse compartilhar de experiências que, organizadas pelo narrador, procuram dar um sentido à própria existência, recuperando a dimensão humana do espaço (Bosi, 2003:76). As histórias de vida aqui apresentadas se inserem nesse contexto e permite olharmos para o bairro Belenzinho e para a vivência em moradias populares pelo viés de narradores privilegiados, seus próprios habitantes.

#### **3.1. A trajetória de dona Salomé**

Maria Salomé ou simplesmente dona Salomé, como é mais conhecida, nasceu em 1946, tem 62 anos, é casada e mãe de três filhos. Paraibana de São José dos Cordeiros era a penúltima filha de quatro irmãos de um casal de pequenos proprietários rurais. Teve uma infância tranquila, “vida de roça” como gosta de falar. Aos 12 anos deixou seus pais para morar em Campina Grande com a irmã mais velha, dando continuidade aos estudos. Do primeiro emprego, apenas menciona o ofício de embaladeira numa fábrica de café, atualmente dona Salomé é agente comunitária de saúde, responsável pelos moradores do Mutirão do Casarão.

Em 1972, aos 26 anos, se casou e, depois de alguns anos, ela e o marido resolveram tentar a vida em São Paulo:

Eu vim pra São Paulo em 77... vim pra São Paulo pela ilusão de todo nordestino, todo nordestino acha que vir pra São Paulo, que é uma maravilha, que vai se dar bem, que o trabalho é mais fácil, que a maneira de viver é melhor e nessa ilusão, eu vim pra São Paulo. Quando cheguei em São Paulo...já cheguei grávida, na realidade tive dificuldade de arrumar trabalho porque eu nem fazia idéia de que uma mulher grávida não podia trabalhar em São Paulo e... só depois que eu ganhei neném... é que eu comecei a trabalhar.

**“Então, eu não conheço outro lugar pra morar, só conheço esse.”**

Eu acho que São Paulo pra mim se resumiu no Belém. Belém pra mim é como se eu tivesse nascido no Belém, porque eu comecei minha vida em São Paulo no Belém. Quando eu cheguei em São Paulo, eu vim pra Celso Garcia, no Belém, mudei da Celso Garcia, fui pra Rua Belém e sai da Rua Belém e voltei pra Celso Garcia. *Então, eu não conheço outro lugar pra morar, só conheço esse.* Antes daqui era no Nordeste. (grifo nosso)

Existem lugares onde a memória se apóia (Pollak, 1992: 202) e que conferem identidade ao sujeito. No caso de dona Salomé, esse lugar foi o bairro Belenzinho, que circunscreveu sua trajetória na cidade. Espaço de onde pouco saiu e que lhe conferiu uma identidade (Pollak, 1992: 207).

A primeira moradia em São Paulo foi junto com a família de seu irmão, depois houve a mudança para uma pequena residência no bairro, um quarto e cozinha, posteriormente substituída por outro, que abrigava também o espaço de trabalho.

Eu ainda morei na casa do meu irmão por seis meses, depois fui morar num quarto e cozinha, ainda morei nesse quarto e cozinha por 8 anos, com 8 anos que eu morava foi demolido... depois alugamos um outro espaço. O espaço maior que eu morei, foi

como eu falei que na frente era uma oficina e nos fundos era a minha casa, meu marido era serralheiro, ele fazia o serviço de rua e eu trabalhava com o telefone... sempre morei em quarto e cozinha, eu morava junto com a graxa, dentro da sujeira, porque quando a gente acabava de limpar a casa, vinha alguém da oficina com os pés cheios de graxa e pisava em tudo... e não tinha nem condições de limpar.

## **O Movimento de Moradia**

Por meio da moradia as pessoas buscam assegurar sua privacidade. No entanto, quando em seu interior as funções de cada espaço se misturam, não existe distinção entre o espaço privado (da família) e o público (o trabalho). O desejo de ter algo seu e o fato de sua moradia ser considerada pequena para as necessidades da família levou dona Salomé ao movimento de moradia, onde se tornaria liderança de um grupo que se organizou no bairro, o grupo do Belém.

Eu entrei no movimento, através de uma pessoa que fazia parte do movimento, que era coordenador nessa época, era o Carlão. Ele começou com esse movimento no Carrão, na Vila Carrão e eu conheci ele por acaso. Ele me convidou através de uma vizinha minha que também participava e eu comecei a ir lá em 88... de lá da Vila Carrão nós viemos pra Rua Belém, da Rua Belém fomos pro viaduto Guadalajara e do Guadalajara fomos pra igreja São Miguel Arcanjo.

A história do grupo do Belém, assim como sua própria história, foi marcada por migrações dentro do bairro em busca de um local definitivo para realizar suas reuniões. Pela trajetória do grupo analisa-se o caráter do próprio movimento, que reivindicando moradia, ele próprio não possuía um lugar fixo para “morar”, estando em constante peregrinação.

O pessoal do grupo era todo o pessoal da região, só de cortiço, só cortiço... Eu não morava no cortiço, mas também não morava numa casa, não é? Eu morava nos fundos da oficina, era uma garagem, a garagem era a oficina e na oficina, nos fundos, tinha três cômodos e eu morava nesses três cômodos.

O grupo do Belém atuava junto aos moradores de cortiço do bairro, dona Salomé não residia em um cortiço, porém, em seu discurso, percebe-se que ela aproxima as condições em que vivia das enfrentadas por esses moradores. As condições de vida levam as pessoas a participar de movimentos reivindicatórios, no entanto, essa participação é pontuada por impasses do cotidiano, por desconfianças, descrenças no projeto e por conflitos familiares. A maior parte dos integrantes do movimento de moradia, são mulheres e sua presença torna-se ainda mais evidente nos canteiros de obra<sup>86</sup>, no entanto, sobre elas também recaem as maiores cobranças, pois a participação no movimento reduz a presença em casa, reforçando as feitas por parte da família:

Era uma loucura participar do movimento naquela época, era... acho que era mais uma coisa impossível. Naquela época era impossível, ninguém acreditava, né? Meu marido, por exemplo, *ele não acreditava, ele não participava*, ele achava que eu ficava perdendo tempo. Eu pedia pra ele ficar com as crianças, pra mim ir pra reunião, ele dizia que não ia ficar que eu ia abandonar a minha casa, pra ir atrás de besteira, porque em nenhum momento ele acreditava que o movimento ia dar resultado. E na realidade, *nem eu mesma acreditava naquela época*. Eu comecei acreditar mais um pouco, quando eu comecei a participar da reunião da ST, que funcionava na Pastoral do Menor e aí, nesse momento eu comecei a acreditar, porque eu via outras pessoas falar e comentar e... outras pessoas que acreditavam e me animavam. (grifo nosso)

As incertezas quanto ao resultado da participação no movimento foram se dissipando a partir de 1989 com a assinatura de diversos convênios entre a Prefeitura de São Paulo e o Movimento de Moradia Sem Terra Leste I:

---

<sup>86</sup> A participação feminina no Mutirão do São Francisco Setor I, um dos primeiros mutirões da ST Leste I na Zona Leste, chegava a 65,3% conforme Felipe (1997). Esse percentual se aproxima do levantamento feito por Comarú (1998), no Mutirão do Casarão em 1996, onde a mão-de-obra feminina girava em torno de 65,9%. Em pesquisa que realizamos no Mutirão São Francisco Setor 8, os dados apontavam que 68,4% dos participantes desse projeto eram mulheres.

Aí foi quando saiu... eu entrei para o primeiro projeto que foi o projeto do São Francisco, mas era muito longe, eu achava muito longe e... a minha vida era aqui no Belém. Então eu achei que era distante demais e eu não quis participar, não quis ir para o grupo. Depois saiu o Setor 8, eu também não quis ir para o Setor 8, porque a minha ilusão era ir pra Fazenda da Juta e esperei até sair e, por sinal, saiu esse projeto aqui e eu não quis vir pra cá, eu preferia ir pra Fazenda da Juta.

A possibilidade de escolher o lugar onde edificar sua moradia, fez dona Salomé repensar sua trajetória dentro da cidade e, conseqüentemente, a relação com o bairro, que enquanto totalidade estruturada trouxe o sentido de identidade (Bosi, 2003: 74). Nesse sentido, a escolha implicou refletir sobre o espaço e sobre a sua localização na cidade,

Eu fui para o Projeto da Fazenda da Juta, fiquei lá durante 8 meses, depois de 8 meses, eu saí do projeto. Voltei para o grupo de origem, aí a primeira vaga que surgiu aqui, depois que eu tava no grupo de origem, aí foi que eu vim. Eu aceitei porque eu comecei a ver que *aqui era o centro da cidade*. Era aqui que eu vivia, era aqui que meus filhos estudavam, era aqui que meu marido trabalhava. *A minha vida tava no Belém...* e a Fazenda da Juta, depois que eu tava lá, eu vi que era muito longe... É... eu achava que era muito longe de onde eu vivia, né? Aí eu resolvi vir pra cá... (grifos nossos)

### **“... eu tinha medo do Casarão...”**

A escolha possibilita a dialética entre a partida e o retorno (Bosi, 2003:75), os novos percursos levaram dona Salomé ao encontro com o outro, que se apresentava como desconhecido, sobre o qual já se construía uma imagem. O incômodo desse contato fica evidente pelo medo explícito dos moradores do cortiço Casarão. Cabe destacar que no desenvolvimento do projeto do Mutirão do Casarão, se incorporou os membros dos grupos de encortiçados ao projeto, entre eles o grupo do Belém:

O Casarão era um cortiço grande, eu, por exemplo, eu nunca... em nenhum momento, eu tinha a menor idéia como era por dentro do Casarão, do contrário, eu tinha medo do Casarão... porque era... tinha uma fama muito grande nessa região, o Casarão tinha muita fama, o pessoal falava que era esconderijo, morava todo tipo de pessoas, então era bem... fazia medo a qualquer pessoa. Eu entrei no Casarão durante toda essa época, uma vez numa festa que foi feita no Casarão pras pessoas dos outros grupos virem conhecer e aí foi dessa vez que eu entrei no salão do Casarão, *porque eu tinha muito medo*. Eu achei que era um lugar que fazia medo mesmo. Era muita gente e assim, como *a gente não conhecia*, a gente viu as pessoas, sei lá, *achava umas coisas muito esquisitas*. (grifos nossos)

Esse encontro, longe de aproximar os sujeitos, afastou-os ainda mais, porém a opção de retornar ao bairro implicou que dona Salomé, observasse com maior atenção o espaço do cortiço, desconstruindo a imagem anterior. Foi necessário enfrentar o próprio medo:

*Eu tinha criado uma imagem que fazia medo, né? Porque tudo o que acontecia na região se culpava... ou foi pro Casarão, fugiu pro Casarão ou tá escondido no Casarão. É então a gente tinha essa impressão, mas também nessa altura, já tava muito misturado, já tinha as pessoas de todos os grupos, já tava mais organizado... muita gente tinha saído e hoje, é justo o contrário.* (grifo nosso)

Percebe-se em sua fala, que o distanciamento em relação ao outro persistiu, embora houvesse o esforço de organização dos moradores do cortiço Casarão. A chegada de dona Salomé quando o mutirão já estava em andamento, creditou a organização do espaço a elementos externos ao cortiço como o próprio movimento de moradia. Cabe destacar que o projeto do Mutirão do Casarão viabilizado pelo poder público, foi consequência da mobilização dos moradores daquele cortiço, que chamaram a atenção para o local em que habitavam, desencadeando a incorporação da melhoria do espaço à pauta do movimento de encortiçados.

**Imagem 21**

Vista dos fundos do cortiço Casarão.



Foto cedida pela AD Assessoria

**Imagem 22**

Fachada frontal do cortiço Casarão antes do início do mutirão.



Foto cedida pela AD Assessoria

### **O trabalho no Mutirão do Casarão:**

Eu quando entrei aqui, comecei trabalhar no almoxarife e... durante o período da manhã, na hora de entregar as ferramentas, a tarde na hora de receber, durante o dia, de vez em quando, ia lá no almoxarife.. precisava de uma ou outra ferramenta, tal, tal... pra alguma coisa. Com pouco tempo depois, eu entrei pra apontadoria. Então eu trabalhava no almoxarife e na apontadoria e ajudava na obra e em qualquer coisa que precisava... a gente trabalhava a semana inteira, na firma, na fábrica e sábado e domingo trabalhava na obra... e isso se tornava muito cansativo.

O trabalho no mutirão implicou na superação da extenuação física de seus participantes que, além do emprego formal ou informal durante a semana, deveriam trabalhar 16 horas no final de semana para auxiliar no processo de construção de sua habitação. Por sua vez, as regras estabelecidas para o funcionamento do Mutirão, implicou na exclusão daqueles que não se adaptaram:

Teve diversas pessoas que preferiu receber em dinheiro, né? Receberam um dinheiro e foram alugar um local pra morar em outro lugar qualquer e não quiseram ficar... na realidade era muito difícil... enquanto as pessoas estavam fora, eles participavam muito mais. Eu não sei se é porque eles tinham medo de perder, de ser excluído, porque nós tínhamos um regulamento na época, né? Então 3 faltas consecutivas, a pessoa automaticamente, estava fora do projeto e por isso, as pessoas participavam de tudo... assembléias, trabalhar na obra, todo mundo participava.

Embora o trabalho fosse difícil, as regras fossem rígidas, dona Salomé destacou a união entre as pessoas como uma das características do processo do mutirão,

Existia muita união na época da obra, na época da obra era aquele momento... que a gente dizia assim: “quem trás um pacote de bolacha?”. Muitas vezes quem trazia, nem chegava a comer a bolacha, né? De tanto que ela fazia... de distribuir para os outros...

**Imagem 23**

Mutirantes trabalham nas fundações de um edifício. À esquerda, o prédio do antigo cortiço foi preservado.



Foto cedida pela AD Assessoria

**Imagem 24**

Rádio comunitária, projeto desenvolvido dentro do Mutirão do Casarão, como atividade de integração social.



Foto cedida pela AD Assessoria

O Mutirão do Casarão começou a ser construído em 1991, no entanto na gestão de Paulo Maluf (1993-1996) as obras foram paralisadas, sendo retomadas no final da gestão Celso Pitta (1997-2000), para, finalmente, serem concluídas no governo Marta Suplicy (2001-2004). O processo de dez anos para a conclusão completa do mutirão demandou que os mutirantes participassem além da mão-de-obra, com seu esforço para arrecadar recursos, maiores do que o que dispunham, para que as obras não fossem paralisadas completamente, conforme relato de dona Salomé:

Nós tivemos... tivemos que fazer uma campanha, nós fizemos a Campanha dos Cem Mil... que tocava R\$ 600, 00 por cada titular, que era pra obra não parar, porque a gente estava perdendo muito material que estava estocado como cimento, areia, muita coisa a gente tava perdendo. Então pra que isso não acontecesse, o arquiteto daquela época, entrou em acordo e trouxe uma proposta para os moradores, que eles acharam que era viável... dar continuidade na obra com essa campanha. Esse dinheiro era justo para o prejuízo ser menor, nós tocamos a obra por algum tempo, com esse dinheiro dos moradores e depois, esperamos a verba que veio do Pitta e viemos terminar no governo da Marta Suplicy.

Por um lado, a construção do mutirão simbolizou a conquista social decorrente da ação do movimento de moradia pelo direito à cidade, por outro, a sua paralisação assinalou a fragilidade dessa luta frente aos interesses imobiliários representados pelo Estado (Pereira, 2002:141). A paralisação das obras evidenciou a repetição da história de precariedade a que estavam expostos os mutirantes, em suas moradias, as condições do cortiço se fizeram representar na casa inacabada, que se transformou na moradia definitiva:

Foram mudando... foram mudando de acordo com a necessidade das pessoas, porque o aluguel da região é muito alto. É assim...se você for alugar uma casa aqui na nossa região, você consegue alugar uma casa por uns R\$ 400, 00, porque você tem um

fiador e você aluga. Se você não tem o fiador você não consegue alugar a casa, aí o que é que acontece, você vai para o cortiço e o cortiço, o atravessador, te cobra R\$ 300,00 do aluguel num quarto, por quê? Porque você dá R\$ 300,00 e entra para o quarto e fica lá até o dia que você tiver pagando, no dia que você não tiver pagando, no outro dia... no dia seguinte suas coisas já tá na rua. E isso já estava dificultando muito a situação dos mutirantes, porque eles estavam sendo muito explorados lá fora e eles vendo o apartamento deles mais ou menos pronto e eles começaram a se articular e discutir o assunto, trazendo pras assembléias e foi discutindo, quantos dá pra vir, quantos não dá, e foi vindo de pouquinho, de pouquinho. Quando a gente menos esperou, tava todo mundo aqui.

#### Sobre as condições em que viviam, dona Salomé relatou,

Pra começar a rede elétrica... a rede elétrica não estava pronta, a água, nem todos tinham água em casa. Aí foi se esperando, de acordo com a necessidade preparava 10 apartamentos, preparava 20 apartamentos e as pessoas ia mudando... E nós pegamos isso aqui sem piso, pegamos no grosso mesmo. Então teve... teve pessoas não, tem pessoas aqui dentro ainda, que tá morando no apartamento ainda sem piso, sem reboco. Ainda hoje tem.. ainda hoje tem apartamento aqui dentro sem terminar. Água tinha, só não tinha a água como nós temos, né? Assim, com a água na torneira, a água no banheiro, a água no chuveiro, isso nós não tinha, mas tinha as torneiras que tinha água que se pegava e trazia pra casa.

#### **“Na entrega das chaves, existia assim, um tipo de uma separação.”**

O projeto do Mutirão do Casarão contemplava a construção de quatro edifícios com 182 apartamentos no total. Para a execução do projeto foi necessário demolir uma parte do cortiço e remover seus habitantes para um alojamento provisório dentro do próprio canteiro de obras. Com o avançar do processo, demoliu-se esse alojamento, abrigoando-se seus moradores em um prédio que estava pronto. Esse ato contribuiu para a separação entre os mutirantes, que viam nesses moradores a continuidade dos hábitos adquiridos no cortiço e passaram, dentro do

espaço, a segregá-los.

Na entrega das chaves, existia assim, um tipo de uma separação. “O pessoal que tá no bloco I que fique lá.” Eu não sei se é porque as pessoas... já entraram com muita dificuldade e não faziam questão de se organizar lá no bloco I. Eles mesmos não se interessava, eu não sei por que, de fazer amizade. E aí... isso quem tava chegando, não tava querendo: “tá lá, só pra viver no meio da sujeira, não quer limpeza, é cheio de barata, é cheio de não sei que”... Então “deixa lá e a gente vem pra cá”....e por incrível que pareça eles também não quiseram sair. Porque no fim, aí foi discutindo que não ia se exigir que eles ficassem, então foi aberto todos os blocos, foi aberto para cada um escolher pra onde queria ir, de acordo com a sua pontuação, cada um tinha direito de escolher. Eu, por exemplo, se quisesse ir para o bloco I, eu tinha escolhido... mesmo que eu não quisesse ficar, eu tinha opção de escolher. E as pessoas do bloco I fizeram questão de ficar lá mesmo. Não saiu ninguém do bloco I para os outros blocos.

Internamente, existia a segregação espacial entre os moradores do Mutirão do Casarão, que possibilitou o confinamento daqueles moradores que estavam no cortiço Casarão, em um mesmo prédio. Esse processo implicou na diferenciação entre os grupos sociais presentes no mutirão. Como os moradores do bloco 1 apresentavam menor coesão grupal, eles se defrontaram com referências culturais e padrões de comportamento impostos pelos moradores não residentes no cortiço Casarão, ainda que residentes de outros cortiços e passaram a ser vistos como *outsiders* (Elias, 2000). Por outro lado esse confinamento e distanciamento entre as pessoas, dentro do mutirão, fez com que os mesmos procurassem se defender, adotando como estratégia não se misturar com os demais moradores do conjunto, assim todos os moradores do cortiço Casarão passaram a residir somente no bloco 1<sup>87</sup>. Dona Salomé analisa esse processo:

---

<sup>87</sup>A escolha dos apartamentos foi feita com base na pontuação dos mutirantes, ou seja, o critério para escolha do bloco em que a pessoa residiria baseou-se na quantidade de horas trabalhadas no projeto.

Eu acho que é porque eles já estavam naquele local e não quiseram escolher... eles não se preocupavam se o corredor tava limpo ou se tava sujo. Se ninguém falasse, também ninguém limpava. Eles chegaram a um ponto, que eles chegaram a jogar lixo debaixo das escadas, do lado do prédio... que houve até um incêndio, porque jogaram colchão, pegava os saquinhos de lixo e jogava ali, né? Pra não dar a volta, pra não jogar fora, chegou até a ter um incêndio lá no bloco I, por falta de higiene e por falta de cuidado.

A narrativa expõe o ponto de vista sobre o assunto, porém em outro trecho dona Salomé demonstrou que os moradores do Bloco 1 estiveram sempre expostos às maiores precariedades. Mudar para o Mutirão do Casarão consolidou o fim da exploração econômica vivida dentro do cortiço, no entanto, a precariedade dessa mudança, fez com que se reproduzissem as condições do passado na nova moradia:

O Bloco I foi o que mais sofreu, porque eles entraram primeiro e pra eles foi muito difícil, porque eles saíram do Casarão, foram pra um alojamento, do alojamento foram pra um outro alojamento, né? Só que um alojamento de bloco... em situação muito precária, tinha 4 banheiros coletivos que funcionava na lavanderia, ninguém tinha banheiro dentro de casa, luz também era provisória, era tudo fio... puxando fio de um canto para outro, a água também não tinha... só tinha uma torneira, na praça, que as pessoas vinha pegar água pra levar pra casa. Era uma situação muito precária.

As dificuldades de vida, a precariedade da moradia, ainda que, melhor que a anterior e a condição provisória do espaço inacabado, para alguns moradores tornou-se uma característica permanente: “ainda hoje tem apartamento aqui dentro sem terminar”. As condições a que ficou exposto o Mutirão do Casarão, finalizado sem ter concluídas suas obras, dificultou a organização interna e aos moradores do bloco I, foi creditada parte dessas dificuldades.

O distanciamento entre os moradores do conjunto, inicialmente ocorreu por fatores circunstanciais, porém as tensões internas ao grupo fez surgir a discussão sobre a constituição de barreiras físicas dentro do mutirão. Essas barreiras

assegurariam o isolamento e a separação entre as pessoas:

Essa discussão surgiu por uns probleminhas... esse tipo de coisa: o pessoal do bloco I querem assim? Não consegue viver bem... Tinha um certo desentendimento entre o bloco I e os outros blocos, né? *Os prédios ficavam totalmente separados* uns dos outros e, ficava com a praça livre, mas que todo mundo estava com o seu lugar reservado.... Eu era a favor da separação, porque eu achava que se... a gente fechando ali, facilitava a vida pra gente aqui... não que eu tivesse nada contra os outros, mas eu achava que ficava menos pessoas, era menos movimento, era menos problema pra cá, do que se tivesse os quatro blocos juntos. (grifo nosso)

Com o passar dos anos, o distanciamento entre os moradores do bloco 1 e os demais prédios foi se dissipando, no entanto, alguns resquícios do passado ainda aparecem, conforme fala de dona Salomé:

Hoje é normal. Hoje não tem... *não tem diferença, não...* Eles se organizam mais ou menos, eles ainda são... *é o bloco mais trabalhoso ainda.* Mesmo em termos de limpeza, nós temos uma pessoa que limpa o salão, lava a lavanderia, o salão e as escadas, duas vezes por mês. De 15 em 15 dias é lavado a lavanderia, a escada e o salão, mesmo assim, ele é mais sujo do que o outro bloco que é organizado do mesmo jeito (grifo nosso).

### **“Existia uma separação Mutirão e São Paulo...”**

Eu não sei. Eu acho que o pessoal tem uma cisma com a gente, sei lá, dá uma má impressão as pessoas que moram aqui. Hoje já melhorou muito, mas antes era muito difícil. Não sei, eu acho que talvez, por ser pessoas de cortiços, né? Pessoas de baixa renda, muito simples, *pessoas muito humildes e resolveram ficar aqui no meio deles,* que... não é bairro nobre, mas também não é um bairro tão pobre a região do Belém, né?... A rejeição era muito grande.... muito grande... Até cerca de uns 5 anos atrás, era muito difícil. Era o Casarão e São Paulo, eram duas coisas diferentes. *Existia uma separação Mutirão e São Paulo,* isso não resta dúvida, que duraram anos e anos essa separação. A gente parece que vivia em mundos diferentes, a gente morava no mutirão e São Paulo estava na hora que passava do portão pra fora. Talvez seja porque foi

implantada uma coisa nova, pessoas que vieram de fora, que ninguém conhecia, tudo encortiado, e eles talvez ficaram com medo, acharam que era uma barra pesada e no começo eles não aceitavam a gente. Então existia muito preconceito. (grifo nosso)

A separação interna encontrou o seu contraponto na relação do mutirão com o bairro. O processo vivido internamente reproduziu a relação vivenciada com o entorno. Tornou-se claro a segregação entre os grupos sociais (Marcuse, 2004) e os atritos decorrentes da avaliação que um grupo fazia do outro (Elias, 2000: 63). Ao mesmo tempo, na região em que o Mutirão do Casarão se localizava havia a concentração do comércio de fogões, o que tenderia a expulsar a população local para expansão desse ramo (Pereira, 2002:141). Os moradores do mutirão como um todo, tornaram-se *outsiders* em relação aos *estabelecidos* do bairro (Elias, 2000: 65), reforçando a imagem negativa do Mutirão do Casarão associada ao antigo cortiço. A consciência sobre o espaço fez dona Salomé ponderar sobre sua classe social e, embora o bairro não fosse de classe média, a presença de um grupo com menor renda naquele lugar, implicou a disputa pelo território (Villaça, 1978).

Hoje o *relacionamento já é bem melhor*, bem melhor do que antes. Assim... até mesmo os vizinhos, a gente já tem uma aproximação melhor, os lojistas a gente já tem um relacionamento melhor, com os donos de padaria. Não tem mais aquele preconceito: “Ah! É do Casarão”. Os meninos por aí já compra fiado... até no Garoto<sup>88</sup>. Então, eu acho que melhorou muito, *mas ainda existe certo preconceito*. Eu não vou dizer que hoje, as pessoas olham pra gente com os mesmos olhares que olham para o vizinho, mas melhorou muito, melhorou bastante. Nossas crianças são recebidas nas escolas sem nenhum tipo de preconceito, sem nenhum problema. As crianças hoje brincam aí, em todos os lugares, não tem essa história de dizer que é dali... que é do mutirão ou deixou de ser. Então já melhorou... eu acho que já melhorou muito a maneira de ser. (grifo nosso)

---

<sup>88</sup>Padaria e pizzaria da região, localizada na rua Bresser, próximo ao Mutirão do Casarão.

Com a consolidação do processo, os moradores do Mutirão do Casarão conseguiram ser inseridos socialmente no espaço e demarcaram o seu território, embora tenha persistido a distinção da vizinhança em relação aos moradores do conjunto, conforme relatado:

Ainda existe uma certa diferença... é isso que eu te falei... acho que as pessoas não vêm a gente com bons olhos, né? Ainda a gente tem dificuldade assim, a gente percebe mais em termo de trabalho, né? O jovem daqui tem dificuldade de arrumar trabalho no bairro e isso dá a entender que é a diferença... é onde tá a diferença.

Deve-se problematizar o papel dos grupos no espaço, na constituição de barreiras intransponíveis a determinadas camadas sociais, principalmente se essa fronteira foi criada a partir da estigmatização de um grupo frente ao outro (Elias, 2000: 28), gerando, muitas vezes, a identificação do grupo estigmatizado com o fato gerador de sua condição. No caso do Mutirão do Casarão, essa situação se apresenta na análise de dona Salomé, tanto em relação ao olhar do entorno sobre o mutirão, quanto em relação ao rótulo utilizado como justificativa para separar os demais moradores, daqueles residentes no Bloco 1. O cortiço simbolizou esse estigma, por mais que os moradores dele tentassem se afastar.

Mudou o espaço, mas veio junto praticamente as mesmas pessoas... Mudou algumas coisas... eu sempre comentei isso, porque tem um velho ditado que diz: tirar o home do cortiço é fácil, mas *tirar o cortiço de dentro do homem é difícil*. Porque o cortiço ele infiltra no cérebro da pessoa... os hábitos das pessoas que vivem no cortiço, eles são diferentes. Parece que eles pensam muito pequeno e torna-se difícil pras pessoas acreditarem em si mesmas, parece que eles perdem... parece que quando eles se vêem naquela situação eles se... eu não sei, eles começam a pensar muito pouco. (grifo nosso)

### **Retomar a obra, terminar o Mutirão**

Em 2001, as obras que estavam paralisadas desde 1997 foram retomadas, vários problemas se apresentaram, desde realizar obras com os moradores residindo no local até a participação das pessoas em pequenas ações. Se antes elas eram obrigadas a participar pelo próprio regulamento do mutirão, a partir do momento que passaram a ser moradores, essa participação teve que ser limitada a algumas atividades, como a participação no plantio de plantas na praça do conjunto.

A dificuldade ficou maior na participação e na retomada, quase tudo foi feito... quase não existia mais mutirão. Tudo foi pago, pedreiro, tudo enfim... Até que precisava da participação das pessoas, só que as pessoas começaram a se acomodar. Se um ia o outro não ia. Aí começou... ou todo mundo participava ou ninguém participava, né? Quando a gente estava na obra, a gente limpava o canteiro de obra, varria tudo, toda semana era varrido, depois que todo mundo passou a morar aqui dentro, ninguém varria mais. Chegou um ponto em que foi preciso pagar pra varrer, senão ninguém varre.

Dona Salomé evidenciou as diferenças nas relações comunitárias, a partir do momento em que as pessoas deixaram de ser mutirantes para se tornarem moradores, desarticulou-se a rede social que os mantinha unidos. Após o objetivo coletivo ser alcançado, o grupo distanciou-se e a memória vai reclamar o exato momento em que se fazia força para manter a coesão do grupo, sua unidade (Pollak, 1992: 207).

Depois que as pessoas entraram para os seus apartamento, então as pessoas se fecharam mais... Não sei se é o tempo, a correria do dia-a-dia, não tem momentos pra se encontrar e tal, mas naquela época a união era bem maior.

## Preservar a própria história

É porque cada passo que a gente deu, tem alguma coisa atrás haver com o Casarão. Então não dá pra esquecer o Casarão em nenhum momento. *O casarão faz parte da nossa história.* (grifo nosso)

A memória reporta a velhos lugares, inseparáveis dos eventos nele ocorridos (Bosi, 1994:447), a história pessoal se atrela à história coletiva. O prédio do antigo cortiço Casarão simboliza a luta da população encortificada pela transformação do espaço. Sua deterioração representa, por outro lado, o descaso do poder municipal<sup>89</sup> com esse grupo, que desenvolveu ações para assegurar a sua permanência dentro da cidade, próximo ao centro, em local com boa infra-estrutura. O antigo casarão mais que uma tipologia arquitetônica expressava a trajetória desses moradores, suas dificuldades e conquistas, sua própria história.

Essa idéia da gente preservar o Casarão é porque o Casarão tem uma história e... o mutirão também tem uma história que envolve o Casarão, porque na realidade esse projeto começou por causa do Casarão mesmo, que era um casarão antigo, um cortiço muito grande, com diversos moradores e... achavam que aqui tinha possibilidade de se fazer um projeto. Então por ter se iniciado tudo através dele, então a gente tem ele como um símbolo, né? O símbolo daqui é o Casarão.... ele simboliza o mutirão. Então, a gente em nenhum momento a gente acha que o Casarão tem que ser demolido, ele tem que ser restaurado.... Hoje ele está fechado, hoje ele está abandonado, hoje ele tem partes dele que a gente tem até medo de entrar nele, porque ele tem risco. Então tá aí abandonado... tá abandonado. Nós somos só os guardiões. Só estamos ficando pra não deixar ninguém entrar... Nós temos medo que alguém entre, porque mesmo na

---

<sup>89</sup> Embora a Associação dos Moradores do Casarão seja responsável pelo antigo casarão, ele pertence à prefeitura, tendo o mesmo sido desmembrado da gleba do mutirão. No entanto, nenhum recurso do poder público foi aplicado para eventuais reparos no prédio e todos os esforços da Associação para levantamento de fundos à essa finalidade foram frustrados, pois a Associação não possui nenhum documento que lhe confira essa função.

situação em que ele está e a dificuldade que é a moradia na região, né? A gente tem medo que as pessoas invadam ele de um momento para o outro.

Cuidar do espaço, tornar-se seu “guardião”, implicou medidas para impedir que o prédio do cortiço fosse ocupado por pessoas sem moradia, que poderiam ter retomado a história, o (re) encortiçando. Ao mesmo tempo, se discutiu outra finalidade ao espaço, tornando-o elo de ligação entre o mutirão e o bairro. Nessa perspectiva, a partir de 2002 foi construído o projeto do Centro de Cultura e Convivência do Casarão, que propunha a reforma do prédio e o desenvolvimento de um conjunto de atividades culturais (cineclube, biblioteca), formativas (qualificação profissional), recreativas (cursos de dança, teatro, brinquedoteca, jogos) e um centro de memória para preservar a história do movimento de moradia<sup>90</sup>:

Naquela época, a gente discutia um projeto que a gente tinha para o Casarão, se discutiu o projeto, ainda se reunia as famílias muito bem, pra discutir o que a gente queria para o Casarão até o ponto que foi dito o que se queria. Cada um a sua maneira, um falava que queria isso, o outro falava que queria aquilo e foi-se juntando as pedras. E na realidade foram técnicos que fizeram o projeto, mas na realidade tudo o quem no projeto, fomos nós que dissemos o que queria.

A preocupação com o futuro do Mutirão e com o antigo casarão se estendeu à organização do conjunto habitacional, sendo importante reconstituir o vínculo entre as gerações (Pereira, 2002: 146), o diálogo entre os adultos e os jovens moradores do conjunto habitacional, assegurando a preservação do espaço, da

---

<sup>90</sup> Esse projeto foi discutido longamente pela coordenação do mutirão, moradores e técnicos. Após a sua definição, elaborou-se uma proposta encaminhada para diversos órgãos públicos. O projeto encontra-se paralisado e com a deterioração do espaço físico do prédio, algumas atividades que aconteciam dentro do prédio do Casarão, foram transferidas para o conjunto habitacional. O fim de alguns convênios mantidos pela Associação, também é um grande limitador de um trabalho social no conjunto, que tem uma população de 648 pessoas, segundo dados do Programa Saúde da Família, sendo metade composto por adolescentes e jovens, muitos em situação de vulnerabilidade social.

**memória da luta e a sobrevivência do passado (Bosi, 1994: 53):**

É aquele negócio, os mais velhos hoje quase não têm mais condições de fazer nada, mas ainda acha que o direito é deles, né? Eles ainda têm esse pensamento: “Ah! porque o Casarão...”, só que ninguém mais tá fazendo quase nada, não faz mais nada... Essas gerações jovens, a gente espera que se interessem em fazer alguma coisa aqui, porque esses que estão vão embora. Eu sempre relato isso, eu falo: “nós precisamos de jovens que participem da coordenação, que se identifique com o nosso trabalho, que comecem a usar a bandeira, segurar a bandeira nossa”. Porque a gente tá fraquejando, né? A nossa coordenação toda já tá velha, nós não temos um jovem, mas a gente espera que entre espinhos nasçam rosa, com certeza vai surgir outros que nos substituíram muito bem. Eu acredito nisso e quero continuar acreditando.

**Imagem 25**

Assembléia dos moradores do Mutirão. Em pauta a elaboração do projeto de readequação do antigo cortiço para equipamento cultural.

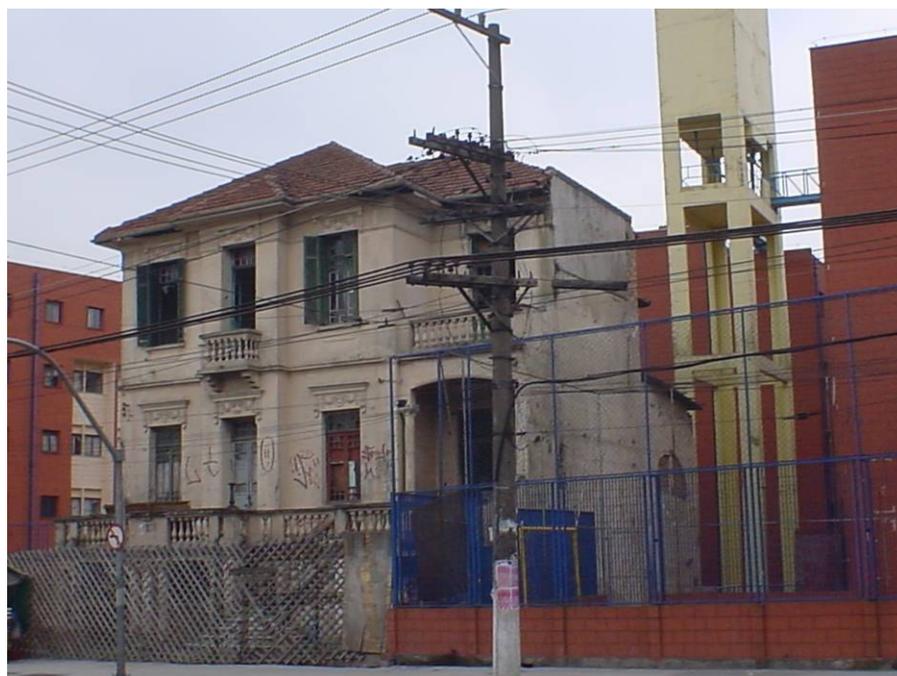
Foto cedida pela Associação dos Moradores do Casarão.



**Imagem 26**

Após a conclusão do Mutirão do Casarão, o antigo cortiço recebeu projeto de recuperação que não foi implantado.

Foto da autora, 16/09/2007,  
Avenida Celso Garcia,  
Belenzinho, São Paulo.



### 3.2. A vida de seu Dedé

Edécio Pereira Pinto é quase um nome desconhecido na Vila Maria Zélia, lá ele é reconhecido por todos como seu Dedé. Casado, pai de um filho, ele vem de uma família numerosa, eram oito irmãos e, durante muitos anos, sua família residiu em uma casa, na Vila Maria Zélia, juntamente com seus avós e tios. Paulistano, 59 anos, filho de operários – a mãe trabalhava em uma tecelagem, o pai era vidreiro –, seu Dedé está prestes a se aposentar, depois de longos anos trabalhando como gerente comercial da Phillips.

Eu durmo no quarto em que nasci. Eu tenho esse privilégio, dentro da Maria Zélia. Antigamente era quadra 4 número 82, hoje é Rua Irmã Paula Loebenstein, dentro da Vila Maria Zélia. Aqui a gente tem uma vida que nos remete ao passado, metade do século passado, todos se conhecem, todos se respeitam.

#### **“A minha meninice foi rica, bem diferente da de hoje...”**

*A minha meninice foi rica, bem diferente da de hoje*, naquela época mal e mal se escutava rádio. Desde criança aqui na Vila, a criançada ia tudo brincar na rua, só que as brincadeiras eram diferentes... Os carrinhos que hoje se compram fácil, a gente construía... eu lembro que tinha um chá, o Chá Mate Real, que vinha numa caixinha de madeira, a gente ficava torcendo pra acabar logo o chá pra fazer daquilo um caminhãozinho. Aqui onde inicia o asfalto era rua de terra, a gente fazia as estradas na rua de terra. A gente jogava bola, a gente nadava no rio, porque o rio era limpo, né? O rio não era poluído, era água potável, podia até beber água do rio, não era como hoje... muita gente aprendeu a nadar no rio Tietê. Tinha brincadeira de bolinha de gude, brincadeira de pião. Tinha época de empinar pipa, época de balão, festas juninas... uma maravilha! Todo ano vinha parque de diversão, então a gente não precisava sair daqui. Tinha época de carnaval, tinha muito divertimento... Na própria Vila a gente brincava de soldado e ladrão, brincadeiras infantis que muitas delas estão sumindo, por exemplo, pular corda, a gente pulava conjunto com as meninas, brincadeiras de

roda, lenço atrás, puxa-puxa cabelinho. Puxa, na minha cabeça eu lembro... A própria calçada da Vila era jogo da amarelinha, né? Então, a gente brincava também de amarelinha.

A infância passada na Vila Maria Zélia recupera momentos da história da cidade, dimensionando a vida urbana (Bosi, 1994: 449). São espaços que se perderam ou se transformaram, as lembranças trouxeram à tona as brincadeiras de infância, quando a rua se apresentava às crianças como extensão da casa<sup>91</sup>:

### **Lembranças da escola**

Antes de ir pro grupo escolar na Rua Seis tinha uma professora, a gente chamava ela de Dona Donga... era como se fosse hoje o pré-primário. Lá ela ensinava a gente para fazer o a-e-i-o-u, as primeiras noções de ensino e, quando a gente chegava no Grupo, a gente já tinha, já sabia mal-e-mal ler e escrever, pra não passar vergonha. Estudei até com meu irmão João, que era um pouco mais velho. Então minha mãe falava: “É vocês vão chegar lá, que é oficial, é do Estado”... era o Grupo Escolar Maria Zélia... eu tive a sorte de estudar os quatro anos primários com a mesma professora, chamava Arésia Teixeira, uma professora extraordinária, uma professora que me ensinou tantas coisas.

Ao relembrar a infância, Seu Dedé volta ao tempo da escola: o Grupo Escolar Maria Zélia. Junto com essas lembranças rememora as dificuldades financeiras vivenciada pela família numerosa, pois, conforme Bosi (1994: 423), “lembranças guardam vínculos difíceis de separar”:

Meu lápis ficava até o toquinho, a gente usava o lápis... porque a gente pedia, meu pai olhava pra mim: “deixa eu ver, ainda dá pra usar muito”. Era difícil as coisas... eu lembro meu pai com essa dificuldade, *tudo era difícil*, tudo. Eu fui o último... o terno quando tinha formatura do grupo, os quatro anos do grupo... eu usei o terno que era do meu irmão, antes do meu irmão Néelson. Depois o meu irmão Jorge usou esse

---

<sup>91</sup> No caso da Vila Maria Zélia, as casas não possuíam quintal. Tanto a rua como os espaços comunitários (quadras, campos de futebol) eram o local por excelência das brincadeiras infantis.

mesmo terno, depois fui eu, nos anos 60... então *passava do irmão mais velho*, sapato a mesma coisa. Eu usei sapato com 12 anos, quando eu fui trabalhar e não era sapato, era uma alpargatas. A gente anda tudo descalço porque as coisas eram difíceis. (grifos nossos)

As dificuldades da vida cotidiana contrastaram com a lembrança geral da infância, com a possibilidade de diversão propiciada pela Vila. A memória evoca a vivência coletiva, a família, os objetos compartilhados.

**“A gente tinha tudo aqui, sempre foi assim...”**

*A gente tinha tudo aqui, sempre foi assim*, o salão de baile aqui, o campo de futebol aqui, quadra de jogar futebol de salão, tudo aqui e uma quadra poliesportiva. Então, a gente até chegar a numa certa idade, sei lá, 16, 17 anos, *a gente quase não saía daqui*, porque tudo tinha aqui. Era auto-suficiente. (grifos nossos)

A Vila Maria Zélia é o apoio da memória de seu Dedé, é para ela que sua narrativa retorna. A existência de diversos equipamentos coletivos na Vila facilitou a permanência dos moradores em seu território, eles pouco circulavam por outros espaços. Essa condição, constante no tempo do avô de Seu Dedé, aparece associada a sua própria memória (Pollak, 1992:202).

Então até as pessoas que a gente fazia amizade em bailinho e festas que a gente ia fora... a gente acabava fazendo amizade nos lugares, assim mais próximos, bailes. As pessoas que conheciam a gente que fazia amizade... *acabava trazendo eles pra cá pra jogar bola aqui, pra vim namorar aqui as meninas. Ia disseminando o que é a Vila Maria Zélia.* (grifo nosso)

A memória individual se mistura à coletiva (Halbwachs, 2004: 57), a história pessoal se fixou no espaço físico, a Vila se tornou uma referência constante para seu Dedé, ela lhe dá o sentido de pertencimento. Não era necessário sair desse espaço, as amizades compartilhavam desse mesmo sentimento, a trajetória de seu

Dedé se circunscreveu a esse território. Difundir a vida dentro da Vila para quem estava fora acentuou a identificação coletiva (Elias, 2000: 21) e a coesão do grupo.

### **A família: trajetória de trabalho**

A memória da família constitui ao mesmo tempo uma memória una e diferenciada (Bosi, 1994: 423) e os vínculos criados, muitas vezes, não permitem distinguir o que é individual do que pertence ao grupo. Nas lembranças de seu Dedé a memória retoma a relação com o avô e a trajetória deste pela cidade, a mudança para São Paulo e o trabalho na fábrica Maria Zélia:

Esse meu avô, que se chamava João Pereira, o apelido dele aqui na Vila era João Grandão, por causa da altura, tinha 1,92 de altura. Meu avô era descendente de índios, ele nasceu em São Roque. A minha avó por parte da minha mãe, a esposa dele, ela era descendente de austríacos, ela era nascida aqui, mas era filha de austríacos. Meu avô era tecelão na fábrica do Dr. Street, depois ele foi porteiro na fábrica dos Irmãos Vanhotti, ali na Rua Catumbi quando acabou a fábrica do Dr. Street... Ele veio para trabalhar na fábrica... porque ele dizia que tinha até um tipo de tearzinho manual na cidade de São Roque, aí quando abriu uma tecelagem, ele veio na realidade pra aprender a trabalhar na máquina mesmo, porque o tearzinho dele era manual, acho que devia ser de pedal, né? E ele gostava de mexer com fios. Lá atrás ele fazia tapetes. Minha avó contava que ele fazia uns tapetes bonitos no tearzinho dele.

Pela trajetória pessoal do avô e por seu trabalho na fábrica, a família ligou-se à história da Vila Maria Zélia, onde permanece há três gerações: a casa foi de seu avô, de seu pai e agora dele próprio<sup>92</sup>, essa trajetória tornou-se um símbolo para a família (Bosi, 1994: 424) e para seu Dedé. Em sua narrativa, aflora a memória do trabalho e por meio desta, se recompõe a história familiar:

---

<sup>92</sup> A família adquiriu a casa do Inss e possui a escritura definitiva do imóvel.

Meu avô contava que quando ele veio pra cá em 1919, seria ele e minha avó. Eu sei que quatro tios meus, sendo dois homens e duas mulheres, trabalhavam na fábrica com ele. Então de casa trabalhavam cinco na fábrica. Quando o meu avô chegou aqui, minha mãe nasceu em 16, minha mãe tinha três anos. Minha mãe não alcançou trabalhar na fábrica. O registro de memória que eu tenho é que minha mãe trabalhou numa fábrica aqui do lado chamada Irmãos Grubber... Então, duas tias minhas e dois tios, dois homens e duas mulheres e mais meu avô. Mas quem morava na casa, além dos que trabalhavam na fábrica, seriam minha avó e minha mãe. Então tinha outros filhos. Agora não sei se nasceram depois de minha mãe ou antes, porque ela tinha também uma outra irmã acima dela, a Feliciano e a Feliciano não trabalhou na fábrica. Vamos contar: seria meu avô, minha avó, mais quatro tios que trabalharam na fábrica, são seis, mais minha mãe, sete, mais a irmã dela, a Feliciano, oito. Agora não lembro se tinha mais tios. Eu sei disso: esses outros todos, meus tios, trabalharam na fábrica.

## **A casa**

A fábrica é a memória do trabalho e por meio dela, a família teve acesso à moradia<sup>93</sup>, espaço biográfico, centro geométrico da vida (Bosi, 1994: 435). A vila operária possibilitou a moradia unifamiliar dentro da cidade, em oposição à vida dentro do cortiço onde o espaço coletivo era compartilhado.

Lá atrás quando eu era menino ainda morava uma irmã da minha mãe no quarto do fundo, então eu fico pensando: naquela época quanta gente morava aqui. Tinha minhas duas irmãs mais velhas vivas ainda. No quarto da frente morava o meu avô com a minha avó, no quarto do fundo uma tia minha com o meu tio Pascoal, as minhas duas irmãs eu lembro dormiam na sala e no quarto do meio, dormia eu, minha mãe, meu pai e meus 5 irmãos... a casa ficou pequena, aí meu tio deu um jeito e saiu, aí no quarto do fundo ficavam todos os meninos, eu com meus cinco irmãos e, aqui na sala, dormiam as minhas duas irmãs. Se vê quanta gente morava.

---

<sup>93</sup> Anexo a fábrica Maria Zélia foi construída uma vila operária exclusiva aos trabalhadores da fábrica. As casas eram destinadas aos trabalhadores especializados, mestres e as famílias com maior número de membros entre os operários, caso da família de seu Dedé, que apontou 5 pessoas trabalhando na fábrica.

**Imagem 27**

Seu Dedé em frente à sua casa na Vila Maria Zélia. É o principal interlocutor dos moradores e militante pela preservação e restauro de edificações na Vila.



Foto da Autora.

**Imagem 28**

Moradora da Vila e edifício em estado avançado de deterioração aguardando a concretização do projeto de preservação e restauro da Vila Maria Zélia.



Foto de José Luiz da Conceição, cedida por seu Dedé.

A casa da Vila não pode ser comparada ao cortiço, embora o grande número de membros que ali residiram, aproxima-os em relação a pouca privacidade e ao alto adensamento por cômodo. A residência de seu Dedé, a mesma onde morou a família inteira, possui três quartos que, naquele momento, abrigou 14 pessoas. Em sua fala, ele apresentou a diferença entre esse espaço e o do cortiço, ressaltando a importância da Vila Maria Zélia como alternativa habitacional para os trabalhadores:

Porque no cortiço tudo é coletivo, o banheiro é coletivo, o tanque de lavar roupa é coletivo... Então o meu avô falava que antigamente as coisas eram difíceis... A pessoa tinha a pedra, ia lá lavava sua roupinha, levava a pedra embora, não podia deixar porque o outro ia usar e era difícil as coisas, né?... Então quando, por exemplo, quando essa família chegava pra morar, meu avô falava: “os carcamanos quando pegava a chave... a chave da casa na mão e ia entrar e via três quartos, sala, cozinha, quintal, banheiro”... ele falava: “olha tinha o banheiro pra família dele e só”... ele chorava. Então eles falavam assim: “o Dr. Street não tá dando só a casa pra gente morar, tá dando um palacete”. Era um impacto, era uma coisa fantástica.

Essa comparação entre a vila operária e o cortiço evidencia a situação de precariedade que se vivia nesse último e, embora a lembrança de seu Dedé transmita a superlotação com a qual sua família convivia na casa da Vila, essa condição não chegava a equipará-la com o que seria experimentado dentro do cortiço, que continua sendo alternativa habitacional no bairro.

### **“É Deus no céu e o Dr. Street aqui na Terra”**

Você vê, naquela época que o Dr. Street construiu era por causa da inundação, porque ele queria o operário perto da fábrica, porque inundava. São Paulo não tinha, como hoje, o esgoto do jeito que é, mas também não tinha tanto asfalto, então caía a chuva... pesava. Mas tinha uns lugares mais baixos, inundavam. Então ele fez a Vila toda, aterrou toda a Vila, ela foi toda planejada como a cidade de Brasília... Então você vê as fotos do bairro, você tinha tudo misturado, a vila não, ela é toda certinha, você tem as

ruas transversais, as ruas todas certinhas, quadriculadas... Você vê, terminava no Rio Tietê e nunca inundou.

Seu Dedé não conheceu Jorge Street, o idealizador e dono da fábrica e Vila Maria Zélia, no entanto ele se sente responsável por preservar a sua memória, se sente grato tanto quanto a sua família. Esse sentimento herdado da família (Halbwachs, 2004: 51) foi incorporado à sua própria vivência (Bosi, 1994: 407).

O meu avô falava, a minha mãe falava e eu falo: essa Vila é abençoada... Lá atrás um ser humano pensou com carinho no seu semelhante, pensou em dar uma moradia pro seu semelhante, pensou em dar um lazer pro seu semelhante, trabalho pro seu semelhante, ele pensou em tudo, cultura porque tinha o grupo de artes cênicas lá atrás, o grupo de escoteiros. Então ele é um homem que eu reverencio a imagem, tanto é que no Orkut eu coloquei meus grandes ídolos Dr. Jorge Street e Dona Zélia Frias Street.

A partir das lembranças do avô, seu Dedé tem buscado perpetuar a imagem de Jorge Street, zelando pela Vila Maria Zélia. Ele buscou na história as referências que não foram retidas pela memória, conforme seu relato:

Isso aqui foi uma história maravilhosa que o Dr. Street deixou. É uma amostra de que quando a pessoa quer, faz. Foi vontade do ser humano, então deu do melhor, pra poder ajudar... Ele falava umas frases bonitas assim... ele conversava com os operários... Eu tenho um livro do Senado Federal, ele fez muito diálogo, ele falava coisa bonita do operário: “operário que trabalha contente, produz mais e melhor”... e você vê tinha a Gazeta Esportiva, nos anos 80... uma vez fez uma pesquisa por que na segunda-feira... assim se o Corinthians ganhasse no domingo, na segunda-feira aumentava a produção da fábrica? Porque o operário tava contente, só que o Dr. Street falou isso no início do século passado que o operário que trabalha despreocupado, contente e feliz, ele produz mais e melhor. Então o que ele quis dar aqui dentro: quis dar casa, quis dar o lazer, entendeu? Ele foi um verdadeiro... *socialista* na acepção da palavra, é por isso que os mais antigos, que nem meu avô, tinham verdadeira idolatria por ele. O Dr. Street *não visava lucro*, se vê que importância? Ele não via no operário dele fonte de lucro nunca, nessa parte. Ele achava que o operário já dava o quinhão dele no trabalho.

Então, é por isso que o meu avô dizia: “*É Deus no céu e o Dr. Street aqui na Terra*”. Ele foi um homem muito à frente do seu tempo. Então tem coisas, que você vai lendo... você vai descobrindo as coisas do Dr. Street, você fica doido e cada vez eu tenho mais surpresa. Ele é meu ídolo maior, ele é um ícone pra mim. (grifos nossos)

Para seu Dedé não existiu na história de Jorge Street pontos a serem questionados. Street não representou o patrão, mas, sim, alguém preocupado com seus funcionários e disposto a melhorar suas condições de vida, motivação que o levou a construir a vila operária. Esse argumento se apóia em livros que seu Dedé leu, e que o ajudaram a representar Jorge Street como “um bom patrão, um homem que tinha uma visão socialista”. Essa imagem, contudo, confronta-se com estudos que demonstraram que tanto o discurso, quanto as ações desse industrial foram marcados por ambigüidades<sup>94</sup>.

Tanto é que a dona Celina, filha do Dr. Street, quando ela fez cem anos nós fizemos um almoço pra ela aqui. Ela ficou muito feliz, até ela falou: “Aí, seu Dedé, só vocês mesmo aqui da Maria Zélia pra tirar o nome do papai do ostracismo”. Ela se emocionou muito e ela acompanhou tudo... ela ficou muito feliz e hoje, graças a visita dela, eu coloquei um plástico lá... um acrílico, é verdade, numa das árvores e coloquei o nome desse nosso jardim aqui, de Praça Jorge Street.

Ainda que seu Dedé e os moradores da Vila Maria Zélia não sejam membros da família Street, eles se sentem ligados à história dessa família e buscaram preservar a memória de seu patriarca, fato reconhecido pelos descendentes da família Street. Essa tentativa consolida-se quando foi atribuído o nome do

---

<sup>94</sup> Os trabalhos de Rago (1987), Decca (1987) e Teixeira (1990) demonstram que em vários momentos a construção da Vila Maria Zélia serviu como estratégia para que Street conseguisse que seus operários não realizassem greves. Da mesma forma, a imprensa operária denunciavam que as escolas dentro da Vila serviriam para difundir o ideal do bom trabalhador que não se opunha às decisões dos industriais. Também se questiona a defesa que Jorge Street fazia da utilização da mão-de-obra infantil, fartamente encontrada em sua fábrica, contrariando a figura do “bom patrão”.

industrial e de sua mulher, Zélia Frias Street, às duas praças existentes na entrada da Vila.

### **“... eu queria conhecer a cidade”**

A dona Edwiges, ela me ensinou como fazer um jardim, então eu fazia o jardim dos meus vizinhos. Aí sempre ganhava um troco. Nos dias de hoje seriam cinco reais... eu ia buscar esterco na marginal, cavoucava toda a terra, depois plantava tudo de novo, eu ganhava um dinheirinho... Plantava lá violeta, essas coisas.... E sempre esse dinheirinho, não era pra mim... pra eu comprar umas bobagens. Eu dava em casa pro meu pai... ajudava em casa, então as coisas eram muito mais difícil antigamente, na época da minha meninice, anos 50, 60, as coisas eram muito mais difíceis do que hoje em dia. Eu tenho essa visão.

A memória do trabalho surge na história de vida. Por meio dele a pessoa se insere nas relações econômicas e sociais (Bosi, 1994: 471). Sendo uma necessidade, o trabalho aparece ligado à própria infância, conforme a fala de seu Dedé. O espaço da Vila Maria Zélia não definiu somente o local da infância, da brincadeira, da escola, ele se tornou o lugar da obtenção “dos primeiros trocados” para auxiliar nas despesas domésticas.

Meu primeiro emprego oficial mesmo foi no Lanificio Brasileiro, aqui na Rua Catumbi número 430. Hoje não existe mais. Eu entrei lá para limpar teares. O meu irmão Néelson, ele era tecelão lá. Então eu, com doze anos, fui trabalhar pra limpar tear. Ajudante para passar querosene nos teares. Aí eu fiquei pouco tempo lá, acho que dez meses... um ano, porque logo uma lançadeira de um tear escapou e pegou um menino numa outra seção, aí deu problema pra firma porque o menino era novo como eu. Aí o patrão achou por bem só pegar acima de catorze anos e como eu não tinha catorze anos... Então como naquela época só podia trabalhar oficiosamente acima de catorze, então fui obrigado a sair.

Os primeiros empregos seguiram a trajetória da família, formada por

operários fabris. O Belenzinho foi o bairro por onde seu Dedé circulou em seus primeiros empregos, pois nesse momento ainda era um bairro com grande concentração de indústrias.

Mas aqui no Belenzinho tinha tecelagem pra burro, tinha bastante fábrica de vidro, entendeu? Eu fui trabalhar na Cristaleria Jaraguá, que era uma fábrica de vidro, ali na Manoel Ramos Paiva, vizinha aqui, antiga Rua dos Amores. Lá eu fui trabalhar de office-boy. Quando eu saí eu fui trabalhar em uma confecção na Catumbi, na Casa Loremi... Aí, quando eu saí da Casa Loremi, *eu queria conhecer a cidade*, então eu fui pra cidade pra procurar emprego. (grifo nosso)

As lembranças de seu Dedé se apóiam no espaço da Vila Maria Zélia. No entanto, por meio delas é possível recuperar a interação com o bairro, os caminhos percorridos. O pouco contato com a cidade, no entanto, não dissipou o desejo de conhecê-la, conforme expressou em seu relato.

**“Eu sou difícil pra falar do sair, porque eu ficava sempre por aqui...”**

A Vila continua um lugar atípico do que aconteceu em outros lugares porque a grande maioria das pessoas que convivem aqui na Vila vem desses nossos antepassados. Então ficou um núcleo de pessoas muito conhecido. *Eu sou difícil pra falar do sair, porque eu ficava sempre por aqui*, porque *aqui tinha tudo*. A gente quase não saía, mas quando saía, a gente estranhava. (grifos nossos)

A Vila Maria Zélia, desde sua construção, determinava alguns limites que a separavam do restante do bairro. Para superar essa distância se construiu dentro da própria Vila equipamentos que ofereciam lazer aos operários. Para alguns autores ao confinar os trabalhadores dentro da vila operária, o industrial instituiu mecanismos de controle sobre a mão-de-obra, controle que se estendeu a vida cotidiana do operário (Rago, 1987: 117).

Puts... a gente sentia a mudança, porque a gente era um gueto, como se fala, da nossa

turminha. E a gente, mesmo com as namoradas, a gente ia sempre aquela turma da gente e a gente percebia que fora daqui não tinha essas turmas, entende?

Pelo relato de seu Dedé se percebe que, apesar da distância temporal entre o período em que a Vila foi criada e o momento de sua adolescência, permaneceu pouco o contato dos habitantes da Maria Zélia com o mundo que estava do lado de “fora”. A fala de seu Dedé reporta-se ao estranhamento com o mundo exterior, diferentemente do que se vivenciava no interior da Vila.

### **“Porque no fundo todos gostariam de morar aqui...”**

A Vila sempre, pro entorno, pro pessoal de fora, foi um lugar diferenciado... “Ó, não vai lá mexer, porque lá é tudo organizado”. Essa organização vem vindo da história lá de trás, porque a Vila, pras pessoas aí de fora... Aqui é muito organizado. Eu tenho muitos amigos, todo mundo fala, brinca: “E Dedé, você mora no Paraíso mesmo”, esse tipo de conversa eu tenho com muitos deles, a maioria dos meus amigos... o pessoal que estudou comigo, o pessoal da minha infância que encontra comigo, eles mesmo falam: “Puxa! nunca consegui morar aí, porque nunca deu certo de morar”. Porque *no fundo todos gostariam de morar aqui*, mesmo as pessoas que tem um pouco mais de capital. (grifo nosso)

A auto-imagem construída sobre a Vila Maria Zélia permite analisá-la em comparação ao entorno onde ela está inserida, localizada na parte baixa do bairro Belenzinho, em uma rua transversal à Rua Catumbi, que concentra intenso tráfego, cortiços e fábricas. A Vila se distinguiria desse entorno pelo traçado de suas ruas; por ser planejada, em oposição à organização do bairro; por concentrar equipamentos comunitários de lazer; pelo pouco contato entre seus habitantes e o bairro; e por todos em seu interior se conhecerem: “até hoje todo mundo quer morar aqui na Vila, por causa da tranquilidade” (seu Dedé).

### Imagem 29

Entrada da Vila Maria Zélia.  
Foto tirada do interior para o exterior. A vila-cidadela permanece preservada como um condomínio fechado.

Foto da autora, realizada em janeiro/2008.



### Imagem 30

A Vila atrai atividades culturais que a mantém preservada, mas integrada à cidade. Na foto, expectadores aguardam na praçinha da entrada o início de espetáculo do Grupo XI de Teatro realizado nas ruas e edifícios deteriorados da Vila.

Foto de José Luiz da Conceição (janeiro/2005), cedida por seu Dedé.



Esses elementos a colocaram em posição diferenciada frente ao entorno e ao bairro, despertando o desejo das pessoas de ali residir. Como não havia restrições a convivência entre seus moradores e os habitantes do entorno, pressupõe-se que haveria barreiras afetivas (Elias, 2000: 25) desenvolvidas por seus membros e que assegurariam essa separação:

A gente se relacionava, não era obrigado a ficar só aqui dentro, nunca foi preso. Por isso o meu avô falava aquela história: “nunca ninguém foi obrigado a ficar, a permanecer”. Quem quisesse passear lá fora, podia, entendeu?

### **A imagem do condomínio**

A memória de seu Dedé compara o espaço em que vive com outros lugares na cidade, sua fala procura demarcar o distanciamento existente entre a Vila Maria Zélia e o restante do bairro, ao mesmo tempo em que procura compará-la aos condomínios fechados disseminados nas grandes cidades brasileiras:

Era como se fosse hoje esses condomínios luxuosos, que tem tudo, essas quadras. Nós já vivemos essa realidade lá atrás, é uma coisa interessante isso. Então, é por isso que eu falo: isso aqui é um ícone, é um lugar diferenciado. Tem tudo o que você vai encontrar na cidade, a Maria Zélia tem e eu não falo isso por estar me gabando, eu falo isso porque eu senti isso. Aqui é um lugar muito diferenciado, então quando eu vejo... eu tenho um amigo agora lá na Aldeia da Serra, ele morou muitos anos aqui, naquele espaço grande... quem sabe lá no futuro a Aldeia da Serra vai ser a Maria Zélia do futuro?

Para seu Dedé, a Vila Maria Zélia foi precursora desse tipo de empreendimento o que assegurou a seus moradores a proteção contra a violência externa, mesmo que esta nunca tenha sido um elemento que demandasse preocupação dentro daquele espaço, conforme seu relato:

Aqui não temos roubo, não temos assalto... Nunca mexeram com as nossas crianças. Isso é impagável, a gente escuta tanta barbaridade da a violência que tá aí fora, então saber que nunca uma criança foi molestada, saber que a gente tem uma segurança... Nós conseguimos lá atrás na gestão da Luiza Erundina. Era aberto o portão e não tinha segurança, isso foi nos tempos modernos.

As barreiras físicas na Vila Maria Zélia (guarita, cancela) propiciaram maior controle sobre o território, além de delimitar a fronteira entre o mundo interior e o exterior (Caldeira, 1997: 158), assegurando maior proteção a seus habitantes:

É, pode circular porque a Vila é pública, mas como nós temos a guarita lá, por exemplo até você que veio fazer a entrevista, você vai ter que dizer aonde você vai e com quem vai falar... Os guardas lá são educados e perguntam: “Bom dia, boa tarde aonde vai?” Essa conversa... Porque se a pessoa não tem o que fazer e muita gente vem aqui enganada... vem aqui atrás do Hospital Maria Zélia, vem procurar o Sesi, a Goodyear, vem perguntar se a Goodyear é aqui dentro, então já breca lá na portaria. Então, salvo raras exceções, a maioria das pessoas que circulam, ou tem conhecimento ou é morador ou parente de morador.

Para seu Dedé essa situação remonta a proposta existente no passado, “no tempo do Dr. Street”. Nesse sentido, as barreiras existentes na Vila Maria Zélia representam a segurança de quem está dentro daquele espaço, seus moradores estão protegidos da insegurança exterior ao mesmo tempo em que a permanência no interior acaba se restringindo aqueles que fazem parte desse grupo, evitando a presença de intrusos, reforçando a imagem de comunidade fechada e isolada (Caldeira, 1997: 160).

### **“um país que não tem memória não pode almejar um futuro, não é?”**

Então é como eu digo “*um país que não tem memória não pode almejar um futuro*”, não é?... Na realidade começou quando fechou a escola das meninas... Foi em 69, 70 já não teve mais aula, por falta de aluno acabou fechando. *Então começou a deteriorar.*

E, nessa época, eu trabalhava. Quando chegava em casa meu pai falava: “Edécio, você não sabe o que tão fazendo com a escola de vocês lá”. Os caras estavam depredando tudo, quebrando tudo as carteiras... Roubaram os mármores daquelas escadarias... Mármore carrara. E começou... Ficou abandonado, né? (grifos nossos)

As transformações que afetaram o espaço urbano impactaram nas relações dos sujeitos com os lugares guardados em sua memória (Bosi, 1994: 451). Esse vínculo espacial entre seu Dedé e a Vila Maria Zélia proporcionou, em sua narrativa, o questionamento sobre a política de preservação do patrimônio e, por meio desta, a situação da Vila em particular.

Sua narrativa se ateve à descaracterização que tem sido imputada naquele espaço. Algumas casas foram demolidas para serem reconstruídas com até três pavimentos, os prédios que serviram como armazém, farmácia e escolas estão abandonados e passaram a oferecer risco em função das condições físicas precárias.

É tristeza, porque *o nosso povo não tem essa visão de preservar*, a visão do brasileiro é fazer assim... o puxadinho, entendeu? Não tem essa cultura da preservação, vamos preservar como era. Você vê lá atrás... Aqui em cima no Belenzinho tinha o Minarete<sup>95</sup> ... do escritor Monteiro Lobato. Já não tem mais nada... *Fosse em um outro país, preservaria como era até*, então hoje não existe mais nada. (grifo nosso)

O relato de seu Dedé evita criticar os vizinhos que promoveram tais reformas. Analisa essas atitudes como decorrência da ausência de políticas públicas voltadas à preservação da memória do próprio país.

---

<sup>95</sup> Minarete era o apelido dado a casa de um amigo do escritor Monteiro Lobato que residia no Belenzinho, conforme PENTEADO, J. (op. cit.).

**Imagem 31**

Interior de oficina na Vila  
Maria Zélia.



Foto de José Luiz da Conceição  
(janeiro/2005), cedida por seu  
Dedé.

**Imagem 32**

Fachada da Escola de  
Meninas.



Foto de José Luiz da Conceição  
(janeiro/2005), cedida por seu  
Dedé.

## O papel de cicerone

O meu pai já que começou com essa coisa sabe? Que isso aqui tinha uma história: “se teu avô estivesse vivo...”, porque ele conversava com o meu avô e meu avô adorava isso. “Se teu avô estivesse vivo e visse uma coisa dessas, todo o sonho do Dr. Street ser jogado por terra”. E tanto meu pai falava e eu tinha escutado meu avô contar as histórias da Vila e tal... eu comecei a me preocupar com isso.

A preocupação com a situação de abandono dos prédios da Vila Maria Zélia manifestou-se dentro da família de seu Dedé, para depois se tornar um sentimento próprio dele (Bosi, 1994: 407). A preocupação com a memória coletiva o colocou como porta-voz do grupo de moradores da Vila, conforme seu relato:

Sempre que eu podia, que vinha reportagem, *a maioria das vezes era eu que atendia*, às vezes eu tava trabalhando, as mulheres falavam: “vem sábado ou domingo que o seu Edécio tá aí, ele tem as fotografias”. Eu sempre gostei de guardar essas coisas, fotografia dos times de futebol do Maria Zélia, essas coisas... “aí ele informa direitinho.” E os negócios foram indo e, de repente, bem mais pra frente, começou a vir emissora de televisão por ocasião do aniversário de São Paulo e essas coisas, e começou a sair na mídia a Vila Maria Zélia. E eu já tinha estudado mais, lido mais coisas, eu comecei a dizer o que é a verdade: “a primeira vila operária do Brasil, o primeiro condomínio fechado do Brasil”. Então foi tomando corpo esse meu interesse pela Vila né? Pela história da Vila. E no fim eu acabei ficando, sem querer, é lógico, *me tornando o cicerone da Vila*. (grifos nossos)

Pela narrativa se verifica que, ao se tornar “cicerone” da Vila, seu Dedé foi buscar informações que pudessem complementar a memória, incorporando em sua narrativa informações obtidas em outras fontes, que não a memória coletiva. O fato de ele ser constantemente solicitado pela mídia fez com que sua narrativa, em alguns momentos, se apresentasse amparada em um discurso pré-concebido convergindo para sua relação com e dentro da Vila Maria Zélia.

### **“A minha idéia sempre foi essa, fazer um Museu da Vila.”**

A partir de 1981, os moradores passaram a buscar o tombamento da Vila e a reversão dos danos causados pela deterioração do espaço. Criaram também uma entidade que os pudesse representar. A possibilidade da reforma dos prédios suscitou divergências quanto à postura adotada por seu Dedé, bastante empenhado na concretização desse projeto:

Quando começou a aparecer muito na mídia pra falar essas coisas, vinham uns falar: “Pô Dedé, você fala da Vila, mas você esqueceu...” sabe? Fazer crítica assim não construtiva, pra tentar me derrubar, mas eu levo na boa, faço que nem meu pai falava: “entra por um ouvido e sai pelo outro” né? Tem uns que até me desanimam, falam: “Ô seu Dedé, você vai mexer com isso aí? Vai acabar vindo essas coisas que a gente não quer, vem escola de samba”, sabe esse tipo de coisa? Eu falei: “Não, a idéia é: ou fazer uma escola de novo, ou fazer um pólo cultural, ou um teatro, uma coisa assim” *A minha idéia sempre foi essa, fazer um Museu da Vila. A gente já tem tanto material não é mesmo? (grifos nossos)*

O desejo de seu Dedé, de conservar o espaço da Vila Maria Zélia, se traduziu na edificação de um museu que, precariamente, funciona no prédio que abrigou a farmácia. No museu o passado estaria assegurado assim como sua tarefa de preservar a memória da Vila e de Jorge Street. A discussão da implantação do museu aconteceu em duas administrações municipais: Marta Suplicy (2001-2004) e José Serra (2005-2006). No governo de Gilberto Kassab (2007-2008) foi assinado um convênio entre o município e o Centro Tecnológico Paula Souza para a instalação de escolas técnicas (Etecs). A reforma seria financiada com recursos da União Européia.

O povo mesmo é grande entusiasta comigo, todos eles me apoiaram, 99% dos moradores tão adorando, falam: “Aê, Dedé, graças à Deus. Agora você vai cortar o cabelo”. Tão brincando comigo, agora já tá todo mundo sabendo que vai começar. O

Estado tá pra, a qualquer momento, começar. Brincam comigo: “Quando é que você vai cortar esse cabelo?” Então... a imensa maioria são entusiastas do meu trabalho e apóiam muito.

Por meio de sua promessa, seu Dedé reafirma a sua ligação com a Vila e encontra no grupo o respaldo para sua atitude. Sua ligação com o espaço retoma o apego às pedras da cidade (Bosi, 1994: 443):

Eu tenho um desejo de ser cremado e minhas cinzas serem jogadas aqui na praça. Porque eu amo aqui. Meu coração... Meu umbigo foi enterrado aqui... Minha mãe que falava: “aquela criança que o umbigo é enterrado aqui, que bebe da água da Maria Zélia, não quer mais sair daqui”. E é verdade.

## **Os conflitos**

A coesão grupal foi ressaltada em vários momentos da fala de seu Dedé. No entanto, ele próprio admitiu pequenos conflitos ligados ao cotidiano da Vila, desentendimentos que foram minimizados, por serem de pequena relevância dentro da comunidade onde todos se conhecem, cujos laços afetivos se apóiam em um passado comum:

Aqui são hoje 171 famílias, 171 casas, algumas duplicadas. Vamos pôr 200 famílias. Então, quando tem uma briguinha é por causa de cocô de cachorro, por causa de bobagem, sabe? Mas nunca se chegou a se puxar faca, nem revólver... Porque hoje tá brigando dois jovens ou até duas mulheres, mas os pais lá atrás... todo mundo já se conhece lá de trás. Então na realidade todo mundo se quer bem... Posso até amanhã brigar com o vizinho, brigar no bom sentido, né? Discutir com ele, chegar as vias de fato... E se ele cair eu não chuto a cabeça dele porque ele deve ser filho, neto ou bisneto de um amigo meu.

Outros conflitos que foram mencionados estavam ligados à administração dos espaços comunitários e a postura adotada por uma instituição dentro da Vila

Maria Zélia. O encontro entre gerações diferentes (adultos e jovens) dentro de um espaço tende a apresentar conflito, principalmente, quanto à natureza e objetivos de projetos que, por sua vez, são formulados com base na vivência de cada geração. Na Vila essa relação não é diferente, o que permite a observação de seu Dedé, quanto às críticas recebidas por adotar uma postura diferente da adotada por esse grupo:

Porque eu trago as pessoas aqui, *é meu jeito de ser*. Eu gosto de mostrar a Vila, deixo fotografar, deixo filmar, porque tudo leva à mídia e à divulgação da Vila e quando começou a aparecer um pessoal para fazer novela e essas coisas, aí tem dinheiro pra fazer locação e eu sou contra isso, certo? É prédio público, não é meu. Como é que eu vou locar uma coisa assim? Eles entendem que não, que tem que locar pra depois reverter em melhoria da Vila, só que não reverte nada em melhoria pra Vila. Reverte pro canto deles... É o clube que uma minoria da Vila aqui que frequenta lá, tá entendendo? Então *eu rompi com eles* por causa desse problema... (grifo nosso)

### **Cuidar do futuro**

Ah! Eu espero em Deus realizar meu sonho de ver todos esses prédios históricos restaurados, né? E deixar um legado como o Dr. Street deixou, um legado maravilhoso pra história, a história do meu bairro, a história da minha cidade, a história do meu país. Porque, de certa forma, ele foi importante, não só pra cá, pra Maria Zélia... ele foi importante pro país.

As preocupações de seu Dedé não se restringem somente com a preservação do passado. Ele também espera deixar um legado e dar sua contribuição à história da cidade. Ele se coloca como o guardião da memória da Vila Maria Zélia e, desta forma, é sua atribuição assegurar o restauro de seus prédios.

Eu não faço nada por mim, pra ganhar nada... O pouco que eu sei de bom, que eu aprendi, eu procuro ensinar coisas da história... É uma sementinha que eu estou plantando no coração de cada uma dessas criaturas... Porque os novos muitos... ou sabem, mas não dão muita importância, não é? Por agora é todo atropelo, a ganância pelo dinheiro, correr atrás disso ou daquilo e não dão muita importância pra história,

pras lembranças.

Ao receber estudantes, pesquisadores e repórteres, seu Dedé retoma a função da memória enquanto conhecimento do passado, ordenado e organizado (Bosi, 1994: 89). Porém ele está em busca de salvar a lembrança do esquecimento (Pollak, 1989: 7) manifesto nas novas gerações que já se interessam pela história. Dessa forma, o restauro representa a confirmação de que a memória não se perderá:

E é assim e eu... eu tenho fé em Deus que antes de eu ir desse mundo eu vou ver tudo restaurado, tudo bonito, aí a vida continua pros que ficar, que pelo menos que tenha uso. Você vê o estado que está. Tá tudo degradado... E tanta gente precisando de casa pra morar, de cultura e é assim... A vida continua.

### **3.3. Diferentes lembranças de um mesmo espaço**

Para compreender a dinâmica espacial existente no Belenzinho em relação à moradia popular e sua concentração, buscou-se captar algumas visões sobre o território. O trabalho com a história oral permitiu o confronto de olhares que expressaram diferentes visões de mundos coabitando naquele território (Bourdieu: 1997: 11). A pluralidade de visões apontou, tanto no sentido da separação entre os grupos dentro do território, como na constituição de experiências pautadas pelos caminhos percorridos e lugares freqüentados, dimensionando uma reflexão sobre os grupos aos quais essas pessoas pertenciam, ao mesmo tempo em que se percebia o olhar que lançavam para os demais.

Partiu-se dos conceitos desenvolvidos por Norbert Elias (2000) em relação aos *estabelecidos* e *outsiders* para verificar em que medida essa relação se manifestava no espaço e como esses conceitos podiam ser aplicados aos grupos presentes naquele território. Como esses conceitos não são fixos, permitindo o desenvolvimento de diversos papéis – as pessoas tanto podem ser *estabelecidas* como *outsiders*, dependendo da posição em que se colocam em relação ao grupo. Buscou-se verificar esse posicionamento em relação ao bairro e quais as imagens construídas por esses grupos contribuíram ou não ao controle de seus territórios.

#### **3.3.1. As diversas trajetórias**

A trajetória de Manoel se desenvolveu no bairro do Belenzinho desde o seu nascimento, em 1928. Dali ele nunca saiu e o bairro lhe conferiu a identidade de

belenense<sup>96</sup>. Com a morte dos pais, herdou a loja onde trabalha e que o faz permanecer ligado ao ramo de trabalho da família: o setor de calçados. Sua loja se localiza no centro comercial do bairro que se formou em consequência da movimentação derivada da indústria e durante muitos anos caracterizou o Belenzinho.

Resido nesse local, onde nasci, em cima dessa loja, no ano de 1928. Meus pais tinham uma fábrica de calçados e tinham quatro filhos. E... eu nasci nessa loja e com o correr do tempo meu pai faleceu, minha mãe também faleceu, meus irmãos faleceram e eu fiquei o único da família que reside nesse local. (Manoel)

A lembrança guardada por Saulo, que transitava pelo bairro em direção ao seu emprego, o associou à indústria e, por meio dessa observação, deixa transparecer a sua lembrança.

Tive contato com o bairro do Belém na década de 50, precisamente no ano de 1954, quando diariamente transitava por aqui, à espera de condução, para lecionar, como professor de 1º grau, em Vila Olinda, periferia próxima ao bairro de Vila Formosa. Nesse tempo o Belém já era um bairro bastante sóbrio, apesar da imigração italiana e do grande desenvolvimento industrial que grassava por aqui... com a implantação de várias indústrias têxteis e outras do Grupo Matarazzo. (Saulo)

Na narrativa de dona Salomé, o bairro antigo e o que ela encontrou em 1977, quando chegou a São Paulo, estão em oposição. O bairro antigo se referiu àquele que ela ouviu falar e que assim foi assimilado<sup>97</sup>, o bairro encontrado (novo), no entanto, é avaliado como velho em função do desgaste percebido nos imóveis, que teriam os mesmos usos, atualmente.

Nessa época o Belém já era o *Belém Velho*, né? Não era mais aquele Belém antigo, já

---

<sup>96</sup> Designação que os moradores mais antigos costumam utilizar para quem reside no Belenzinho.

<sup>97</sup> POLLACK, M. Memória e Identidade In: **Estudos Históricos**, 1992, p. 202-203.

era o Belém velho, porque o *Belém antigo* era o Belém de fazendas, área de café, na época dos senhores do café, que tinha as chácaras. E quando eu cheguei já era habitado, já tinha quase todos os comércios que tem hoje, com exceção do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, já existia os Correios, que era na Celso Garcia, o posto de saúde, a Igreja São José do Belém, o Colégio Amadeu Amaral, tudo isso já existia. (dona Salomé, grifos nossos)

O olhar de seu Dedé sobre o bairro sempre aparece ligado à sua maior referência, a Vila Maria Zélia. Em função da relação que estabeleceu com este espaço, o bairro aparece sempre em comparação com a vivência dentro e fora da Vila, conforme relato:

Eu acredito que praticamente pouca coisa mudou, porque muita gente que visita a Vila... parece que a Vila parou no tempo. Aqui a gente tem uma vida que nos remete ao passado, metade do século passado, todos se conhecem, todos se respeitam. Mesmo no entorno, aqui mais próximo, quase todos se conheciam. *Os moradores eram tradicionais, hoje já não é mais assim...* tem muita gente nova no bairro, mas mesmo no entorno da Vila, muita gente se conhecia. (seu Dedé, grifos nossos)

### **3.3.2. Os marcos urbanos e arquitetônicos**

Sob os olhares de seus moradores, o bairro revela os lugares que constituem referências por sua história, como por sua função sendo por isso lugares simbólicos. Na lembrança de Manoel ganhou destaque o prédio que abrigava a escola, ao lado da praça central do bairro, as casas antigas, que aos poucos foram derrubadas para dar lugar aos novos edifícios e as antigas indústrias – hoje vazias e que tendem a desaparecer da paisagem do Belenzinho:

Ah, existe, por exemplo, nós temos muitos prédios preservados. Aqui no Largo do Belém o grupo Amadeu Amaral foi tombado e tem outros prédios tradicionais aqui no Belém, mas a maioria foi reformada, foi derrubado e foi feito prédio novo. Então as fábricas estão desaparecendo para dar lugar a lojas, prédios de apartamento, está

desaparecendo com o tempo essas casas antigas. (Manoel)

Na fala de dona Salomé, as referências ligaram-se ao uso dos imóveis. Isto está associado a sua atividade profissional, uma vez que ela frequenta estes locais como agente comunitária de saúde. Mas sua fala também revelou a importância de se ater aos imóveis que constituem referências no bairro, por seu valor histórico e porque todos os lugares teriam uma história importante.

Ah! O Amadeu Amaral, o posto de saúde da região, a Maria Zélia, a Igreja São José do Belém, a antiga Febem, Leonor Mendes de Barros. *Todos têm uma história, né? Que vem de algum lugar, casas que foram doadas, né? Hoje... o hospital, por exemplo, foi feito uma doação por uma família de italianos. Então isso é uma história que tem. É importante.* (dona Salomé, grifos nossos)

A arquitetura e seu valor para a cidade asseguraram o tombamento de alguns imóveis do Belenzinho, caso da escola Amadeu Amaral e da Vila Maria Zélia, esta última pela representação de um padrão habitacional que se pretendeu instalar na cidade. Para seu Dedé, a Vila se constituiu como um dos marcos espaciais do Belenzinho, mas em função de seu confinamento e distanciamento do centro do bairro, ela aparece mais como um marco em si do que relacionado ao próprio bairro, motivo pelo qual ela não recebeu maior destaque dos entrevistados, ainda que questionados sobre a mesma.

**Imagem 33**

Escola Estadual Amadeu  
Amaral localizada no Largo  
São José do Belém.

Foto da autora, 16/09/2007,  
Escola Amadeu Amaral,  
Belenzinho, São Paulo.



**Imagem 34**

Trem da CPTM. Ao fundo a  
estação do metrô Belém.

Foto da autora, 16/09/2007,  
Estação Metrô Belém vista do  
Viaduto Guadalajara, São  
Paulo.



### 3.3.3. As intervenções no sistema viário

Com as intervenções urbanas o bairro se conectou a cidade de várias formas: pelo eixo rodoviário, por meio da Avenida Alcântara Machado (Radial Leste), e pelo ferroviário, com o metrô, facilitando o deslocamento de moradores de diversas partes da Zona Leste ao centro da cidade, reduzindo-se o percurso entre as estações do metrô Belém e Sé para aproximadamente, 15 minutos.

Aqui na realidade, como eu te falei, lá atrás era um bairro fabril, mas hoje é um bairro de passagem. O pessoal vai trabalhar na cidade, até do outro lado da cidade. O metrô Belém é aqui, né? Então é uma passagem, tem muito gente que trabalha em Itaquera, Mooca, sei lá, Penha... os outros bairros e passa tudo por aqui. Aqui é um bairro de passagem. O pessoal vai trabalhar na cidade e do outro lado da cidade... a Marginal a mesma coisa, a Radial a mesma coisa, entendeu? Sem essas vias rápidas São Paulo já teria parado, já não teria condições de andar em São Paulo, se não tivesse essas vias. Então é o preço do progresso que nós temos que pagar. (seu Dedé)

Essas intervenções, na análise de seu Dedé, tornaram o Belenzinho um “lugar de passagem”, transitório. Ele considera, no entanto, que esse foi o preço imposto pelo progresso visto que o bairro não poderia ficar parado no tempo, ainda que este seja o seu desejo para a Vila Maria Zélia. Lá, “para no tempo” seria positivo, porém impossível quando pensado em relação ao bairro. Ao lembrar essa intervenção, verificou-se que outras obras contribuíram para a mudança da paisagem do Belenzinho. O bairro recortado por obras foi definindo novas fronteiras e teve que se adaptar à nova realidade local: o esvaziamento populacional e o desaquecimento comercial.

Antes do Metrô e da Radial Leste no Belém existiam muitas casas. Aqui no bairro, com a construção da Radial Leste muitas casas foram desapropriadas... em toda a Radial Leste. Quando construíram a Marginal do Tietê houve também muita

desapropriação, quando construíram o Viaduto Guadalajara houve muita também. Então, diminuiu o número de moradores do Belém e nós sofremos. E aqui na Rua Silva Jardim existia uma passagem de trem<sup>98</sup> ligando o baixo Belém ao alto Belém e fechando a rua diminuiu o comércio aqui perto do Largo São José do Belém. (Manoel)

Nas memórias narradas o impacto das obras para a vida das pessoas não ficou esquecido, as conseqüências negativas das intervenções foram ressaltadas: a perda de laços de amizade, a saída de moradores antigos do bairro, o deslocamento para outras regiões da cidade.

Tinha um primo meu que tinha uma fábrica e morava na Radial Leste, depois ele foi morar no Parque Novo Mundo. Num primeiro momento a gente pensava: “os caras tão doidos de fazer isso”, mas infelizmente é o progresso e a gente tem que admitir, não pode ser turrão. Você já pensou São Paulo, sem as marginais, sem a Radial Leste, sem o metrô? Então quando estava em construção o metrô, foi um Deus nos acuda, muita gente foi desalojada das casas... a indenização, sabe como é? Então, no primeiro momento, as pessoas sofreram, morreram de desgosto, entraram em depressão, como se fala hoje, mas infelizmente *é fardo que a gente tem que pagar pelo progresso*. Porque imagina, imagina só no nosso trecho aqui: sem a Marginal, sem a Radial, sem o metrô, entendeu como é a história? (seu Dedé, grifo nosso)

No entanto, esse efeito foi visto como o “preço a ser pago pelo progresso”, o que demandou não a revolta dos atingidos, mas sua resignação:

Já pensou se eu tivesse um imóvel no meio da Radial Leste que valesse uma fortuna e os homens me dessem porcaria? Eu ia ficar muito triste e muita gente ficou triste. É o preço do progresso. (seu Dedé)

---

<sup>98</sup> Manoel se referiu a uma passagem de nível para travessia de pedestres existente sobre a linha férrea e que integrava as duas partes do bairro Belenzinho.

### 3.3.4. A desindustrialização e seu impacto

O processo de desindustrialização pelo qual passou a cidade, que alguns pesquisadores denominam como desconcentração industrial, a partir dos anos 1980 provocou também no Belenzinho, a diminuição de empregos no setor industrial, o fechamento de diversos estabelecimentos comerciais, o esvaziamento populacional e o empobrecimento da região.

Com o correr do tempo as indústrias foram se deslocando do bairro, devido à poluição, devido ao crescimento do bairro. As indústrias foram se afastando para as Marginais, para as estradas e algumas fecharam. Então, de uns anos pra cá, o Belém diminuiu muito as indústrias e esses galpões grandes, muitos ainda estão fechados, e agora ultimamente estão sendo derrubados para se construir prédios residenciais. O Belém está crescendo com os prédios de apartamentos. (Manoel)

A saída das indústrias teve impacto direto no comércio local, consolidando um processo, ainda em curso no bairro, de degradação das ruas comerciais, como a Avenida Celso Garcia e a Rua Belém.

Em um determinado tempo o comércio diminuiu muito no Belém, começou mudando... saíram do Belém as fábricas. Isso foi uma coisa que mexeu muito com a região, porque a maioria das pessoas morava na região e trabalhavam na região e isso foi uma queda muito grande... e mexeu muito com o bairro. A Rua Belém nessa época era um comércio muito grande. As pessoas vinham de fora, de outros bairros, fazer compra no Belém (dona Salomé)

Seu Dedé relembra algumas indústrias que existiram no bairro e a desarticulação do comércio nas imediações da Vila Maria Zélia, na Rua Catumbi, ocasionando a concentração do comércio local na parte alta do bairro em direção ao largo da matriz. Ao mesmo tempo, os imóveis que ficaram vagos aos poucos se transformaram em cortiços ou pequenos estacionamentos; se acentuou a degradação

urbana ao longo da Avenida Celso Garcia e no interior do bairro:

A Avenida Celso Garcia nas décadas de 40, 50 e 60 foi um local de comércio, indústria e lazer muito importante para os paulistanos. Hoje ela possui um comércio muito fluente nas proximidades do Largo da Concórdia, bairro do Brás, mas seu segmento nas áreas do Belém e do Tatuapé é composto de muitos imóveis abandonados em situações calamitosas. (Saulo)

Pelo relato se observou como a saída das indústrias provocou a diminuição da oferta de emprego na região, contribuindo ao deslocamento dos moradores para outros lugares, propiciado também pela implantação da Radial Leste e pela chegada do metrô.

Tinha a Fiação Brasileira de Lã, o Lanifício Lane, os Irmãos Fumagali, Irmãos Vanhotti, a Testilha, o biscoito São Luiz, depois virou Nestlé, agora também foi embora a Nestlé. Dessas fábricas todas aqui do entorno, ficou só a Goodyear e, assim mesmo, uma parte, porque hoje tem mil operários, mas chegou a ter 10 mil como eu te falei lá atrás. Eu não sei outra empresa que tem por aqui, tem mais esse negócio de carga, né?... de transporte, essas coisas. Acabou o comércio, só na parte de cima, lá na Rua Belém ainda tem um pouco de comércio... na esquina da Catumbi tinha a Sensação, tinha Exposição, um pouco mais pra frente tinha as Casas Pirani, no Brás, é quase no Belém, né? Ali na João Boemer. Então tinha bastante comércio depois foi se acabando. Você vê um bom trecho da Celso Garcia, virou habitação coletiva, sei lá... não sei o que que houve... e as indústrias foram embora, né? A gente saía hoje de uma fábrica, amanhã tava em outra, entendeu? Então tinha a facilidade de emprego, até que de repente isso se acabou. Você vê, não tem quase mais indústrias no Belenzinho, aqui era um bairro estritamente industrial, aqui tinha tecelagem pra burro, tinha bastante fábrica de vidro, entendeu? (seu Dedé)

### **3.3.5. A visão sobre o cortiço**

No Belenzinho, os cortiços apareceram desde o começo do século XX e em função da baixa remuneração recebida pelos operários, ele se tornou a alternativa de

aluguel compatível com suas rendas (Bonduki, 1982: 92). Ao descrevê-los, os entrevistados adotaram diferentes posturas, perceptíveis pelos relatos. A princípio, Manoel negou sua existência, pois segundo ele, essas moradias seriam incompatíveis com o padrão socioeconômico existente no bairro:

Naquele tempo as casas eram boas, *não havia cortiço* naquele tempo, não havia que nem hoje, esses moradores de rua e não havia essas favelas que haviam por aí. O bairro era freqüentado por pessoas de classe média e boa. O Belém não é um bairro onde tem classe muito baixa, é um bairro de classe média. Porque aqui... nós temos boas escolas, tem o Colégio Agostiniano, tem o Instituto Auxiliadora, tem o Amadeu Amaral. O Belém *é um bairro freqüentado pela classe média*, nós não temos classes muito baixa. (Manoel)

Na seqüência admitiu que, tanto ele como a Sociedade dos Amigos do Belém (Sab), enxergavam essas moradias como um problema a ser combatido, o que demandaria ações também por parte do poder público:

Uma das lutas da Prefeitura e nossa são os cortiços do bairro. Na Celso Garcia existe muito cortiço e a prefeitura não consegue tirar... Na Celso Garcia, por exemplo, há muitas lojas vazias, muitas casas antigas... essas casas eram dos tempos antigos, eram construídas por industriais e viraram cortiços.... então no Belém tem muito cortiço (Manoel).

Em relação à postura municipal, relatada por Manoel, na história da cidade de São Paulo a problemática em torno do cortiço – sua existência e controle – foram alvo de ações do poder público pelo menos desde o final do século XIX, sem, no entanto, conseguir erradicá-lo, conforme descrito no **Capítulo 1**. Os cortiços se inseriram na paisagem urbana do Belenzinho de diferentes formas. Na parte do bairro em que Manoel trabalha e reside, eles são poucos e se concentraram em uma rua paralela à linha férrea, afastados dos olhares dos demais moradores desse pedaço. Essa situação é bastante diferente da encontrada na parte baixa, onde

residem dona Salomé e seu Dedé, o que os fez ter opiniões contrárias as de Manoel:

Hoje tem muito cortiço naquela região. Naquela época quase não existia cortiço, era uma loja e residência. E hoje, até mesmo as lojas se transformaram em cortiço, na Rua Belém, por exemplo. No restante do bairro sempre teve, mas não tanto quanto hoje, mas sempre teve. Na Celso Garcia, na Saldanha Marinho, na São Leopoldo, na Rua Belém, na Rua Passos, na Martim Afonso. Todas essas regiões tinham pequenos cortiços, porque era mais pensão naquela época. Era uma casa que as pessoas alugavam para moças, outra que alugava só pra rapazes, quase não tinha pra família. Eram muito poucos... Porque a gente não começa observando muito isso, né? Mas com o passar do tempo a gente vai ver que cada um... Aquilo que era uma residência hoje é um cortiço. Mas eu acho que de doze anos pra cá, mais ou menos, foi que aumentou muito. (dona Salomé)

Para dona Salomé o cortiço sempre esteve presente no cotidiano do bairro desde o momento em que ali chegou. A partir do momento em que aumentou o número de imóveis encortiçados, os demais moradores do bairro passaram a percebê-los. Dona Salomé notou sua existência a partir do momento em que passou a andar pelo bairro. Infere-se que o crescimento dos cortiços, apontado em sua fala, foi decorrente da maior percepção sobre o bairro, mais do que pelo aumento quantitativo dessas moradias:

Porque antes, eu não me lembro muito de cortiço na região, *lembrava muito de pensão...* pensão eu sabia que tinha muitas. Tinha muitas residências mesmo que os donos moravam e dos quartos deles, das casas deles mesmos iam fazendo quarto de pensão e, com o passar do tempo, eles mudaram e essa mesma residência, ao invés de ser só o *quarto de pensão*, eles transformaram no *quarto de cortiço*. (dona Salomé, grifos nossos)

**Imagem 35**

Casarão transformado em cortiço.



Foto da autora, 16/09/2007, Rua Elói Cerqueira, Belenzinho.

**Imagem 36**

Na rua da estação Belém do metrô, a marca da separação física e da apartação social: os moradores de rua constroem seus abrigos junto ao muro que delimita a estrada de ferro.



Foto da autora, 16/09/2007, Rua Artur Mota, Belenzinho.

**Imagem 37**

Aluguel de quartos é o sinônimo de cortiço. O Belenzinho permanece com a sua tradição de provisão habitacional para a população de baixa renda nesta tipologia.



Foto da autora, 16/09/2007, Rua Silva Jardim, Belenzinho.

**Imagem 38**

Rua Catumbi.  
No Belenzinho “de baixo” uma das marcas é a alta concentração de cortiços.



Foto da autora, 16/09/2007, Rua Catumbi, Belenzinho.

Uma característica comum entre moradores de cortiços consiste em identificar sua residência como pensão<sup>99</sup>, conforme demonstrado por dona Salomé. Não existem, no entanto, diferenças físicas entre essas habitações, sendo ambas utilizadas para identificar o imóvel encortiçado. Para os moradores, a palavra “pensão” seria utilizada para atenuar o peso de “cortiço”, utilizado para estigmatizar seus ocupantes, associando-os às condições precárias existentes nesses lugares.

Ó deve ter existido algum cortiço porque não tinha moradia pra todo mundo, não é? Porque originalmente tinham 240 casas, então conta no livro que chegou a morar dois mil e cem operários da fábrica aqui na Vila, porque nessa época... a fábrica tinha 3000 funcionários, pela lógica, 900 moravam fora, no entorno aqui da vila, né? Ah, eu acredito que seria aqui na Rua Catumbi, por aí, na Rua Cachoeira, no entorno, próximo. (seu Dedé)

Os lugares apontados por seu Dedé ainda hoje são locais com concentração de cortiços. Pela história de vida de Seu Dedé, existiram elementos que possibilitaram comparar a vida no cortiço e na vila operária, destacando o deslumbramento de quem conseguiu se transferir do primeiro para a segunda. Residir na vila operária representou, ao mesmo tempo, a melhoria das condições de vida e a possibilidade de deixar o ambiente insalubre do cortiço, onde tudo se compartilhava e era comum a ausência de privacidade.

Em estudo realizado com cortiços no bairro da Luz, Kohara (1998) comprovou que, em média, 56,9% dos moradores de cortiço residiam em cômodos que possuíam tamanhos variando entre 6 a 15 metros quadrados e, os banheiros, eram compartilhados por 8,3 pessoas em média, demonstrando a precariedade das

---

<sup>99</sup> Em 2000, pesquisas realizadas pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos com moradores de cortiço do bairro da Luz, indicaram que o acesso a esses moradores era facilitado quando se indagava sobre as pensões do bairro. Esse método foi utilizado por Kohara (1998).

condições de vida nesses espaços.

Então meu avô falava que os italianos chegavam a chorar, porque tinha banheiro, tinha até chuveiro, de cobre é verdade, mas tinha o chuveiro. Naquela época nos cortiços era um cano só, mas aqui tinha o chuveiro já. (seu Dedé)

### **3.3.6. Europeus, nordestinos e bolivianos**

O Belenzinho, assim como a cidade, sofreu diversas transformações, como a mudança no perfil de seus moradores (imigrantes e migrantes); crises econômicas (deixou de ser um bairro industrial e voltou-se ao setor terciário) e modificações na paisagem urbana (com a demolição de antigos galpões para a construção de novos empreendimentos imobiliários).

Em relação aos atuais moradores do bairro, os depoimentos foram bastante conflitantes. Para Saulo, que transitava pelo bairro a caminho do trabalho, houve o entrosamento entre os nacionais e os estrangeiros, sendo que estes assimilaram vários hábitos locais. Quanto às migrações internas e o deslocamentos de novos moradores (bolivianos), para ele isso não provocou nenhuma alteração cultural no bairro, que passava por uma crise econômica que culminou com o seu empobrecimento, a partir do esvaziamento industrial e comercial:

O perfil predominante dos moradores do bairro do Belém era o de brasileiros e de poucos imigrantes italianos recém-chegados na época. Não havia essa imigração interna de nossos irmãos de outros estados como ocorre hoje, e que residiam em casas de estilos diversos, assimilando os estrangeiros todos os nossos costumes. Nesse momento, podemos observar que, apesar da imigração interna, principalmente do nordeste, e do afluxo de bolivianos e peruanos, nada interessante para o progresso cultural e social do bairro, dado seu baixo nível cultural, o bairro do Belém parou no tempo e no espaço, tornando-se cada vez mais pobre com o fechamento das indústrias e de grandes empresas comerciais. (Saulo)

**Imagem 39**

Imigração nos anos 2000:  
bolivianos.



Foto da autora, 16/09/2007,  
Belenzinho, São Paulo.

**Imagem 40**

Casarão da família Lopes.  
Este imóvel encontra-se  
fechado aguardando o  
desfecho de negociação de  
herança. Ao lado, casarão  
pertencente à família  
tradicional que se encontra  
encortiçado. Ao fundo,  
fábrica ainda em atividade.



Foto da autora, 16/09/2007, Rua  
Herval x Elói Cerqueira,  
Belenzinho, São Paulo.

A análise de Manoel, quando se voltou ao histórico do bairro, corroborou a visão de Saulo. Para ele os imigrantes constituíram a principal força de trabalho da indústria local:

O Belém lá pelo ano de 1910, 1920... os que trabalhavam nessas tecelagens e nessas fábricas de vidro eram italianos, portugueses, iugoslavos. Eles vinham e trabalhavam nessas indústrias, principalmente a raça portuguesa, italiana e iugoslava (Manoel).

Os imigrantes também estiveram presentes na Vila Maria Zélia, onde constituía a maioria dos habitantes, comparado seu número frente aos trabalhadores nacionais residentes naquele espaço. A diferenciação interna entre os imigrantes que morava na Vila Maria Zélia, distinguindo os grupos étnicos, ocorreu por meio de elementos nas fachadas de suas casas, agrupadas em quarteirões específicos, respeitando o critério da etnia. Por meio dos estilos adotados em cada casa foi possível que os grupos se distinguissem e se reconhecessem no espaço da Vila:

Tinha bastante etnia aqui, tanto é que tem quarteirões que foram construídos pela platibanda, se você se ater a esse detalhe então tem platibanda que você percebe que são de espanhóis, tem outras de portugueses, a maioria de italianos, mas tem a última... o último quarteirão da Vila... que são chalés, tipo dos Alpes suíços, foram feitos pelos poloneses. Os prédios maiores eram todos juntos, eram prédios grandes, mas as casas... você vai ver quarteirões inteiros a maioria por italianos e tem essas outras etnias também. (seu Dedé)

Pelo relato de seu Dedé foi possível identificar a solidariedade com os nordestinos, em função da situação em que se encontravam, tendo que se deslocar à cidade de São Paulo em busca de melhores condições de vida o que os levou a abandonar sua terra de origem; a visão de que esse deslocamento ocorreu pela existência de uma rede social na cidade que os acomodava em condição precária nos cortiços; e que essa força de trabalho foi atraída pela oferta de empregos:

Eu acredito, por exemplo, como eu te falei, eu não tenho preconceito, mas eu... eu vi muito pau de arara... coitado do pessoal. Inclusive meu pai cansou de trazer as famílias que vinha até com a roupa toda suja de barro. Porque a Goodyear pegava muita gente, a Goodyear chegou ter mais de dez mil funcionários nessa fábrica, então chegou a ter quatro turmas aí. E aqui tinha algumas pensões e muitas das famílias chegavam com crianças com uma mão na frente e outra atrás. Então tinha o ... Sulima, que era o dono de uma pensão grande... ele também tinha outra aqui na Cachoeira... os caminhões que vinham de pau de arara paravam nas imediações, descia aquela gente.... Então o bairro começou a inchar, então foi esse um dos problemas. (seu Dedé)

Desde 1930, a cidade de São Paulo passou a receber diversos migrantes intra-regionais, no entanto, houve a intensificação dessa transferência a partir da década de 50. Para seu Dedé, eles foram atraídos pela oferta de emprego na indústria e na construção civil. Esse período coincidiu com verticalização do bairro e com a construção de grandes obras viárias, o que acarretou o adensamento populacional dos bairros populares.

Foi nessa época que teve um grande *boom de vir muito nordestino pra cá....* Aí foi inchando, né? E começou acontecer de não ter onde morar. Teve lá atrás, depois foi nos anos 60 que aconteceu isso, veio muita imigração. Que nem eles falam, né?: “Nós que ajudamos a construir São Paulo” e eram *eles mesmos pra pegar no batente*, pra pegar na picareta mesmo, eram eles mesmos. Quando começaram a fazer a Radial Leste, as Marginais, era esse povo. A turma falava *eram os baianos*, mas não era baiano, porque o baiano normalmente, ele não sai de lá, era paraibano, eu não tenho nada contra porque a minha mulher é paraibana. Era paraibano, cearense, mais cearense, né? Pernambucano e juntou tudo, muito mineiro também veio. Então, foi um inchaço esse povo... e a gente percebia isso claramente. (seu Dedé, grifos nossos)

Outro aspecto ressaltado no relato foi a identificação dos nordestinos como baianos, processo semelhante ao vivido pelos imigrantes que forjaram uma identidade “italiana” independente dos seus locais de origem, para ingressarem no

mercado de trabalho no Brasil (Andrade, 1991: 125). Em São Paulo os migrantes tornaram-se “baianos” assim como no Rio de Janeiro eram os “paraíbas”. Ao se forjar essa identidade as diferenças culturais foram mascaradas, acentuando o preconceito contra esses grupos. Os *outsiders* já não eram mais os imigrantes, mas o trabalhador nacional, o nordestino.

Na década de 90, intensificou-se a imigração latino-americana, principalmente de bolivianos, para bairros como Brás, Belenzinho e Pari. Esses trabalhadores empregaram-se em oficinas de costura e confecções, cujos patrões, coreanos, monopolizam o comércio de confecção da região do Brás. Manoel percebeu a chegada dos bolivianos como uma invasão, pois existe uma alta concentração desse grupo no Belenzinho:

Agora o Belém foi invadido por muitos bolivianos. Eles se instalaram no Belém e no Brás, porque eles montam dentro de suas casas oficinas de roupas e eles vêm pro Belém que é um bairro próximo do centro... e tem casos que me disseram que bolivianos alugam uma casa e montam sua industriazinha de tecido e traz 10, 8, 5, 10 filhos... mas eles não incomodam ninguém. (Manoel)

Ao enfatizar que os bolivianos “não incomodam ninguém”, revela-se um aspecto da convivência entre os bolivianos e os brasileiros. Existe pouca interação entre esses grupos e a comunidade boliviana vive bastante segregada no bairro<sup>100</sup>.

Os bolivianos procuram manter a proximidade com seus pares, o que ocorre por meio de encontros, comemorações e festejos realizados, nos finais de semana, na

---

<sup>100</sup> Essa relação também pôde ser analisada por meio do convívio com o grupo adolescente de bolivianos na E.E. Padre Anchieta, onde lecionei (2004-2006). Na escola, esse grupo procura manter pouco contato com os estudantes brasileiros, se relacionando entre seus pares. Uma das dificuldades refere-se à língua, pois boa parte não domina o português o que dificulta sua socialização com os brasileiros e os tornam dependentes daqueles que já estão há mais tempo no Brasil.

região do Brás (Rua Coimbra) (Pereira, 2002). Estas atividades têm como função preservar suas tradições, reafirmar suas identidades e mantê-los próximos à terra natal, ainda que dela estejam distantes.

O relacionamento deles é muito difícil. É muito difícil não pelo nordestino, mas pelo boliviano. Porque o boliviano não se aproxima, até mesmo por medo. O boliviano tem muito medo do brasileiro, não é do nordestino, é do brasileiro, né? Eu não sei se é pelo fato da maioria ser clandestino aqui, então existe uma dificuldade muito grande no relacionamento, na aproximação. Ele não tem nenhuma aproximação. O boliviano só fala com o brasileiro se for por necessidade. (dona Salomé)

A pouca aproximação entre os grupos, além dos fatores apontados, decorreu do imaginário dos brasileiros sobre os hábitos e costumes dos bolivianos, muitas vezes, considerados “sujos”, “baderneiros” e “briguentos”.

Retornando à segregação social, posso afirmar que este fator negativo surgiu após a grande imigração interna, principalmente dos estados nordestinos, a qual se concentrou mais aqui na Zona Leste, pois os moradores achavam que o grande índice de violência que vivemos era causado pela má formação moral e desvio de conduta desses nossos irmãos nordestinos. O que não se pode comprovar estatisticamente. (Saulo)

Cabe ressaltar que os desvios de conduta atribuídos a esse grupo em nada diferem dos enfrentados pelos nordestinos quando de sua chegada à cidade, demonstrando que a visão que recai sobre os indivíduos em uma determinada espacialidade pode, ao longo do tempo, ser modificada. É necessário, portanto, que ocorra a assimilação do grupo tanto no espaço como pelos demais sujeitos. Na medida em que os nordestinos foram incorporados à sociedade paulistana passaram a se ver como *estabelecidos*, porém outros assumiram a sua condição anterior de *outsider*.

### 3.3.7. A segregação socioespacial

As diferenças existentes entre a parte alta e baixa do bairro são percebidas, até pelo olhar mais desatento, pois elas se manifestaram na qualidade do espaço público (arborização, limpeza e conservação), denunciando a condição social dos grupos em relação aos locais onde cada um se concentrou.

A classe média reside principalmente na parte alta do bairro, próximo a estação de metrô e ao centro do bairro em condomínios de médio e alto padrão ou sobrados e casarões. Nessa parte do bairro as ruas são arborizadas e bem sinalizadas. A parte baixa – antiga região de várzea – foi onde se concentrou a população de baixa renda, residindo em cortiços, vilas e fileiras de pequenas casinhas, construídas no entorno de estabelecimentos fabris, muitos dos quais se encontram vazios, e em meio a pequenos bares e lanchonetes. Nessa parte do bairro, nos finais de semana se encontra muitas pessoas pelas ruas, crianças jogando futebol, adultos sentados nas calçadas, contrastando com a parte alta com suas ruas vazias e tranqüilas.

As pessoas de baixa renda e carentes são nordestinas e as pessoas de nível médio... porque nós temos pessoas aqui da classe média e média alta. Nós não temos mais que isso, classe média alta desse lado de lá, né? Do outro lado do Belém. O lado de cá, que eu estou falando, é o lado mais próximo de mim, de onde eu moro, Celso Garcia, né? Agora se aproximando do metrô Bresser, metrô Belém, então aquela região a maioria das pessoas são classe média alta, a gente vê pelas residências, a maneira das pessoas viverem, são totalmente diferentes dessas outras pessoas. Existe uma diferença muito grande da população. Existe a população pobre, carente mesmo, e existe a classe média alta. São dois países diferentes, são dois mundos, não é nem dois países, porque eles não se aproximam. O rico é rico e o pobre é pobre, dá pra perceber no bairro. (dona Salomé)

### Imagem 41

Mutirão do Casarão, com o antigo cortiço preservado, porém não restaurado. O conjunto convive lado-a-lado com o edifício de renda média e outro empreendimento de habitação popular do PAR – Programa de Arrendamento Residencial, da Caixa Econômica Federal.

Foto da autora, 16/09/2007,  
Avenida Celso Garcia.



### Imagem 42

Interior da Vila Maria Zélia. O casario antigo das moradias operárias convive com as intervenções atuais dos já não operários.

Foto da autora, 16/09/2007.



**Imagem 43**

O casario de baixa densidade que serve de moradia aos trabalhadores nacionais e aos bolivianos.

Foto da autora, 16/09/2007, Rua Marcos Arruda, Belenzinho.



**Imagem 44**

No Belenzinho “alto”, há uma quantidade de casarões preservados, com ocupação de famílias tradicionais no bairro que preservam esta arquitetura simbólica de poder econômico.

Foto da autora, 16/09/2007, Rua Conselheiro Cotegipe, Belenzinho.



Tanto a avaliação de dona Salomé como a de seu Dedé têm como referência a parte em que residem no bairro, a parte baixa. Para seu Dedé, a parte alta seria a que menos sofreu degradação em função da condição socioeconômica de seus habitantes:

A parte de cima, por que tem mais condições. O pessoal lá em cima são o que tem mais din-din, né?... Então o pessoal mais pobre mora no entorno aqui da Vila. (seu Dedé)

Questionado sobre a segregação no bairro, Manoel buscou apresentar os fatores que levaram à degradação desse pedaço em oposição à parte alta, que se beneficiou com a proximidade em relação ao metrô, o que gerou a valorização imobiliária:

Antes da Celso Garcia para o Largo do Belém era uma zona comercial, é uma zona que tem apartamentos. Você descendo a Celso Garcia é a Rua Catumbi, é uma rua mais antiga e lá temos muitas indústrias, umas casas mais antigas, tem população mais pobre. A parte de cá é mais valorizada. Inclusive eu tenho loja de calçados e clientes da minha loja que eu converso falam assim: “Eu morava em São Bernardo, Penha, Mooca e comprei um apartamento aqui que é perto do metrô, o que facilita a vida”. Então essas propriedades valorizam muito, porque são perto do metrô. O metro ajudou muito as construções no bairro do Belenzinho. (Manoel)

Para dona Salomé, as diferenças existentes entre as duas partes do bairro devem ser creditada às posturas adotadas pelos seus moradores, que “não fariam sua parte”. No entanto, a interação das pessoas com o espaço também decorrem da sua condição econômica:

Talvez não tenha diferença da Prefeitura, mas tem diferença dos moradores. Não sei se a Prefeitura faz o trabalho por igual, só sei que as pessoas não fazem a parte delas por igual. É assim em limpeza, por exemplo, as ruas da parte da classe média elas são bem mais cuidadas, as calçadas são bonitas, as ruas são limpas, né? As casas sempre tão

pintadinhas na frente, tão bonitinhas. Já a outra parte não, né? A rua é suja, apesar de ter limpeza todo dia, de varrerem todo dia, mas a rua sempre tá suja, as casas não são bem cuidadas, as calçadas são todas esburacadas. Então tem muita diferença. (dona Salomé)

Para os moradores dessa parte do bairro, cuja situação financeira é precária, a sobrevivência da família precederia a conservação do espaço, ainda que se queira responsabilizá-lo pela degradação urbana. A moradia de aluguel não delegou ao locatário a responsabilidade por conservar o logradouro, que seria do proprietário do imóvel, preocupado geralmente com o retorno financeiro baseado no uso e não na condição física do mesmo.

A situação financeira, até uma calçada pra se fazer se gasta dinheiro. Muitas vezes, não, a maioria das vezes a pessoa mora em casa alugada já tem a dificuldade de pagar aluguel, vai fazer a calçada do dono da casa? Não vai. (dona Salomé)

### Imagem 45

Belenzinho na sua parte baixa. Habitação operária e de renda baixa.

Foto da autora, 16/09/2007, Rua Valdemar Dória, Belenzinho.



### Imagem 46

Belenzinho na sua parte mais alta, próximo à estação do metrô Belém, onde se preserva a característica de tranquilo bairro residencial. Observa-se a qualidade das edificações ocupadas por população de renda alta e que não se retiraram dali para outros bairros.

Foto da autora, 16/09/2007, Rua Marcos Arruda, Belenzinho.



### Imagem 47

Avenida Celso Garcia em um dia de domingo: vazia, mas revela a deterioração motivada por sua característica de ligação radial entre bairros da zona leste e o centro da cidade.

Foto da autora, 16/09/2007,  
Avenida Celso Garcia,  
Belenzinho.



### Imagem 48

A favela Néelson Cruz está encravada entre um conjunto residencial de renda média alta e a antiga Febem. Há pressões de todas as partes para retirá-la, a fim de promover a valorização imobiliária da vizinhança e incentivar os moradores do Belenzinho “alto” a frequentarem o futuro Parque do Belém em implantação.

Foto da autora, 16/09/2007, Rua  
Néelson Cruz x Avenida Celso  
Garcia, Belenzinho.



### 3.3.8. Aproximações entre experiências: Mutirão e Vila

Moradores de habitações populares, seu Dedé e dona Salomé compartilham experiências que apresentam pontos em comum: em relação ao número de residências (171 na Vila, 182 no Mutirão), localização dentro do bairro, conflitos internos, ações voltadas à preservação e conservação do espaço. No entanto, a própria produção do espaço foi realizada por agentes opostos na cadeia produtiva: industrial, no caso da Vila e trabalhadores no caso do Mutirão. Também existem diferenças em relação à auto-imagem do espaço e sua relação com o entorno, onde estes conjuntos estão inseridos. As análises que fizeram de seus respectivos territórios foram exploradas em suas histórias de vida (conforme **capítulo 3.2**). Era interessante perceber a visão que dona Salomé e seu Dedé tinham em relação ao local de moradia, um do outro:

É bem diferente e o intuito. O Dr. Street trouxe o pessoal, montou essa vila pros operários da fábrica dele morar. Ali já é uma necessidade social, certo? Por exemplo, acho que o desejo de todo ser humano é trabalhar, juntar um dinheirinho, comprar o seu canto e ali viver, mas uma grande parte não consegue porque ou você junta o dinheiro ou você come, entendeu? E a pessoa acaba não tendo o dinheiro e indo pra algum lugar pra tentar. (seu Dedé)

Quando questionado em relação a sua aproximação por serem moradias populares, seu Dedé apontou que não existiria nenhuma aproximação, mas sua justificativa exemplificou que ambos os grupos necessitavam de moradia e almejavam adquirir um “canto seu”. Ao mesmo tempo, se observou que o fato de o Mutirão do Casarão ser o resultado da luta pelo espaço empreendida pelo Movimento de Moradia e da Vila ser uma “concessão” do patrão (enquanto agente promotor da moradia), estabeleceu para seu Dedé uma diferenciação no perfil dos

moradores residentes nesses locais, ainda que pertencessem à mesma classe social. E na Vila existiriam pessoas com boa situação financeira, diferente do Mutirão por ele visto como um projeto social:

Eu não gosto de citar, mas nós temos pessoas que são abastadas aqui dentro e ficam aqui por causa da tranquilidade. Porque tem condições de morar nesses lugares de rico aí, porque eles têm dinheiro, mas ficam aqui por causa da tranquilidade. (seu Dedé)

Leitura diferente fez dona Salomé, que aproximou as experiências de habitação popular, ainda que ressaltasse o histórico da Vila, evidenciando a consciência sobre os agentes promotores dessas iniciativas.

A Maria Zélia hoje também é pobre, moram lá pessoas pobres. Por que o que é a Maria Zélia hoje? A Maria Zélia é os idosos, que a maioria dos donos lá são idosos. Porque a Maria Zélia você sabe que ela tem uma história, ela veio de uma pessoa que tinha indústrias, que era do dono da Fábrica de Juta e aquelas casas foram construídas para os funcionários dele, onde tinha escola, onde tinha tudo e, com o passar dos anos as coisas foram dificultando, as pessoas foram vendendo também. Hoje já tem outros donos, lá tem muita casa se acabando, lá tem muitas pessoas de idade morando sozinhas, lá tem as escolas que estão se acabando de se acabar. A Maria Zélia tá muita acabada, dá dó, dizem que vão reformar agora... não sei, restaurar. Mas lá hoje, também tem muita gente pobre. É aquele que possui uma casa e uma aposentadoria de R\$ 380,00, né? Ele só possui só a casa dele, mas nada. Então a Maria Zélia hoje quase não tem pessoas de classe média alta mais.

A luta contra a degradação do espaço e a preservação dos imóveis que são referências de suas histórias vem se desenvolvendo nos dois lugares, o que para dona Salomé é outro ponto em comum. O Mutirão do Casarão espera por recursos que possam financiar a reforma do prédio onde funcionou o cortiço e na Vila aguarda-se o restauro dos prédios onde funcionaram as escolas, armazéns, farmácia, oficina e refeitório.

Sobre a preservação certamente os pensamentos são iguais, só que nós nunca chegamos a discutir o assunto em nenhuma instância que desse uma discussão boa entre o Casarão e os casarões [se referindo aos prédios da Vila Maria Zélia] (dona Salomé)

A exposição à mídia e o fato de ser tombada auxiliaram na sensibilização da sociedade civil para o estado de degradação em que se encontram os prédios da Vila Maria Zélia. Com o tombamento se reconheceu o valor histórico dessa vila operária por sua arquitetura e por ser um exemplar de um empreendimento pouco comum na cidade de São Paulo. Em relação ao Mutirão do Casarão, o desejo de restaurar o prédio que abrigou o cortiço – que deu origem ao nome do mutirão – significa a possibilidade de conservar o imóvel-símbolo da luta daqueles moradores por cidadania. A preservação também destacaria a ação do Movimento de Moradia pelo direito à cidade e a mudança no paradigma de atendimento da moradia popular, assegurando a permanência dos moradores no local onde já residiam.

A Vila Maria Zélia, para sua preservação<sup>101</sup>, contou com a mobilização da sociedade civil e do poder público, situação que não ocorreu em relação ao prédio do Casarão, que não teve qualquer iniciativa de seu proprietário, a Secretaria de Habitação do Município, ficando a cargo da coordenação do Mutirão, com a ajuda de alguns parceiros, tentar arrecadar fundos para seu restauro.

A imagem que seu Dedé guardou do cortiço Casarão destacou a percepção coletiva sobre aquele espaço antes da intervenção, confirmando também pelo depoimento de dona Salomé que afirmou sentir medo do local. Os conflitos vividos dentro do cortiço, geralmente extrapolavam o seu espaço físico, sendo partilhado pela vizinhança. A presença constante da polícia chamada ao local para apartar

---

<sup>101</sup> Ainda que as obras de restauro não tenham iniciado, o convênio entre a Prefeitura, Inss e Centro Paula Souza apontam para a efetivação de um projeto no local

brigas era um indício dessa relação. No local, antes da intervenção, existia o tráfico de drogas o que contribuiu para a consolidação da imagem negativa desse local no bairro.

Porque antes ficava aquele monte de roupa pendurada, briga, vira e mexe tinha polícia lá, eu não sei se era briga das mulheres mesmo que tinha por lá ou se era droga mesmo, porque eu nunca me enfrontei. Então vira-e-mexe, era normal chamarem a polícia, como nessas pensões, entendeu? Ninguém mora sozinho numa pensão, sem a família ou é porque a família tá longe ou ele tá numa situação difícil, alguma coisa tem. Porque numa pensão você encontra de tudo: tem gente maravilhosa, trabalhadora, mas tem camarada que tá se escondendo até da família ou de algum azar que ele fez. (seu Dedé)

Para seu Dedé a mudança dessa imagem se associou ao início das obras do Mutirão, modificando não só a visão que se tinha do lugar, mas as condições habitacionais de seus moradores:

Ali a visibilidade quando começou a Erundina a trabalhar, *melhorou muito*. Inclusive eu acho que a frequência daquelas pessoas que arrumavam confusão diminuiu bastante ou sumiu, porque eu nunca mais vi negócio de polícia... essas coisas lá eu nunca mais vi. Então, se bem que hoje, bem pouco eu vou pra lá, mas antigamente eu passava todo dia na porta, pra ir e pra voltar do trabalho. Então eu acompanhei mais ou menos o processo, *foi um ganho* muito grande que a Erundina deu ali para aquele povo, sem dúvida nenhuma, é tudo gente boa que mora ali. (seu Dedé)

### **3.3.9. A renovação urbana**

A existência de muitos terrenos vazios, galpões subutilizados ou abandonados no bairro possibilitou a renovação urbana por meio da construção de prédios de médio e alto padrão. A princípio, esse processo se restringiu à parte alta do bairro em direção a estação do metrô, para depois se expandir na parte baixa, onde se concentram a maior parte desses galpões fabris.

Mas começou a acontecer agora. Tem uns espigões, o “Projeto Viver” ali na Celso Garcia acho que já mora 7 mil pessoas. Então a tendência no Belém é acontecer isso também. Tem muitas ruas na parte de cima do Belém: a Padre Adelino, Rua Herval, Dr. Clementino. Tem muito casarão hoje, com o tempo vai acontecer de virar esses espigões, onde começa esse pessoal que tem muito dinheiro, que começa a fazer coisa bonita, o pessoal vai acompanhando. Começou a cair pra Mooca e da Mooca pra parte de cima do Belém e pra parte de baixo, tá chegando aqui na parte de baixo. A tendência é descer. (seu Dedé)

Em todos os depoimentos esse processo foi avaliado como irreversível em função dos atrativos que o bairro oferecia: potencial construtivo, boa infra-estrutura, facilidade de acesso em função do sistema de transporte (metrô e ônibus), proximidade com a região central. Ao mesmo tempo, a renovação do bairro traz a preocupação em relação a seus efeitos para a população mais pobre.

Porque todo lugar que fica abandonado e fechado você sabe, vira um depósito de lixo e ninguém quer ter um depósito de lixo na rua que mora, na calçada que passa. Funciona assim mesmo, infelizmente... Se não fosse tombada a Vila, poderia acontecer aqui, então infelizmente é assim. Infelizmente no bairro vai ter muito espigão, na rua da feira tem bastante moradia coletiva, tem muita casa grande, bonita, com certeza a rua da feira logo vem abaixo, logo com certeza já vai aparecer os espigões, porque o cara comprou três ou quatro terrenos... aquelas casas são enormes, compra três ou quatro casas grandes daquelas, fica um espaço grande pra construir um espigão com área de lazer e tudo. (Seu Dedé)

Para dona Salomé, a onda imobiliária destes últimos anos e a nova ocupação do bairro, não trouxe como contrapartida a geração de empregos na região, o que traria efeitos positivos ao grupo mais carente residente no bairro:

Eu não sei. Eu não sei se é bom, porque em nenhum momento eu vi nada que beneficiasse a população carente, porque tem a moradia dos ricos que tão saindo de casa talvez de manhã, voltando à noite com a sua riqueza fechada dentro da sua casa e

a pobreza continua do mesmo jeito. Não tem uma indústria, não tem um lojista novo que abriu uma grande loja, que abriu uma grande firma que receba essas pessoas. Então continua o mesmo. Você vê ali na Martins Fontes foram construídos três ou foi quatro prédios enormes, quer vê? Só aumentou a população e o comércio cada dia diminui mais, cada dia que você passa mais você vê comércio fechado. (dona Salomé)

Ao mesmo tempo em que as antigas fábricas se transformam em moradias, uma unidade do complexo da Febem foi desativada para se tornar um parque, o que provavelmente servirá como mais um atrativo às incorporadoras. A abordagem sobre os efeitos dessa proposta acentuou o antagonismo existente no espaço urbano, pois entrincheirada entre o futuro parque e um condomínio instalado no bairro, existe uma favela, que passou a ser vista como um problema:

Nós não temos centro de lazer, onde era a FEBEM antigamente vai ser transformada no Parque Estadual do Belém. Era uma antiga reivindicação dos moradores acabar com a Febem. Existe na Celso Garcia uma favela, que infelizmente é perto do Parque Estadual do Belém. Uma das causas que está demorando pra ser inaugurado o parque é que a favela é pegada, e a prefeitura e as entidades do bairro estão tentando que o governo leve esses moradores da favela pro Cdhu e tal. Porque metade da população dessa favela é boa e dizem que metade é ruim e todos temos medo, que lá no parque será freqüentado pelos maus elementos dessa favela, o que iria estragar a freqüência do parque. (Manoel)

Implantado no terreno da antiga Febem, o parque tenta modificar a memória da violência e medo ligados a este lugar que causou muitos transtornos aos moradores do entorno e contribuiu para a desvalorização dos imóveis do entorno. Neste depoimento a permanência da favela neste local representaria a permanência da memória que se pretende apagar. A favela é o elemento antigo, indesejavelmente preservado, ante o bairro que se renova.

### Imagem 49

A verticalização avançada acelerada junto ao centro tradicional do Belenzinho, promovendo a derrubada dos antigos galpões das vidrarias.

Foto da autora, 16/09/2007, Rua Cajuru, Belenzinho, São Paulo.



### Imagem 50

Lançamento imobiliário entre Rua Passos, Elói Cerqueira, Júlio de Castilhos e Dr. Clementino. Na publicidade exalta-se e vende-se o caráter de tranquilidade do bairro.

Foto da autora, 16/09/2007, Rua Passos, Belenzinho, São Paulo.



A avaliação de seu Dedé é totalmente contrária a de Manoel, para ele as pessoas devem ser mantidas no local em que estão e o parque deve ser visto como possibilidade de realização desse projeto. Sua fala demonstra ainda, o antagonismo em relação à visão sobre o papel do poder público, pois para Manoel a prefeitura deve ajudar na transferência da população da favela, enquanto para seu Dedé ela deve assegurar a permanência dessas pessoas no bairro.

Eu nem gosto de usar esse termo favela, porque quem mora na favela? Ninguém tá morando lá porque gosta ou tem prazer de morar numa habitação coletiva, as pessoas quando chegam nesse extremo de morar num lugar menos favorecido, é circunstância da vida, né? Então eu acho que, se o Parque Belém vai ser revitalizado, vai ser feito a inauguração, eu queria sugerir ali onde tem a favela Néelson Cruz que melhorasse, fizesse casa de alvenaria, fizesse uma reurbanização. Deixasse aquele mesmo pessoal, porque não é tão grande quanto a Heliópolis, é pequeno ali... Deixasse aquele mesmo pessoal ali, mas com uma moradia de mais qualidade, não tirar eles dali e jogar pra mais longe, porque eles já estão ali por tanto tempo, né? Eu acho que devia ser feito um trabalho assim pelo pessoal da Sub-Mooça, porque não adianta se eles entendem que é problema, vai jogar pro outro? Vamos resolver aqui, vamos dar condições. (seu Dedé)

Esses antagonismos em relação à favela podem ser replicados em relação a todo o bairro que passa por diversas transformações. O diálogo entre o velho e o novo, entre a perpetuação de uma memória e a sua destruição estão impressos sob diversos aspectos e em quase todos os lugares.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da formação do espaço urbano na cidade de São Paulo, demarcado por fronteiras invisíveis separando os bairros da elite dos de trabalhadores, se entendeu a ocupação do bairro Belenzinho e a distribuição dos grupos sociais nele residentes. Se a segregação foi marca da organização espacial da cidade, dela resultou o espraiamento da malha urbana e o estabelecimento dos lugares onde se concentrou a força de trabalho e as indústrias. Dessa forma, surgiram os bairros operários implantados ao longo das regiões de várzea dos Rios Tamanduateí e Tietê, onde a população permaneceu separada daqueles que possuíam maior poder aquisitivo.

A leitura do espaço urbano por meio de dois projetos de moradia popular, produzidos por agentes opostos no mundo do trabalho – industrial e trabalhadores, permitiu refletir sobre a constituição de territórios segregados no bairro Belenzinho e como as contradições sociais se manifestaram e foram combatidas por esses dois grupos.

Com o crescimento demográfico e a implantação do parque industrial paulistano, a moradia se tornou um grave problema, decorrente da ausência de habitações populares em boas condições e compatíveis com os salários recebidos pelos trabalhadores. Em princípios do século XX, a vila operária era o contraponto à vida no cortiço, por ser um modelo higiênico de moradia popular voltado a disciplinarização dos trabalhadores e ao estabelecimento de novos costumes e hábitos, compatíveis com os valores da sociedade burguesa, já o cortiço era visto como foco de doenças contagiosas e ambiente propício ao desvio moral de seus

habitantes.

No Belenzinho se localizou duas experiências emblemáticas de solução habitacional para a moradia popular, ainda que não tenham se transformado em modelos reproduzidos em larga escala dentro da cidade: a Vila Maria Zélia e o Mutirão do Casarão, projetos que foram realizados em períodos onde o debate acerca da moradia popular tornou-se relevante: no início do século XX devido ao afluxo de mão-de-obra à cidade, e no final dos anos 1980, quando o modelo lote periférico – moradia autoconstruída consolidou-se dando sinais de esgotamento.

A Vila Maria Zélia representou um dos poucos exemplos do modelo de vila operária (cidadela) implantada na cidade de São Paulo, padrão que foi reproduzido em maior quantidade no interior do Estado. Idealizada pelo industrial Jorge Street e construída entre 1912 e 1917 para alojar trabalhadores da Cia. Nacional de Tecido de Juta (Cntj), funcionários da Fábrica Maria Zélia.

Esta vila foi implantada em amplo terreno onde se edificou além das casas, equipamentos comunitários e de lazer. As residências se destinavam aos operários especializados e as famílias com mais de três membros empregados na fábrica com distintas funções. Os equipamentos nela instalados, permitiram que o cotidiano de seus moradores se circunscrevesse nesse espaço, assegurando pouco contato com o entorno e o bairro. Dentro da lógica capitalista, o retorno financeiro desse empreendimento deu-se pelo desconto, diretamente na folha de pagamento dos trabalhadores, dos aluguéis e gastos realizados na mercearia e farmácia.

No final da década de 1980, os moradores de cortiços dos bairros Brás, Mooca e Belenzinho, se mobilizaram para chamar a atenção da sociedade para as condições dos cortiços: péssimas condições sanitárias, superlotação de cômodos,

aumento abusivos dos aluguéis. Passaram a reivindicar do poder público municipal o estabelecimento de um programa específico de atendimento dessa demanda.

O Mutirão do Casarão simbolizou a vitória do Movimento de Encortiçados reconhecidos como interlocutores importantes na cidade por sua atuação e inovou no tipo de atendimento realizado pelos programas de habitação popular por assegurar o atendimento da população nos seus locais de residência, mudando o paradigma do deslocamento dos grupos para a periferia da cidade. Também se reconheceu que a produção de moradias de interesse social era instrumento de cidadania, ajudando a combater o preconceito a que os moradores de cortiços estavam expostos.

Enquanto projeto-piloto para áreas encortiçadas, o Mutirão do Casarão adotou o sistema de autogestão, permitindo ao grupo participante fiscalizar as obras e acompanhar seu desenvolvimento, assessorado por técnicos contratados por eles. O trabalho social visou o entrosamento das famílias mutirantes durante a obra, pois os participantes eram oriundos de diversos cortiços da região, além da demanda do próprio cortiço Casarão. O longo período para realização das obras (1991-1997), com a total paralisação em 1996 pelo poder municipal, se apresentou como um entrave à organização das famílias, que o inauguraram sem que estivesse efetivamente concluído, o que veio a ocorrer somente em 2001.

Ao se mudar para um local inacabado e que não dispunha de infra-estrutura adequada, as condições internas do cortiço se transpôs à nova moradia, acarretando a dificuldade de organização das famílias, problemas de convivência entre os moradores, a divisão interna dos grupos residentes e a segregação. Isto se contrapôs ao projeto de intervenção física no cortiço e da transformação deste espaço, pois buscava modificar a imagem a ele associada, onde degradação e marginalidade

passaram a classificar, muitas vezes, as pessoas ali residentes.

Por meio da comparação possível entre esses dois projetos, se analisou a experiência da moradia popular em diálogo com o espaço urbano. Observou-se aspectos da convivência com os demais grupos residentes no bairro, a constituição da auto-imagem e a sua inserção no bairro, ao mesmo tempo, em que se refletiu sobre a construção da segregação sócioespacial no bairro. A relação da Vila e do Mutirão com o espaço pautou-se pela leitura que cada grupo fez a partir de sua experiência de moradia.

Na Maria Zélia, ainda que, na década de 40, se tenha desarticulado o controle patronal sobre o espaço, a forma como esse projeto foi implantado e os instrumentos que asseguraram seu distanciamento do entorno foram determinantes na incorporação desse processo por seus moradores, que o enxergaram como um benefício do lugar. Para que essa característica se mantivesse, foi necessário garantir mecanismos de distanciamento com o entorno: estabelecimento de barreiras físicas, delimitação de seu território, conservação de equipamentos de lazer privativo e pouca rotatividade entre os proprietários dos imóveis.

A instalação de barreiras físicas (muros, portão, guarita e vigilante) assegurando a separação de seu território com o entorno, o lazer exclusivo e o confinamento dos moradores nesse espaço, fizeram com que a Vila se associasse a idéia de condomínio fechado. Assim, se protegeria do bairro, dos cortiços e galpões industriais que a rodeavam, conservando a tranquilidade e a privacidade do lugar. Essa imagem reproduz a visão da classe média em relação à proteção em enclaves fortificados, onde estaria protegida da violência urbana.

Embora a violência não seja um elemento presente na narrativa sobre o

lugar e sim o seu medo, ao se manter os instrumentos de controle sobre o território e defender o aparato de segurança se reforçou a imagem associada ao enclave. A segregação observada na Vila permitiu inferir que ali esse processo se deu de “dentro” para “fora”, aprofundando o distanciamento com o entorno ao mesmo tempo em que se consolidou a auto-imagem de “lugar diferenciado”.

Os moradores buscaram controlar esse território, assegurando que as casas da Vila fossem adquiridas por membros da mesma família, evitando que pessoas sem ligações de parentesco com o lugar para ali viessem. Essa tentativa de controle, no entanto, não assegurou que as casas se mantivessem somente nas mãos dos descendentes de seus primeiros moradores, porém conferiu certa coesão ao grupo.

O Mutirão do Casarão representou, enquanto intervenção urbana, a transformação do espaço do antigo cortiço em moradia popular. Além de transformar o espaço buscou-se modificar a imagem associada aos moradores de cortiços, disseminada na cidade. A imagem associando seus moradores à marginalidade e a vida sem controle, não esteve somente no olhar externo. Internamente as pessoas utilizaram esse imaginário para segregar dentro do conjunto, os moradores oriundos do cortiço Casarão. Os padrões que conferiram o rótulo de *outsiders* aos moradores do conjunto foram reproduzidos dentro do grupo, identificando aqueles que insistiram em manter os antigos hábitos do cortiço. Portanto, dentro do conjunto, estes moradores foram agrupados em um mesmo prédio e passaram a ser vistos como *outsiders*. Ainda que a construção do Mutirão do Casarão tenha alterado a imagem do antigo espaço, persistiu na relação de vizinhança a diferenciação de seus moradores.

Chamou-nos a atenção, a visão que os moradores do conjunto tinham sobre

si e sobre a sua condição, sendo a auto-imagem contaminada com os valores exteriores ao grupo. A segregação vivida pelo Mutirão do Casarão em relação ao entorno, foi “de fora” para “dentro”, ainda que internamente ela também se processasse em relação ao grupo que residiu no cortiço Casarão, apartados dos demais involuntariamente.

Ao fragmentar o bairro as intervenções urbanas das décadas de 1960 e 70 (Avenida Radial Leste e Metrô), consolidaram fronteiras espaciais que definiram um padrão segregativo ao Belenzinho. A parte baixa, antiga região de várzea, permaneceu ocupada pela moradia popular, enquanto no entorno do centro do bairro, se instalaram os grupos com maior poder aquisitivo. A formação desses dois territórios expressou-se na qualidade dos espaços públicos (ruas, calçadas) e pela conservação dos imóveis. O atual processo de valorização imobiliária da região, com a existência de muitos imóveis vagos, apontou no sentido da renovação urbana, com a conseqüente expulsão dos grupos mais pobres, proposta que polariza opiniões.

O Mutirão do Casarão e a Vila Maria Zélia garantiram sua permanência no espaço por meio das ações que empreenderam: o Mutirão, fruto da mobilização dos moradores tornou-se um bem público e a Vila, por ser tombada, não pode ser demolida e vem empreendendo ações voltadas a tentativa de preservar as memórias de seus espaços, cujos prédios encontram-se em elevado grau de deterioração. Sem uso esses espaços expressam o descaso com a memória e tem ficado a cargo das pessoas que se sentem seus guardiões, desenvolver ações voltadas a sua restauração.

O caso da Vila Maria Zélia aponta para um desfecho feliz, na medida em que foi firmado convênio entre entidades públicas para reforma dos seis prédios

tombados. Em relação às casas, ainda que estejam em área envoltória de bem tomado, a maior parte já se descaracterizou e não existe qualquer ação por parte do poder público, para evitar sua destruição.

O prédio que abrigou o cortiço Casarão atualmente encontra-se fechado. A associação que administra o Mutirão não possui fundos para qualquer intervenção nesse espaço em total estado de deterioração (o forro desabou, as janelas caíram, vários elementos de sua fachada estão se perdendo). Símbolo da luta por moradia na área central, o projeto desenvolvido pelos moradores para transformar esse espaço em um centro de memória e convivência, não conseguiu atrair qualquer tipo de investimento e o poder público, embora se diga comprometido com o espaço, não promoveu qualquer ação para evitar sua degradação.

Apesar da importância do Mutirão do Casarão, ele não foi uma experiência que se reproduziu na cidade nem se tornou reivindicação dos Movimentos de Moradia da região central, que mais recentemente tem entre suas bandeiras de luta, o aluguel social e o arrendamento residencial. O trabalho com os moradores de cortiços passou a ser realizado por Ongs, que se voltaram, principalmente, ao atendimento jurídico desse morador, buscando disseminar informações sobre seus direitos. Cabe ressaltar que pouco se alterou no ambiente do cortiço em termos de instalações sanitárias e na lucratividade que ele possibilita ao seu explorador.

Enquanto propostas inovadoras de moradias populares, tanto a Vila Maria Zélia quanto o Mutirão do Casarão se destacaram na paisagem do Belenzinho, ainda que se localizem em sua parte mais degradada. Ao abordarmos esses processos e suas inserções no espaço do bairro buscamos a voz de seus moradores, suas percepções e observações sobre esses espaços. Esperamos de alguma forma, ter

contribuído à preservação de suas memórias e de suas lutas dentro da cidade.

## **BIBLIOGRAFIA**

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 7ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2005.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de; BONDUKI, Nabil; ROSSETTO, Rossella. **Arquitetura e habitação social em São Paulo (1989-1992)**. São Paulo: USP-EESC-DAU, 1993.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MÓOCA. **A luta dos quintais e cortiços da Mooca**. São Paulo: ATRM, 1993.

\_\_\_\_\_. **Mutirões**. São Paulo: ATRM, 1993.

BANDEIRA JR, Antônio Francisco. **A indústria no Estado de São Paulo. 1901**. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1901.

BARROS, José D´Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERLINCK, Manoel Tosat. **O desenvolvimento econômico do Brasil e as migrações internas para São Paulo: uma análise histórica**. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 1974

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BÓGUS, Lúcia Maria M.; WANDERLEY, Luiz Eduardo (orgs.). **A luta pela cidade de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**, 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

\_\_\_\_\_. **Habitação & autogestão - construindo territórios da utopia**. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velho**. 14ª ed., São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 2ª ed. São

- Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_ (org.). **As faces da memória**. Campinas: CMU. (Coleção de Seminários, 2).
- BRANT, Vinícius Caldeira (coord.). **São Paulo, trabalhar e viver**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo, Campinas: Global/Edunicamp, 1985.
- CAMPOS, Cândido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir (orgs.). **São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais**. São Paulo: Senac, 2004.
- CARONE, Edgar. **A Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Senac, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª ed., Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**, São Paulo: EDUSP, 1971. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2. morar e cozinhar**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 2v.

- \_\_\_\_\_. **Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império.** São Paulo: Edusp, 2005.
- FRÚGOLI JR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole.** São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- INSTITUTO NOSSA SENHORA AUXILIADORA. **Belém: uma história que queremos contar.** São Paulo: Insa, 2004.
- INSTITUTO PÓLIS. **Revitalização de Centros Urbanos.** São Paulo: Revista Pólis, 1994, nº 19.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente,** 2ª ed., São Paulo: CEDEC/UNRISD/Paz e Terra, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Escritos Urbanos.** São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª ed., Campinas: UNICAMP, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Por amor às cidades.** São Paulo: EDUNESP, 1998.
- LEVINE, Robert; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais.** São Paulo: Senac, 2005.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre, exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- MATOS, Izilda Santos de. **Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das**

- indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934).** 2ª ed., Rio de Janeiro: 7 Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho.** Bauru: EDUSC, 2002.
- MAUTNER, Yvone; TASCHNER, Suzana Pasternak. **Habitação da pobreza: alternativas de moradia popular em São Paulo,** São Paulo: FAUUSP, 1982.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- MORAES FILHO, Evaristo. **Idéias sociais de Jorge Street.** Brasília: Senado Federal/Fundação. Casa de Rui Barbosa, 1980.
- PASSOS, Maria Lúcia (coord.). **Evolução urbana da cidade de São Paulo. Estruturação de uma cidade industrial: 1872-1945.** São Paulo: Eletropaulo, 1989. (Série Bibliografia, 1)
- PENTEADO, Jacob. **Belenzinho, 1910: retratos de uma época.** 2ª ed., São Paulo, Carrenho Editorial, 2003.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- PICCINI, Andréa. **Cortiços na Cidade: Conceito e Preconceito na Reestruturação do Centro.** São Paulo: Annablume, 2000.
- EMURB. **Área Brás/Bresser: síntese e conclusão.** São Paulo: PLANASA, 1976
- PRADO JR. **Evolução política do Brasil e outros estudos.** 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1971.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- REALI, Ebe. **Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos.** São Paulo: Pioneira/Edusp, 1982.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei.** São Paulo: Studio Nobel, 1997.

- SADER, Eder **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. **Habitação & cidade**. São Paulo: Fauusp/Fapesp, 1998.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1996.
- SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999
- SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu estático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**, São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SILVA, Ana Amélia da (org.). **Moradia e cidadania: um debate em movimento**. São Paulo: Publicações Polis nº 20, 1994.
- SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1981
- SIMÕES JR., José Geraldo. **Cortiços em São Paulo: o problema e suas alternativas**. São Paulo: Revista Pólis, nº 2, 1991.
- TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- THIESES, Icléia; BARROS, Luitgarde Oliveira; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Vozes do Porto: memória e história oral**. Rio de Janeiro: DP&A Editora/UNI-RIO, 2005.
- THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo, Pólis, 1980.
- THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TORRES, Maria Celestina Mendes. **O bairro do Brás**. São Paulo: PMSP/SEC/Depto. De Cultura, 1969. (Coleção dos Bairros de São Paulo).

## DISSERTAÇÕES E TESES

AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. **Habitação, participação popular e cidadania**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura, USP, São Paulo, 2001. 250p.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho**. Tese (Doutorado), Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1991. 253 p.

ARIENTE, Marisa Altomare. **Mulheres em movimento: a participação feminina na luta dos encortiçados pela cidadania em São Paulo**. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 1998, 432p.

COMARÚ, Francisco de Assis. **Intervenção em cortiços na cidade na cidade de São Paulo: mutirão Celso Garcia**. Dissertação (Mestrado). Escola Politécnica, USP, São Paulo, 1998, 180p.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no Sertão: o projeto urbano de Delmiro Gouveia**. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura, USP, São Paulo, 1995, 512p.

DE GRAZIA, Giuseppina Rosaria. **Da autonomia à institucionalização. A proposta de organização independente e autônoma desenvolvida na região da Mooca**, São Paulo. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1997, 245p.

FELIPE, Joel Pereira **Mutirão e autogestão no Jardim São Francisco (1989-1992): movimento de moradia, lugar do arquiteto**. Dissertação (Mestrado), Escola de Engenharia, São Carlos, 1997, 211p.

GONÇALVES, José Roberto. **Espaço, tempo e memória, recompondo a trajetória das vilas populares em Campinas: o exemplo da Vila Castelo Branco**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Artes, Unicamp, 2002, p. 192.

- GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos à feira da Sulanca: uma inserção de migrantes em São Paulo.** Dissertação (Mestrado), Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2002,
- KOHARA, Luiz Tokuzi. **Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços: estudo de casos na área central da cidade de São Paulo.** Dissertação (Mestrado), Escola Politécnica, USP, São Paulo, 1999, 256p.
- MARTIN, André Roberto. **O bairro do Brás e a deterioração urbana.** Dissertação (Mestrado), Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1984.
- MORANGUEIA, Vanderlice de Souza. **Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo.** Dissertação (Mestrado). Departamento de História, FFLCH/USP, São Paulo, 2006. 175p.
- ROLNIK, Raquel. **Cada um no seu lugar. São Paulo, início da industrialização: geografia do poder.** São Paulo. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura, USP, São Paulo, 1981, 343p.
- PEREIRA, Verônica Sales. **Brás: canteiros da memória na modernidade de São Paulo.** Tese (Doutorado), Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 2002, 351p.
- SILVA, Sidney Antônio. **Costurando sonhos: etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo.** Dissertação (Mestrado), Prolam, Usp, 1997, 289p.
- TEIXEIRA, Antonio Carlos. **Cortiços, o pequeno espaço do povo.** Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura, USP, São Paulo, 1985, 217p.
- VARÓN, Conceição de Maria Ferraz. **E a história se repete... as vilas operárias e os conjuntos residenciais dos IAPS no Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura, USP, São Paulo, 1988, 309p.
- VILLAÇA, Flávio. **A estrutura territorial da metrópole sul brasileira: áreas residenciais e comerciais.** Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1978.

## ARTIGOS

- ANDRADE, Maria Margarida. Brás, Mooca e Belenzinho: “bairros italianos” na São Paulo além-Tamanduateí. **Revista do Departamento de Geografia**, nº 8, 1994, p. 97-102.
- ANDRADE, Maria Margarida. Brás, Mooca e Belenzinho: formação e dissolução dos antigos bairros “italianos” além-Tamanduateí. **Travessia: Revista do Migrante**, ano XIII, nº 38, 2000, p. 5-10.
- BLAY, Eva Alterman. Dormitórios e vilas operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro In: Valladares, Licia do Prado. **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 143-154.
- BENSEN, Ricardo. A feroz urbanização de São Paulo no início do século. **Revista Histórica**, São Paulo, nº 13, s.d., p. 43-50.
- BONDUKI, Nabil. Origens do problema da habitação popular em São Paulo: primeiros estudos. **Espaço e Debates**, São Paulo, nº 5, 1982, p. 81-111.
- BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. In: Secretaria Municipal de Cultura. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 145-149.
- BRESCIANI, Maria Stella. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: FERREIRA, Antonio Celso; DE LUCA, Tânia Regina; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.) **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP/ANPUH-SP, 1999, p. 11-45.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 47, 1997, p. 155-176.
- CAMPOS, Candido Malta. Construção e desconstrução do centro paulistano. **Ciência & Cultura**, v. 56, nº 2, 2004, p. 33-37.
- CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. Imagens do conforto: a casa operária nas primeiras década do séc. XX em São Paulo In: BRESCIANI, Stella (org.) **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH-SP/ Marco Zero/FAPESP, 1993, p. 122-146.
- CORDEIRO, Simone Lucena. Moradia popular na cidade de São Paulo (1930-1940):

- projetos e ambições. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo do Estado, São Paulo*, nº 1, 2005. Disponível em: [www.historica.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br)
- DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e cidadania. In: Secretaria Municipal de Cultura. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 129-136.
- FELDMAN, Sarah (ed.) A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 24, nº 45, 2004, p. 87-109.
- FERNANDES, Ana. Bairros centrais industriais de São Paulo: uma primeira aproximação. **Espaço e Debates**, São Paulo, nº 17, 1986, p. 67-78.
- JORGE, Janes. Rios e várzeas na urbanização de São Paulo 1890-1940. **Revista Histórica**, São Paulo, nº 11, 2003, p. 9-15.
- KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 63, 2002, p. 9- 30.
- LEME, Régis; KAREPOVS, Dainis. “Maria Zélia” um presídio na época de Vargas. *Cadernos CEMAP, São Paulo, ano II, nº 2, 1985, p. 10-49.*
- MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 24, nº 45, 2004, p. 24-33.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, vol. 3, p. 131-214.
- MARTIN, André Roberto; FRUGÓLI, Jr., Heitor. Braz do Brasil, Braz do todo mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, nº 6, 1992, p. 105-111.
- NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Candido Malta; ROLNIK, Raquel. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In: **EMURB: Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: PMSP/CEBRAP/CEM, 2004, p. 124-158.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, nº 10, 1993, p. 7-28.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no

- meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 26-67.
- PETRONE, P. A cidade de São Paulo no século XX. **Revista de História**, São Paulo, nº 21-22, 1955, p. 127-170.
- PIERSON, Donald. Habitações de São Paulo: estudo comparativo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. LXXXI, ano VII, 1942, p. 199-234.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, nº 10, 1992, p. 200-212,.
- PRÉTECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 24, nº 45, 2004, p. 11-23.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, nº 15, 1997, p. 13-33.
- \_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, nº 14, 1997, p. 25-39.
- RIBEIROS, Luiz César de Queiroz. Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, nº 13, 2005, p. 47-70.
- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana. **Espaço e Debates**, São Paulo, nº37, 1994, p. 19-33.
- SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.) **Georg Simmel**. São Paulo: Ed. Ática, 1983, p. 182-188.
- VÉRAS, Maura Bicudo Pardini.. Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, nº 2, 1999, p. 233-292.
- VILLAÇA, Flávio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, Maria Adélia; et. al. **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Cedesp, 1999, p. 221-236.

## **ANEXOS**

## Carta do Movimento de Cortiços a Prefeitura

São Paulo, 8 de abril de 1991

À PREFEITA LUIZA ERUNDINA  
À POPULAÇÃO DE SÃO PAULO

O Movimento dos Quintais e Cortiços da Leste I - Brás, Belém e Mooca - composto por mais de mil famílias, depois de 2 anos de exaustivas negociações com os setores responsáveis da Secretaria da Habitação do Município, vê-se obrigado a exigir uma solução definitiva para desemperrar os Projetos Celso Garcia e Madre de Deus, além do atendimento urgente de outras reivindicações:

### 1. PROJETO MADRE DE DEUS E CELSO GARCIA PRECISAM SAIR DO PAPEL

A importância da realização dos dois projetos já foi colocada por nós inúmeras vezes. Temos clareza de que a aprovação desta proposta só foi possível nesta Administração. A reivindicação de moradia popular nas áreas centrais para moradores de cortiços, foi sempre rejeitada e ridicularizada pelos governos anteriores. Por isso, o compromisso assumido pela Sra. Prefeita em junho de 1989, em desapropriar os dois cortiços na Mooca e Brás, assegurou pela primeira vez o direito de nós trabalhadores termos uma moradia decente nos próprios locais onde já moramos, na cidade que nós ajudamos a construir, sem continuar sendo expulsos para as vilas mais distantes. Abriu também novas alternativas de intervenção nos cortiços, criando uma referência para administrações futuras.

No entanto, apesar de amplamente propagandeados pela própria prefeitura, depois de quase dois anos, e mais de meia centena de reuniões, constatamos hoje que estes projetos não saíram do papel. E tudo o que foi feito até agora foi com a maior lentidão possível: somente 6 meses depois do compromisso público da Prefeita, ou seja, em dezembro de 89 foi publicado o DIS (Decreto de Interesse Social) das duas áreas. Só oito meses depois do DIS foram efetuadas as primeiras compras de terrenos. Hoje, depois de um ano e 4 meses da publicação do DIS apenas 3 dos 9 imóveis foram efetivamente comprados pela Prefeitura. Os outros ainda estão em processo de negociação, o que impede o início das obras.

As justificativas para a lentidão sempre são atribuídas a questões "técnicas" (burocracia, lentidão no Desap, falta de pessoal, ausência de um jurista, etc). No nosso entender porém, por trás das "questões técnicas", o que está em jogo na verdade, é uma decisão política que reflete o mesmo descaso que tem caracterizado todos os governos frente a um dos problemas habitacionais mais graves da cidade - o problema dos cortiços.

Nossa situação é precária demais para que possamos esperar indefinidamente. Nossa paciência se esgotou. A continuar nesse ritmo, nada nos garante que estes projetos serão concluídos nesta Administração, o que coloca em risco a efetivação destas conquistas.

### 2. QUEREMOS UMA POLÍTICA PARA CORTIÇOS

O aspecto mais grave de toda esta demora, é que os poucos projetos existentes, deixarão de ser "Projetos Piloto" (já são conhecidos como "Projetos Tartaruga"): serão simplesmente os únicos, o que confirma a ausência de uma política global à problemática das moradias coletivas.

Sabemos que a Prefeitura de São Paulo não é a única responsável pelos nossos problemas, e nem poderia solucionar todo o déficit habitacional dos quase 4 milhões de moradores de cortiços. O principal responsável pela situação em que nos encontramos é o sistema econômico, que suga nosso sangue, nos sa saúde e nossas forças em benefício da classe que nos explora e domina.

Com os salários que recebemos, aos trabalhadores não sobra nem o direito de um canto para viver. Nos quintais, cortiços e pensões em que moramos, somos obrigados a viver em condições que deveriam ser proibidas até mesmo para um animal.

## Campanha dos 100 Mil

São Paulo, 12 de março de 1995.

Prezado amigo,

O **MUTIRÃO DO CASARÃO** teve início em dezembro de 1991:

Infelizmente, graças à insensibilidade do atual prefeito de São Paulo e de sua equipe na Secretaria da Habitação, estamos com as obras paralisadas desde fevereiro de 1993, ou seja mais de 1 ano, **com 70% dos serviços já concluídos**.

Somos 182 famílias de moradores de cortiços e casas de aluguel do Brás, Belém e Moóca, que estamos construindo, com as nossas próprias mãos, o nosso sonho e a nossa necessidade que são as nossas moradias.

Cansados de cumprir as exigências da Administração Paulo Maluf e de enfrentar somente mentiras, descaso e longa espera, resolvemos concluir as obras com os nossos próprios recursos e com a ajuda de nossos amigos.

Por isto estamos em campanha: **SOS-MUTIRÃO!**

Precisamos arrecadar **100 mil reais** para o término da superestrutura de nossos prédios.

Sabemos das enormes dificuldades que passa o povo brasileiro e, principalmente, o paulistano, que sente os efeitos da política do atual prefeito da cidade nas áreas sociais. É difícil, quase humilhante, termos que recorrer aos amigos para suprir esta obrigação que a prefeitura tem conosco.

Porém, estamos em luta, inclusive na Justiça, para garantirmos o nosso direito mais elementar: um teto.

Como você pode contribuir?

Este cartão que você está recebendo, tem um valor simbólico de **10 reais**. Se você quiser adquiri-lo já estará contribuindo muito para a continuidade de nossa luta.

Este cartão, por exemplo, foi contribuição de uma entidade que nos tem ajudado em nossa luta: a Fundação Samuel.

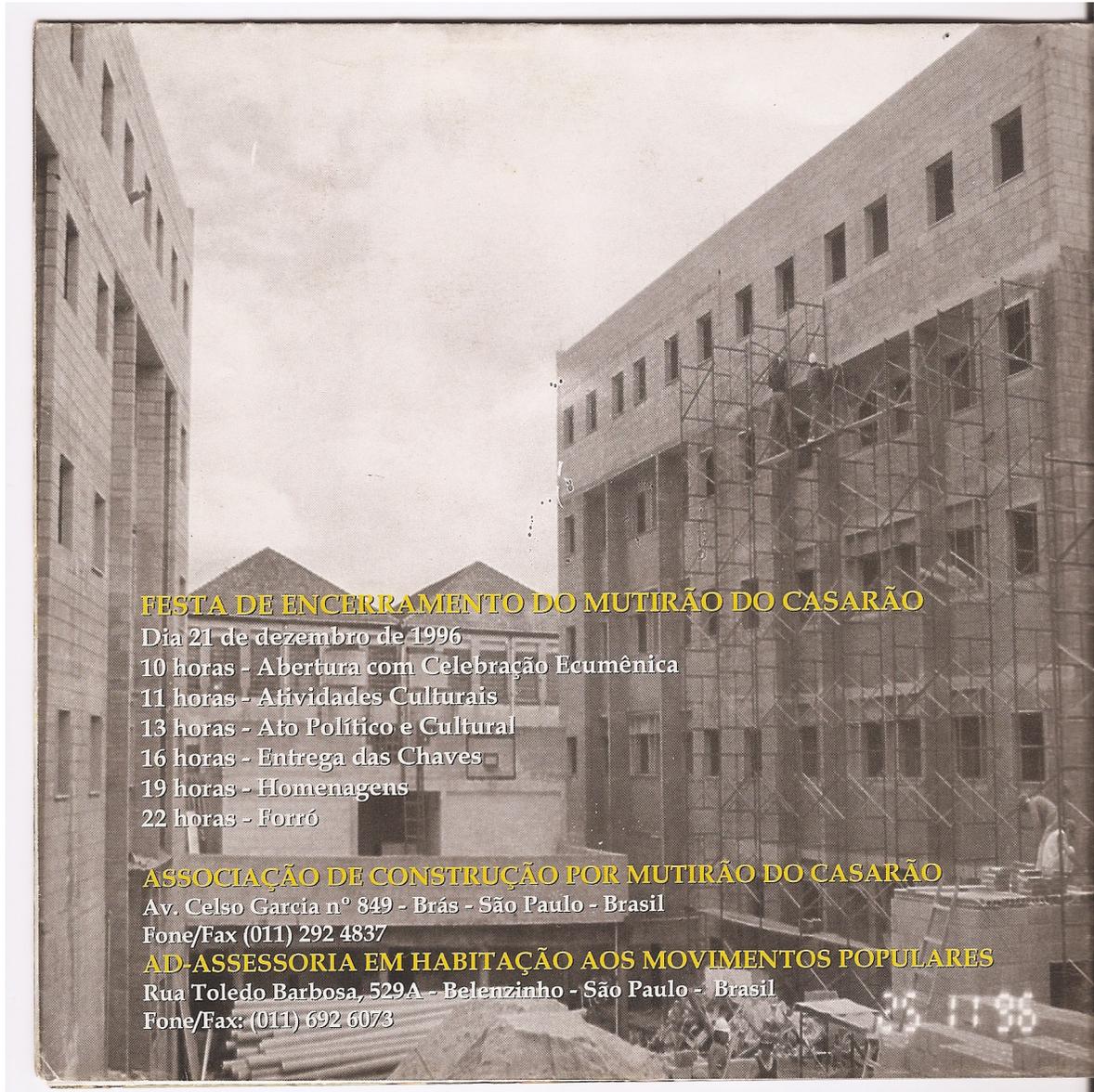
Assim, se você puder contribuir também, ficaremos imensa e profundamente agradecidos.

Antecipadamente, queremos convidá-lo para participar conosco da nossa alegria e de nossas famílias, neste exercício de construção de casas e de cidadania.

Um grande abraço.

pelo **MUTIRÃO DO CASARÃO**  
Maria Nilce Ferreira Souto  
João de Carvalho Miranda  
Maria Anilza Nepomuceno

## Convite de Inauguração



## Roteiro de Entrevistas

### Roteiro de Entrevistas (Depoimento)

#### Dados Pessoais:

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Escolaridade:

Profissão:

Endereço:

Filhos:

#### Trajatória no bairro

Moradia

Escola

#### Informações sobre o antes:

Chegada ao bairro

Motivações

Como era o bairro nesse momento? (comércio, etc)

Quem eram os moradores do bairro? (perfil, nacionalidade, onde moravam, relação com cortiços, etc)

Existiam problemas? De que tipo?

Pontos positivos

Espaços de Lazer

Existiam espaços segregados no bairro?

Marcos Urbanos

#### Período de transformações

Impacto de intervenções urbanas

O que mudou?

Relação entre a parte alta e baixa do bairro

Os moradores continuavam os mesmos

#### Atuais modificações

Pontos positivos

Problemas atuais

Solução

Como avaliação a renovação urbana do bairro

Preservação

#### Outras Informações (critério do entrevistado)

### **Roteiro de Entrevistas (História de Vida)**

#### **Dados Pessoais:**

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Escolaridade:

Profissão:

Endereço:

Filhos:

#### **Trajetória de vida:**

Infância

Moradia

Escola

Família

Adolescência

Trabalho

#### **Relação com o bairro**

Impressões do bairro (permanências e mudanças)

Impressões sobre moradores

Problemas

Pontos positivos

Espaços de Lazer

Existiam espaços segregados no bairro?

Marcos Urbanos

Separação entre parte alta e baixa (existe?, por que?)

#### **Impressões sobre o conjunto onde mora**

Permanências

Mudanças

Conflitos

Desejos

#### **Aproximações**

Olhar sobre o Mutirão/Vila

Aproximações?

#### **Outras Informações (critério do entrevistado)**